

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS**

**AS RELAÇÕES DO ESPAÇO URBANO DO
MUNICÍPIO DE DONA FRANCISCA, RS COM A
REGIÃO DA QUARTA COLÔNIA.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Cassiana Elisa Vendruscolo

Santa Maria, RS, Brasil

2010

**AS RELAÇÕES DO ESPAÇO URBANO DO
MUNICÍPIO DE DONA FRANCISCA, RS COM A
REGIÃO DA QUARTA COLÔNIA.**

por

Cassiana Elisa Vendruscolo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, do Centro de Ciências Naturais e Exatas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), para a obtenção do grau de **Mestre em Geografia**.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Sandra Ana Bolfe

Santa Maria, RS, Brasil
2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**AS RELAÇÕES DO ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO DE DONA
FRANCISCA, RS COM A REGIÃO DA QUARTA COLÔNIA.**

Elaborada por
Cassiana Elisa Vendruscolo

**Como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Geografia**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Sandra Ana Bolfe, Dr^a.
(Presidente/Orientadora)

Gilda Maria Cabral Benaduce, Dr^a. (UFSM)

Vilma Dominga Monfardini Figueiredo, Dr^a. (UNIFRA)

Santa Maria, 28 de Setembro de 2010.

Dedico esse trabalho a minha família, ao meu pai Vilson (in memoriam), as minhas irmãs Juliana e Greice, a minha sobrinha Maria Isabela, ao meu namorado Renan, ao meu cunhado Rovani e, especialmente a minha mãe pela incansável perseverança e incondicional apoio.

Agradecimentos

A Deus, pela vida e pela oportunidade de vivenciar mais esse momento.

Ao Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), pela formação em Geografia Licenciatura Plena.

Ao Mestrado em Geografia Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pela formação em nível de Pós-Graduação.

À minha orientadora e professora Sandra, pela doçura, carinho e amizade em me conduzir nessa grandiosa etapa para minha formação profissional.

À minha família, pelo incentivo e pelos chamamentos, durante todo esse período, sendo substanciais para atingir esse ideal.

Ao meu pai, que me viu iniciar, mas, infelizmente, não me viu concluir.

A minha mãe pela eterna paciência e compreensão, diante dos meus cansaços, não permitindo jamais que eu desistisse. Obrigada por ter sido essa mãe e essa mulher a quem eu admiro e amo sincera e profundamente.

Ao meu namorado, Renan, pelo carinho, companheirismo e compreensão.

Ao meu eterno mestre José Itaquí, que mais uma vez, me submeteu a seus questionamentos, instigando-me a pensar e desenvolver.

Ao meu chefe, Prefeito Saul, pela confiança, amizade e disposição, sempre me oferecendo energia para que eu pudesse chegar a esse momento.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, que contribuíram com seus saberes e possibilitaram a minha formação em nível de Mestrado.

A minha professora e orientadora do Curso de Graduação Professora Elsbeth, por ter contribuído tanto na minha graduação como em demais momentos importantes da vida acadêmica.

Aos professores que compõem a banca examinadora, pela disponibilidade e atenção.

A todos os meus amigos, colegas e as demais pessoas próximas que de uma forma ou de outra contribuíram para a chegada desse momento.

*Compreender não é reconhecer um sentido invariante,
mas apreender a singularidade
de um forma que só existe
num contexto particular
(Pierre Bourdieu, 1994)*

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências

Universidade Federal de Santa Maria

AS RELAÇÕES DO ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO DE DONA FRANCISCA, RS COM A REGIÃO DA QUARTA COLÔNIA.

Autora: CASSIANA ELISA VENDRUSCOLO

Orientadora: SANDRA ANA BOLFE

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 28 de Setembro de 2010, sala 1012A – prédio

17.

O presente estudo tem como área de abrangência e espaço urbano do Município de Dona Francisca. Entender esse espaço geográfico nos exigiu conhecer as relações que esse urbano exerce com seu rural, bem como as relações urbano/regionais que esse espaço efetua com demais urbanos da Região da Quarta Colônia, pois estes espaços não podem ser explicados separadamente. Com a pesquisa bibliográfica centrada em referenciais teóricos que nos ofereceram suporte conceitual para desenvolver a temática optou-se pela categoria de formação sócio-espacial definida por Milton Santos. Utilizou-se da pesquisa ação, da pesquisa participante e da observação participante, além da aplicação de questionários e de análises cartográficas. A pesquisa nos levou a perceber que as relações espaciais são efetuadas entre ambientes distintos caracteristicamente, mas é visível a continuidade e as influências que um ambiente exerce sobre o outro. Por mais que a globalização esteja disposta a homogeneizar esses ambientes, em pequenos municípios como Dona Francisca, e nos demais municípios da Região, essas diferenças entre o urbano e o rural, ainda são evidentes. As relações entre urbano e rural e entre urbanos que Dona Francisca desenvolve, são relações sócio-espaciais e fazem-se presentes em setores como o econômico, o político, o social, o ambiental e, principalmente, o cultural, identifica-se que essas desenvolvem-se, naturalmente, como também são endossadas através da aplicação de políticas públicas regionais. É nesse contexto de relações socioespaciais que a cidade de Dona Francisca e a Região da Quarta Colônia estão inseridos e foram nossos objetos de estudo.

Palavras – chave: cidade; urbano; urbano/ regional; políticas públicas.

ABSTRACT

Master Degree Dissertation

Post-Graduation in Geography and Geosciences

Federal University of Santa Maria

**RELATIONS OF THE URBAN AREA OF TOWN OF DONA FRANCISCA, RS WITH
THE REGION OF THE FOURTH COLONY**

Author: CASSIANA ELISA VENDRUSCOLO

Advisor: SANDRA ANA BOLFE

Date and Location of Defense: Santa Maria, 28, September, 2010, room 1012A –
building 17.

The present study has as coverage space the urban area of Dona Francisca city. To understand this geographic area it was required from us to know the relationship that this city has with other rural and urban relations/regional this space effects with other cities in the region of *Quarta Colônia* - these areas can't be explained separately. With the literature research focused on theoretical frameworks that offered us conceptual support to develop the theme, we opted for the socio-spatial formation category defined by Milton Santos. We used the action research, the participatory action research and the participant observation, besides questionnaires application and cartographic analysis. The research led us to realize that the spatial relations are made among environments characteristically different, but it's visible the continuity and the influences that an environment perform over the other. As much as the globalization is willing to mix all these environments. In small towns like Dona Francisca and other cities in the region, these differences between urban and rural areas are still apparent. Relations between town and country, and between the urban that Dona Francisca develops are relations social-spatial and are present in such areas as economic, political, social, environmental, and especially the cultural. Socio-spatial relations referred, identify themselves and develop naturally, as are also endorsed through the application of regional public policies. Is in this context of socio-spatial relations that the city of Dona Francisca and the Region of *Quarta Colônia* where are located, and were objects of our study.

Key words: city, urban, urban/regional, public policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Região da Quarta Colônia e do Município de Dona Francisca, RS.....	47
Figura 2 – Localização do Município de Dona Francisca no Estado do Rio Grande do Sul	55
Figura 3 – Mapa de Localização dos COREDEs e das Regiões Funcionais do Estado do Rio Grande do Sul.....	56
Figura 4 – Mapa Político-Administrativo do Município de Dona Francisca, RS.....	59
Figura 5 – Croqui do Município de Dona Francisca – RS.....	60
Figura 6 – Monumento de Nossa Senhora dos Navegantes – Parque Histórico Municipal Obaldino Benjamin Tessele, Dona Francisca, RS.....	61
Figura 7 – Mapa das Áreas de Preservação Permanente do Município de Dona Francisca, RS.....	62
Figura 8 – Mapa da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica Município de Dona Francisca, RS.....	65
Figura 9 – Mapa da Cobertura Florestal Município de Dona Francisca, RS.....	66
Figura 10 – Mapa da Rede Hidrográfica do Município de Dona Francisca, RS.....	68
Figura 11 – Mapa de Localização de Geossítios no Município de Dona Francisca, RS.....	69
Figura 12 – Mapa de Uso da Terra do Município de Dona Francisca, RS.....	71
Figura 13 – Avenida 17 de Julho na cidade de Dona Francisca, RS.....	82
Figura 14 – Esquina da Rua do Comércio com a Rua João Segabinazzi na cidade de Dona Francisca, RS.....	83
Figura 15 – Croqui Rodoviário da Região da Quarta Colônia, RS.....	94
Figura 16 – Folder Turístico Cultural e Folder dos Roteiros Integrados da Região da Quarta Colônia, RS.....	121
Figura 17 – Folder Turístico Gastronômico da Região da Quarta Colônia, RS.....	122
Figura 18 – Folder Turístico Religioso da Região da Quarta Colônia, RS.....	123

Figura 19 – Livro: Quarta Colônia/ Construção do Planejamento Municipal e Regional.....	127
Figura 20 – Livro: Quarta Colônia/ Patrimônio Cultural.....	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Municípios da Região da Quarta Colônia e população total.....	44
Tabela 2 – Municípios da Região da Quarta Colônia. Área por município, população total e densidade demográfica dos municípios.....	45
Tabela 3 – Municípios da Região da Quarta Colônia. Número e percentual de homens e de mulheres.....	48
Tabela 4 – Municípios da Região da Quarta Colônia. Estimativa da população por município e situação de domicílio para o ano de 2008.....	49
Tabela 5 – Municípios da Região da Quarta Colônia e do Estado do Rio Grande do Sul. Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE, 2004.....	51
Tabela 6 – Municípios da Região da Quarta Colônia e do Estado do Rio Grande do Sul. Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE, 2005.....	52
Tabela 7 – Municípios da Região da Quarta Colônia e do Estado do Rio Grande do Sul. Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE, 2006.....	53
Tabela 8 – Município de Dona Francisca. Produtos agrícolas cultivados, área produzida e quantidade da produção. Safra 2001/ 2002.....	72
Tabela 9 – Município de Dona Francisca. Produtos agrícolas cultivados, área produzida e quantidade da produção. Safra 2002/ 2003.....	73
Tabela 10 – Município de Dona Francisca. Produtos agrícolas cultivados, área produzida e quantidade da produção. Safra 2003/ 2004.....	74
Tabela 11 – Município de Dona Francisca. Produtos agrícolas cultivados, área produzida e quantidade da produção. Safra 2004/ 2005.....	74
Tabela 12 – Município de Dona Francisca. Produtos agrícolas cultivados, área produzida e quantidade da produção. Safra 2005/ 2006.....	75
Tabela 13 – Município de Dona Francisca. Produtos agrícolas cultivados, área produzida e quantidade da produção. Safra 2006/ 2007.....	76
Tabela 14 – Município de Dona Francisca. Produtos agrícolas cultivados, área produzida e quantidade da produção. Safra 2007/ 2008.....	76

Tabela 15 – Município de Dona Francisca. Produtos agrícolas cultivados, área produzida e quantidade da produção. Safra 2008/ 2009.....	77
Tabela 16 – Município de Dona Francisca. Produtos agrícolas cultivados, área produzida e quantidade da produção. Safra 2009/ 2010.....	78
Tabela 17 – Relação de Unidades Comerciais, com suas respectivas especificidades e número de empreendimentos de Dona Francisca, RS.....	91
Tabela 18 – Relação de Serviços, com suas respectivas especificidades e número de fornecedores de Dona Francisca, RS.....	92
Tabela 19 – Relação dos horários de ônibus que passam e partem da Estação Rodoviária de Dona Francisca, RS.....	95
Tabela 20 – Faixa etária dos entrevistados na Estação Rodoviária de Dona Francisca, RS.....	101
Tabela 21 – Sexualidade dos entrevistados na Estação Rodoviária de Dona Francisca, RS.....	101
Tabela 22 – Atividade profissional dos entrevistados na Estação Rodoviária de Dona Francisca, RS.....	102
Tabela 23 – Nível de escolaridade dos entrevistados na Estação Rodoviária de Dona Francisca, RS.....	102
Tabela 24 – Renda média dos entrevistados na Estação Rodoviária de Dona Francisca, RS.....	103
Tabela 25 – Endereço dos entrevistados na Estação Rodoviária de Dona Francisca, RS.....	104
Tabela 26 – Local de destino dos entrevistados na Estação Rodoviária de Dona Francisca, RS.....	105
Tabela 27 – Motivos da viagem dos entrevistados na Estação Rodoviária de Dona Francisca, RS.....	105
Tabela 28 – Porque as pessoas entrevistadas na Estação Rodoviária de Dona Francisca, RS.....	106
Tabela 29 – Retorno de viagem previsto dos entrevistados na Estação Rodoviária de Dona Francisca, RS.....	106

Tabela 30 – Frequência com que os entrevistados na Estação Rodoviária de Dona Francisca, RS buscavam por esse bem ou serviço.....	107
Tabela 31 – Os dias em que os entrevistados na Estação Rodoviária de Dona Francisca, RS buscavam por esses serviço ou atividades.....	107
Tabela 32 – Tipos de atividades ou de serviços que os entrevistados na Estação Rodoviária de Dona Francisca, RS priorizaram como mais relevantes e que a cidade não oferta.....	109

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Modelo do questionário aplicado na Estação Rodoviária de Dona Francisca, RS.....	141
Apêndice B – Questionários Aplicados na Estação Rodoviária de Dona Francisca entre os dias 27 de Julho de 2008 a 13 de Dezembro de 2008.....	142
Apêndice C – Relatório – síntese das propostas para diretrizes básicas para o desenvolvimento sustentável da Quarta Colônia, RS.....	162

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1.....	22
1 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	22
1.1 Trabalho de campo.....	27
CAPÍTULO 2.....	28
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS DA GEOGRAFIA URBANA.....	28
2.1 Cidade e urbano.....	28
2.1.1 Pequenas cidades.....	32
2.2 Urbano/ Regional.....	36
2.3 Políticas Públicas.....	39
CAPÍTULO 3.....	43
3 DONA FRANCISCA E A REGIAO DA QUARTA COLÔNIA.....	43
3.1 Formação do município de Dona Francisca.....	57
3.1.1 Características do município de Dona Francisca.....	63
3.1.2 O espaço urbano do município de Dona Francisca.....	79
3.1.3 O espaço rural do município de Dona Francisca.....	85
CAPÍTULO 4.....	89
4 O PAPEL DO ESPAÇO URBANO DE DONA FRANCISCA PARA O MUNICÍPIO E REGIÃO.....	89
4.1 Estrutura de bens e serviços da cidade de Dona Francisca.....	91

CAPÍTULO 5.....	97
5 UM OLHAR DE DONA FRANCISCA NA REGIÃO DA QUARTA COLÔNIA.....	97
5.1 Relação regional da cidade para com a Região da Quarta Colônia.....	99
5.1.1 Perfil sócio econômico dos entrevistados.....	101
5.1.2 Origem e destino dos entrevistados.....	104
5.1.3 Tipos de atividades ou de serviços que os entrevistados priorizaram com mais relevantes e que a cidade não possui.....	109
5.2 Os diferenciais urbano/rural e as relações regionais de Dona Francisca.....	112
CAPÍTULO 6.....	115
6 POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE E REGIÃO.....	115
6.1 O papel do Condesus na formulação e aplicação de Políticas Públicas.....	116
6.2 Quais foram as transformações no município e na Região.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS.....	134
APÊNDICES.....	142

INTRODUÇÃO

Ao Curso de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, sob a área de concentração Sociedade e Meio Ambiente em Nível de Mestrado é apresentada essa dissertação, cuja temática discrimina-se por “As Relações do Espaço Urbano do Município de Dona Francisca, RS, com a Região da Quarta Colônia”.

O presente estudo objetivou analisar as relações urbano/ regionais que a cidade de Dona Francisca possui com a Região da Quarta Colônia, partindo do objetivo geral, se buscou conhecer os tipos de relações existentes e, por consequência, diagnosticar as potencialidades e as deficiências desse espaço urbano.

Ciente da atuação do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia – CONDESUS/ Quarta Colônia nessa Região, o estudo também se propôs a investigar a função desse consórcio na formulação e aplicação de políticas públicas para a Região, bem como identificar quais foram os resultados dessas políticas públicas.

Portanto, o estudo justifica-se em entender as formas de organização que o espaço urbano de Dona Francisca comporta. Conhecendo o teor das suas relações e evidenciando as semelhanças e as diferenças entre Dona Francisca e a sua Região.

Ao se compreender esses aspectos, entende-se também a verdadeira vocação desse urbano e de sua Região. Sendo assim, novas perspectivas de estruturação poderão ser implantadas na tentativa de atribuir novas funções e melhor atender às atividades da sociedade que nesse espaço vive e produz.

A compilação desses dados e informações poderá fomentar novos estudos que auxiliem e foquem no planejamento de ações desenvolvimentistas para esses espaços.

Reconhecendo a vasta literatura existente sobre a temática de cidades, entendemos também o quanto difícil torna-se defini-las. Na necessidade de nortear o estudo adotamos o método empregado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o qual define cidade como uma esfera governamental, portanto uma entidade político-administrativa. Sendo assim um município equivale a uma

cidade. As sedes dos municípios são as cidades que concentram a urbanidade, independente do número de habitantes que comporta.

Muito além das formalidades legais e da definição física de uma cidade que reconhecem e delimitam a sua existência, as cidades são espaços sociais de constante movimento, organismos de poder.

Identificadas como espaços concentradores das mais amplas, complexas e dinâmicas atividades humanas. Identificamos também as cidades como espaços físicos, os quais reproduzem o urbano (CORRÊA, 2004).

O urbano não existe isoladamente, ele efetua relações com demais espaços, tanto urbanos quanto rurais. Comportam uma constante e recíproca dependência entre si, o que os tornam extremamente dinâmicos.

O intuito desse trabalho é inferir essas abordagens para nossa área de estudo, Dona Francisca e as demais cidades que compõem a Região da Quarta Colônia: Agudo, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins.

Diante de muitos estudos que discutem e buscam classificar as cidades por tamanho, nesse trabalho, prefere-se, classificar por pequenas cidades, aquelas com populações até 50.000 habitantes.

As cidades da Região, consideradas, portanto, como pequenas cidades, onde todas possuem populações inferiores a 20.000 habitantes. E, tomando como parâmetros as idéias de Veiga (2003), onde todas as sedes de municípios são cidades e conseqüentemente (em nosso estudo e para alguns autores) dão origem ao urbano, o restante é o campo, ou seja, o rural, divisão essa delimitada na maioria das vezes pelas necessidades formais de legislação.

Mesmo que a veloz inserção global e capital já tenha atingido esses espaços, e encontram-se dispostas a homogeneizá-los, em pequenas cidades como as citadas, as diferenças entre o rural e o urbano, ainda assim podem ser evidenciadas.

Também nos é devido destacar, a existência de ambientes internos nesses municípios, onde as semelhanças prevalecem e chegam a confundir o que é urbano e o que é rural.

Verificamos, portanto, relações efetuadas entre essas cidades e, constatamos que elas envolvem toda a esfera municipal, ou seja, relações entre cidades/urbanos, entre campos/rurais e entre urbanos e rurais também.

Urbano e rural definem-se por ambientes distintos caracteristicamente, porém, em nossa área de estudo é visível a continuidade que um espaço/ambiente exerce sobre o outro. Esse continuum, sinteticamente é transcrito pelas semelhanças nas formas de vida e de trabalho entre o urbano e o rural, sendo essas praticamente homogêneas em aspectos sociais, culturais e econômicos (ROSA & FERREIRA, 2006).

O estudo pôde constatar que mais nítidas que as relações entre os espaços urbano e rural de Dona Francisca, são as relações urbano regional que Dona Francisca efetua com outras cidades da Região da Quarta Colônia e demais cidades próximas.

Essas relações são sócio-espaciais, e estão presentes nos setores econômicos, políticos, ambientais, sociais e, principalmente, nos culturais, o que em ocasiões devidas é comum referir-se a tais locais como únicos. Onde a identidade regional prevalece sobre a identidade municipal ou local.

Essa identidade regional pode ser considerada o produto de uma Política Pública desenvolvida na região, o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia – CONDESUS/ Quarta Colônia. Busca-se ressaltar também, que a consolidação da política do Condesus, resulta na constante formulação e aplicação de programas e demais políticas desenvolvimentistas para toda a região.

Diante desse breve contexto, expomos onde estão inseridos nossos cenários de estudos: Dona Francisca e a Região da Quarta Colônia, RS e, que a partir deles conseguimos destacar nossas premissas e, portanto, identificar nossos objetivos, os quais nortearam o desenvolvimento dessa pesquisa:

Objetivo Geral:

- Analisar as relações urbano/ regionais que a cidade de Dona Francisca, RS possui com a Região da Quarta Colônia.

Objetivos Específicos:

- Verificar os tipos de relações existentes entre o município de Dona Francisca e os demais municípios da Região da Quarta Colônia;
- Diagnosticar as potencialidades e deficiências do espaço urbano de Dona Francisca;

- Investigar a função do CONDESUS/ Quarta Colônia, na formulação e aplicação de políticas públicas para a Região e,
- Identificar o resultado dessas políticas públicas para Dona Francisca e Região.

CAPÍTULO 1

1 METODOLOGIA DA PESQUISA

O caminho percorrido pelo pesquisador para a descoberta da verdade, está assinalado por um conjunto de normas do pensamento humano e recebe o nome de método, o qual tem por finalidade conduzir o pesquisador ao objeto, ao conhecimento, à verdade. Como considera Hegenberg, “método é o caminho pelo qual se chega a determinado resultado, ainda que esse caminho não tenha sido de antemão refletido e deliberado” (1976, p. 115).

O modo racional de conduzir o pensamento para chegar a determinado resultado e, em especial, para descobrir a verdade, é um complexo de regras às quais deve ater-se a mente humana nos seus processos cognoscitivos.

Os grandes avanços e progressos da ciência certamente são resultados de roteiros sistemáticos na busca de respostas a questões científicas. Percorrer esses processos denomina-se, método.

Sposito, define por método um “instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando esse pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para a sua interpretação” (2004, p. 23).

A idéia de método é sempre a de uma direção suscetível de ser definida e regularmente seguida numa operação do espírito. Cabe a metodologia o estudo e classificação dos métodos peculiares às diversas ciências.

Sendo assim, método pode ser compreendido como um procedimento regular, explícito e passível de ser repetido para conseguir-se alguma coisa, seja material ou conceitual (BUNGE, 1980).

A definição, a classificação e a escolha do método merecem toda atenção, porque método e objeto se acham estreitamente unidos e da boa escolha do caminho vai depender a apreensão mais rápida e mais perfeita da verdade.

O estudo “As Relações do Espaço Urbano do Município de Dona Francisca, RS com a Região da Quarta Colônia” vem com o intuito de analisar as relações

urbano/ regionais e urbano/ rural que o município de Dona Francisca possui com a Região da Quarta Colônia.

Para o desenvolvimento desse estudo partiu-se da linha de formação socioespacial definida por Milton Santos (1977) como instrumento científico percorrido para se chegar aos objetivos propostos pela pesquisa.

A definição de formação socioespacial infere-se para a execução de relações econômicas e sociais em uma determinada fração espacial.

Como nos orienta Santos, investigar as categorias de formação econômica e social são fundamentais para se definir a formação socioespacial de uma sociedade. Certamente que ao se seguir essa linha de pesquisa não se chegará à compreensão da sociedade em geral, mas de uma sociedade em um dado momento. Assim, o referido autor descreve: “o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento da sua evolução” (1977, p. 84).

Ao implicar-se por relações econômicas e sociais desenvolvidas num determinado período histórico e num determinado espaço geográfico, estas se caracterizarão por formações socioespaciais dotadas de suas especificidades próprias. Desta forma, chegar-se-á ao entendimento das relações efetuadas por uma sociedade, e estas relações serão sempre diferenciadas diante do estudo de demais grupos sociais.

O instrumento de estudo da formação socioespacial nos permite conhecer o comportamento das relações econômicas e sociais que caracterizam determinado período histórico, bem como evidenciar as particularidades do modo de produção desse espaço geográfico. Para isso, Santos, comenta que:

... sendo o espaço geográfico um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, sua definição varia com as épocas, isto é, com a natureza dos objetos e a natureza das ações presentes em cada momento histórico (1999, p. 267).

Na escolha do instrumento de pesquisa levou-se em consideração que o espaço geográfico da pesquisa é constituído e analisado na perspectiva da atuação humana. Além de o estudo propriamente valorizar a questão social, política e econômica desse espaço.

Assim sendo o instrumento metodológico de formação socioespacial nos foi necessário para que se pudesse desenvolver algumas perspectivas propostas nos objetivos, como recomenda esse método, nada pode ser considerado ou entendido isoladamente. Para se entender um determinado fenômeno é necessário estudar o ambiente como um todo, considerando as variáveis do espaço e do tempo num movimento e numa transformação constante.

Através da formação socioespacial é possível se fazer um elo de ligação ou mediação entre o local e o global, o que Santos descreve como:

Mais do que a formação socioeconômica é a formação socioespacial que exerce papel de mediação: esta não cabe ao território em si, mas ao território e seu uso, num momento dado, o que supõe de um lado uma existência material de formas geográficas, naturais ou transformadas pelo homem, formas atualmente usadas e, de outro lado, a existência de normas de uso, jurídicas ou meramente costumeiras, formais ou simplesmente informais (1999, p. 270-271).

Tendo em vista a necessidade de o estudo permear pelo que são definidas as relações econômicas e sociais de determinado espaço, em determinado período. Nesse sentido só é possível compreender as relações urbano/ regionais das áreas do estudo mediante ao conhecimento da origem dessas relações.

A investigação das relações urbano/ regionais do município de Dona Francisca nos requereu, ainda, uma pesquisa bibliográfica para assim estabelecer a conexão entre os pressupostos teórico-conceituais e aqueles obtidos por meio da observação, descrição, registro e questionários.

A pesquisa bibliográfica propiciou um embasamento conceitual, o qual subsidiou a análise dos objetivos propostos pelo estudo. Assim, a pesquisa bibliográfica consistiu na elaboração dos pressupostos teórico-conceituais, enfatizando o as relações urbano/ regionais (GIL, 1995).

Como técnicas de análise, buscou-se por dados estatísticos, estudos cartográficos, visitas ao Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia, consulta a instituições financeiras e análises dos questionários aplicados.

O desenvolvimento da pesquisa distribuiu-se dentre as seguintes etapas:

Primeiramente se partiu de um amplo estudo bibliográfico sobre a temática de cidades, com o propósito de embasar o referencial teórico desse específico assunto e projetar um consistente desenvolvimento teórico-conceitual para a pesquisa.

É válido destacar que a pesquisa documental em fontes primárias foi de grande importância para a obtenção de informações histórico-geográficas específicas do município de Dona Francisca, procurando evidenciar o município num cenário regional. Destaca Gil (2002), a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os projetos da pesquisa.

Seguindo esse aspecto, a possibilidade de efetuar a Pesquisa Ação e a Pesquisa Participante contribui para a associação de estudos teóricos às ações práticas vivenciadas no dia-a-dia. O procedimento metodológico de abordagem qualitativa resulta em uma criteriosa, detalhada e constante análise das relações e manifestações que ocorrem no município de Dona Francisca e na Região da Quarta Colônia e, como bem esclarece Sílvia de Oliveira (1999), esta abordagem facilita descrever a complexidade de problemas e de hipóteses.

Num segundo momento, a pesquisa relacionou-se ao trabalho de campo, entre o período de 27 de Julho de 2008 a 13 de Dezembro de 2008, onde se fez o uso de um questionário, sendo esse aplicado a vinte pessoas que se deslocavam da Estação Rodoviária de Dona Francisca, localizada no centro da cidade. Esse local foi escolhido estrategicamente a fim de reconhecer, principalmente, os seguintes aspectos:

- quem se ausentava da cidade (considerando sexo, idade, escolaridade e renda).
- qual era o destino?.
- o que buscavam fora da cidade de Dona Francisca?.

Nesse momento o procedimento metodológico utilizado foi a abordagem quantitativa e, ainda seguindo as orientações de Sílvia de Oliveira, esse destaca ser o instrumento que proporciona os elementos oriundos do questionário, mas também pode oferecer observações, que permitam a explicação associada à quantificação de fenômenos com a correlação de dados (1999).

O questionário foi composto por doze questões, sendo essas abertas e fechadas, além de datarem o dia mensal, o dia semanal e horário. Esse questionário versava por identificar pessoas através da idade, do sexo, da profissão, da escolaridade, da renda média mensal e do endereço. Na sequência o questionário indagava sobre o local de destino da viagem, o motivo dessa viagem, a previsão de retorno, a frequência com que faziam essa viagem. Por último, o questionário

solicitava o que essas pessoas priorizavam, como bens e serviços relevantes e que a cidade de Dona Francisca não possuía.

A tabulação dos dados coletados por meio do questionário vieram ao encontro das hipóteses previstas no início do estudo. Esse fato comprovou que conhecer previamente algumas particularidades e características do local da pesquisa, certamente, auxiliam o pesquisador. Nesse momento, pode-se inferir que a pesquisa utilizou-se da observação participante, e que teve como objetivo agregar confiabilidade sobre a pesquisa participante e sobre o levantamento de dados através da aplicação do questionário. Justamente por se tratar de um local de estudo extremamente complexo e que sofre constante transformação.

Esta técnica pode ser definida como: “... um processo no qual a presença do observador, em uma situação social, é mantida para fins de investigação científica” (CIRCOUREL, apud HAGUETTE, 1982, p. 62).

Dentro desta alusão, é devido destacar que a pesquisadora atua profissionalmente como funcionária pública no setor administrativo da Prefeitura Municipal. Anteriormente trabalhou também no meio administrativo do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia – CONDESUS/ Quarta Colônia.

O criterioso exercício de análise das relações sociais, econômicas, ambientais e culturais foi permanente, associado a constantes leituras dirigidas sobre a temática, que foram fundamentais para nos apresentar novos cenários e idéias, bem como para melhor entender o ambiente de estudo.

Para a construção teórica continuou-se a fazer algumas leituras de interesse e necessidade decorrentes dos capítulos dispostos na pesquisa. Obras de cunho histórico e geográfico da cidade e da Região estiveram constantemente em nossas consultas.

Norteados pela linha de formação socioespacial e, somando os resultados das etapas previstas, atendeu-se aos objetivos propostos pela dissertação de mestrado.

1.1 Trabalho de campo

O trabalho de campo consistiu em várias atividades, como o desenvolvimento da Pesquisa Ação, da Pesquisa Participante, da Observação Participante e da Aplicação de Questionários.

As saídas a campo serviram para uma melhor análise do segmento a ser estudado, destacando suas particularidades e principais características.

A Pesquisa Ação, a Pesquisa Participante e a Observação Participante foram fundamentais, elas nos fazem viver e conviver com as dinâmicas do objeto de estudo. Sobre a Pesquisa Participante, Gil (2002) destaca ser o conhecimento derivado do senso comum, permitindo que o homem crie, trabalhe, realize e interprete a realidade partindo dos recursos que o seu meio oferece.

CAPÍTULO 2

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS DA GEOGRAFIA URBANA

2.1 Cidade e Urbano

A origem das cidades remete-nos à Antiguidade, onde o domínio da agricultura, a domesticação de animais e o aprimoramento nas formas de produção, geraram como consequência uma produção de alimentos superior à demanda dos povos primitivos. O fato de não necessitarem estar em constante movimentação, na busca por alimentos, resultou na sedentarização. A sedentarização com o acúmulo de alimentos propiciou tempo livre para que outras atividades pudessem ser criadas e desenvolvidas. Dentre essas novas atividades, muitas não mais possuíam um vínculo direto ao trabalho com a terra.

Diante desse processo origina-se a divisão do trabalho, onde as funções de produção agrícola passaram a ser específicas dos campo e, a esses cabia também produzir para abastecer aos que viviam na cidade. As cidades, por sua vez, estavam comprometidas em desenvolver funções administrativas, políticas, religiosas, militares e relativas ao conhecimento. Lefebvre (1969) descreve que a separação entre a cidade e o campo corresponde à separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual. Endlich fomenta ainda que “só é possível o reconhecimento da diferença e o exercício de reflexão entre o rural e o urbano em decorrência da divisão do trabalho” (2006, p. 11).

Reconhecendo a origem das cidades, entende-se que essas comportavam a civilização, como resultado histórico têm-se hoje por cidades, espaços que concentram os maiores aglomerados humanos. É nas cidades que estão centradas a maior variedade de relações sociais, bem como as mais complexas formas de organização social e espacial, é nesse espaço que primeiramente ocorre a abertura para esferas externas. Nesse sentido Ribeiro reforça:

Cidades resultam de aglomerações humanas. Elas não devem ser pensadas como organismos autônomos, como fizeram os urbanistas do início do século XX. Nem podem ser vistas apenas como um complexo sistema de técnicas que permitem construir vias e edifícios. Elas contêm vidas. Vidas humanas, entre outras. As cidades só ganham sentido com a presença humana. Não há outra razão para elas existirem a não ser esta: abrigar seres humanos e suas cada vez mais densas relações sociais (In: CARLOS & CARRERAS, 2005, p. 60).

A soma de todos esses processos reproduz um cenário que ultrapassa os limites físicos do que é delimitado como cidade e é denominado por urbano. Sendo assim, entende-se que:

[...] a cidade pode ser lida como uma morfologia material, uma realidade presente, imediata, um dado prático-sensível, arquitetônico. O urbano corresponde à morfologia social, uma realidade social composta de relações presentes e relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. Nesse sentido, as relações entre cidade e urbano são estreitas, já que é impossível para a vida urbana dispensar uma base prático-sensível, que se constitui em produto e condição da dinâmica social (LEFEBVRE, 1991, p. 49).

Por cidades podemos compreender um notável grupo de pessoas, vivendo físico-espacialmente próximos, resultando numa considerável densidade populacional. Ainda que composto por pessoas heterogêneas, estas estão orientadas por um certo padrão de convivência. Nesse mesmo espaço, atuam manifestações culturais, juntamente com variedades funcionais e sociais. Lembrando que esses movimentos ocorrem num ambiente físico que comumente é alterado por esse conjunto de pessoas e manifestações bem como o próprio ambiente também altera as atividades do grupo que nesse ambiente convivem.

Entendendo que o urbano é um produto da cidade, Carlos vai mais além, inferindo que este urbano também exerce seus processos de produção:

[...] se de um lado o espaço é consolidação tanto da reprodução do capital quanto da vida humana, de outro ele é *produto* e nesse sentido é trabalho materializado. Ao produzir suas condições de vida, a partir das relações capital-trabalho, a sociedade como um todo (na cotidianidade de seu processo de trabalho), produz o espaço geográfico e com ele um modo de vida, de pensar, de sentir. Assim, pensar o urbano significa também pensar a dimensão do humano. (1994, p. 24).

A evolução e estrutura dos aspectos físicos, sociais e econômicos de uma cidade são determinados pelo meio físico, pelo desenvolvimento tecnológico e pelos modos de produção específicos do momento histórico analisado.

Um universo dinâmico, que envolve pessoas de culturas e origens distintas, produtos diferenciados, formas tecnológicas, científicas e de comunicação modernas, atividades funcionais diversas e modos de vida variados, nem sempre consegue seguir um modelo de organização socioespacial. Nesse sentido, Carlos afirma que, “a paisagem urbana é a expressão da “ordem” e do “caos”, manifestação formal de processo de produção do espaço urbano, colocando-se no nível do aparente e do imediato” (2005, p. 36).

Essa pluralidade de conteúdos e materialidades que atuam no espaço urbano só é possível pela complementaridade e interdependência com outros espaços, podendo ser esses urbanos ou ainda rurais.

Lefebvre (1999, p. 111), reconhecendo o montante de elementos que se fazem requisitos para atender esses espaços, afirma:

A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações. Ela cria uma situação, a situação urbana, onde as coisas diferentes advêm umas das outras e não existem separadamente, mas segundo as diferenças. O urbano, indiferente a cada diferença que se confunde com a da Natureza, com uma crueldade que lhe seria própria. Contudo, o urbano não é indiferente a todas as diferenças, pois ele precisamente as reúne. Nesse sentido, a cidade constrói, destaca, liberta a essência das relações sociais: a existência recíproca e a manifestação das diferenças procedentes dos conflitos, ou levando aos conflitos. (apud SILVA, 2006).

Ainda com o intuito de analisar essas interdependências entre urbanos, bem como destacar a necessidade que essa interdependência provoca para conseguir suprir as complexidades do espaço urbano, Santos (1998, p. 67), destaca:

A região urbana tem sua unidade devido sobretudo à inter-relação das atividades de fabricação ou terciárias encontradas em seu respectivo território, às quais a atividade agrícola existente preferentemente se relaciona. A região agrícola tem sua unidade devida à inter-relação entre o mundo rural e o mundo urbano, representado este por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem, segundo graus diversos, dessas atividades (apud SILVA, 2006).

A constante variedade de trocas e fluxos entre espaços urbanos e entre urbanos e rurais gera naturalmente em alguns ambientes desses espaços certa homogeneização entre eles, ocorrendo facilmente uma miscigenação dos espaços físicos e também dos comportamentos sociais. Alguns autores descrevem esse

fenômeno como híbrido ou misto, outros até preferem como sinônimo de *continuum*. Santos define por espaço híbrido aquele em que “a sua existência geográfica (dos objetos) é dada pelas relações sociais a que o objeto se subordina, e que determinam as relações técnicas ou de vizinhança mantidas com outros objetos” (1996, p. 82).

O desenvolver de fluxos através de fixos provoca uma dialética e indissociável interação de objetos, pessoas e ambientes, e mais uma vez Santos corrobora nesse sentido descrevendo que:

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Fixos e fluxos juntos, expressam a realidade geográfica e é desse modo que conjuntamente aparecem como um objeto possível para a geografia (1999, p. 50).

Para Haesbaert, esse processo denominado por híbrido ou misto é o resultado da materialização de relações físicas e sociais com ambientes distintos, desta maneira, é natural que os ambientes e as pessoas inseridas nesse contexto desenvolvam vínculos identitários com mais de um território ou com territórios mais híbridos (2001).

Na perspectiva dos autores citados, analisa-se que, embora tenhamos vínculos identitários com determinados lugares, objetos ou pessoas, isso não impede que possamos compartilhar e até mesmo aderir a manifestações destes. E nossas manifestações também, certamente, podem nortear nossos contatos pessoais, físicos e materiais.

2.1.1 Pequenas cidades

Cidades locais essa é a expressão utilizada por Milton Santos para referir-se a pequenas cidades, onde a cidade se define pelo número do seu universo populacional, muito embora esse seja um fator extremamente variável de país para país (1979).

A variável do número de habitantes, pouco altera a função das cidades, elas continuam sendo espaços que concentram múltiplas atividades e que certamente oferecem suporte ao seu regional, principalmente, ao seu campo.

Diante dessa linha de raciocínio corrobora Monbeig quando cita que:

A função urbana não é menos interessante numa cidade pequena do que numa capital; é aí menos difícil de estudar, e seus diferentes elementos decompõem-se mais facilmente. É a função comercial, ligada à presença dos meios de transportes, mais frequentemente, a razão de ser das pequenas cidades do interior: fazendeiros, colonos, sitiantes, trazem suas colheitas e compram as roupas e os instrumentos de trabalho de que necessitam (1957, p. 56-57).

Para Santos (1981), as cidades pequenas são aglomerações capazes de atender as necessidades mais imediatas de sua população, bem como as relações que essa população recria. As pequenas cidades, assim como as grandes, organizam-se e estruturam-se a fim de facilitar o acesso a bens e serviços primordiais que a sua população demanda.

Nas pequenas cidades, porém, é natural evidenciarmos uma variedade mais restrita de atividades desenvolvidas. São vários os fatores que limitam essa variedade, como a pequena demanda e o receio de investimentos tanto públicos quanto privados. Mas certamente o fator que mais limita a inserção diversificada de tipos de bens e serviços em pequenas cidades é o fácil e imediato acesso a centros urbanos maiores e mais dinâmicos através de redes de comunicação cada vez mais amplas, abrangentes e eficientes.

Nesse contexto, Santos menciona a importância que as cidades médias assumem ao oferecerem suporte às pequenas cidades, através de seus produtos e serviços quantitativamente mais diversificados e qualitativamente mais complexos (1981).

Os tipos e a dimensão das atividades desenvolvidas nas cidades é o resultado das demandas impostas pelo desenvolvimento das atividades humanas associadas às potencialidades naturais e às bagagens históricas e culturais que esse espaço comporta. Sendo esses os principais elementos de caracterização desses espaços. Nesse sentido Carlos define:

A cidade é antes de mais nada, trabalho objetivado, materializado, que aparece através da relação entre o “construído” (casas, ruas, avenidas, estradas, edificações, praças) de um lado, e do movimento de outro, no que se refere ao deslocamento de homens e mercadorias. A paisagem traz as marcas de momentos históricos diferentes produzidos pela articulação entre o novo e o velho. O acesso à cidade é mediado por mecanismos de mercado assentados na propriedade privada da terra (2005, p. 50).

Porém, independente do tamanho da cidade, todas permitem o processo de desenvolvimento de relações, sejam elas duradouras ou momentâneas.

O grau de importância ou o poder de influência que um urbano possui pode ser mensurado pela quantidade e variedade de seus fluxos, e para que esses ocorram há a necessidade de implantação de fixos.

Os fixos são instrumentos que permitem a fluidez das relações, ou seja, dos fluxos. Por isso, eles podem ser concretos por meio de infraestruturas, obras, visíveis ou abstratos e invisíveis como algumas redes de comunicação através de sinais e ondas. Santos menciona “que os fluxos são o resultado direto e indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que também se modificam” (1999, p. 50).

Os fixos e os fluxos podem ser comparados as categorias de objetos e ações ou até mesmo a materialidade e evento, (SANTOS, 1999). E esses, por sua vez, quanto mais intensos se manifestarem maiores serão as transformações nos lugares e nos habitantes onde irão atuar.

Inferindo-se que todo urbano possui seu regional, o outro espaço com o qual ele preserva relações e se completa, os fixos são os instrumentos que permitem que essas relações ocorram. A dinâmica dessas relações estará diretamente relacionada a esses instrumentos, sendo essas formas de organização espacial, criadas e implantadas para dispor maior comodidade e facilidade às ações desenvolvidas. O que para Corrêa é:

O conjunto de objetos ou formas espaciais criadas pelo homem ao longo da História – campos, caminhos, minas, dutos, fábricas, lojas, habitações, templos, cidade, rede urbana etc – e dispostos sobre a superfície da terra. É a natureza transformada pelo trabalho social, de acordo com as possibilidades concretas que cada sociedade tem de transformá-la e que derivam do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Cada sociedade organiza o seu espaço segundo uma lógica que lhe é inerente (p. 83).

Reconhecendo as potencialidades e funcionalidades do espaço urbano de Dona Francisca percebe-se que esse também possui suas formas organizacionais ao preservar fortes relações com seu espaço rural. Isso se comprova pela sua base econômica que é essencialmente agrícola. Onde cabe ao urbano oferecer bens e serviços necessários à produção, enquanto o rural fornece os produtos agrícolas que produz para o consumo e comercialização do excedente.

Complementando essa linha de raciocínio, Endlich, descreve que:

O estudo e a compreensão de pequenas e médias cidades não podem prescindir do entorno espacial, fundamental para compreender a amplitude dos papéis urbanos e a dinâmica regional que realimentam os mesmos. As pequenas cidades e a relação com o campo, compõem um primeiro patamar de localidades na rede urbana (2006, p. 86).

Além do espaço rural, Dona Francisca necessita manter relações com outros urbanos da Região da Quarta Colônia para complementar suas atividades e demandas. São formas de organização social que ocorrem entre alguns urbanos e rurais dos municípios da Região da Quarta Colônia, que somente interagindo e se complementando tornam-se dinâmicos e suficientes.

Nesse sentido, infere-se que as cidades da Região da Quarta Colônia, dentro de alguns segmentos, alimentam-se por uma rede, que Roberto Camagni define como:

... um conjunto de relaciones, horizontales y no jerárquicas, entre centros complementarios o similares, relaciones que realizan la formación de economías o externalidades respectivamente de especialización/división del trabajo y de sinergia/cooperación (1992, p. 141).

Cada uma dessas cidades desenvolve-se com o intuito de comportar alguma especialidade, que venha a fortificar e oferecer complexidade ao seu urbano para receber demandas dos demais urbanos da Região. Assim como busca em outros urbanos certos serviços ou bens específicos que seu urbano não possui,

configurando-se o urbano/ regional. É uma forma organizacional em rede que preserva a constante sinergia entre essas cidades. Onde todas as cidades inseridas nessas relações de alguma forma passam a obter benefícios, sejam eles nos âmbitos políticos, sociais ou econômicos.

Contribuindo ao estudo, Domènech aprofunda a definição de redes, descrevendo que:

... tanto un sistema donde predominen las relaciones verticales (jerárquico) como un sistema donde predominen las relaciones horizontales son una red, y lo que los diferencia es la naturaleza de los flujos. El único requisito par que constituyan una red de ciudades es que mediante estas relaciones se obtenga algún tipo de ventaja conjunta (economías de red)... (2003, p. 12).

Ao fazer-se uma criteriosa análise sobre a Região nas últimas duas décadas, percebe-se o aumento nos níveis organizacionais em rede. Esse aumento pode ser evidenciado no zoneamento multifuncional que estas cidades estão formando, na ampliação dos sistemas de informatização e no empreendimento para a criação de símbolos não mais apenas locais, mas principalmente, regionais, como produtos turísticos, coloniais, itens gastronômicos, feiras e monumentos.

Porém, o destaque maior é por parte das políticas públicas que incessantemente buscam atingir eficácia exterior e se voltam para a execução de práticas que enfatizem as particularidades da Região, vendendo-as como produto turístico e tornando-a atrativa para novas formas de empreendedorismo.

Essas ações têm potencializado a Região, transformando-a num território de poder o que Claude Raffestin cita, “a rede faz e desfaz as prisões do espaço tornado território: tanto libera como aprisiona. É porque ela é o ‘instrumento’, por excelência, do poder” (apud DIAS. In: CASTRO; GOMES & CORRÊA, 2005, p. 147).

É nesse cenário regional que a cidade de Dona Francisca está inserida e através de seu urbano comporta suas relações regionais mais imediatas, sendo os objetos de estudo do trabalho de dissertação de mestrado.

2.2 Urbano/ Regional

Concatenando as idéias de Beaujeu-Garnier (1980), Figueiredo interpreta que para a referida autora, a cidade é um espaço que recebe pessoas e as cidades, por sua vez, oferecem seus serviços na tentativa de suprir as necessidades das pessoas que às visitam, além disso, busca através de seu poder preservar relações exteriores, tornando assim esses espaços cada vez mais dinâmicos economicamente (2008).

As cidades reproduzem em seus urbanos um conjunto de variedades econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais interligadas. A formação e concentração dessas variedades, somente se concretiza em razão das relações que esse urbano possui com outros espaços.

Para Andrade, a cidade “é um centro de relações de pessoas de outras áreas – do campo e de outras cidades – e que vêm a ela a fim de adquirir bens expostos à comercialização e usar serviços que nelas são oferecidos” (1981, p. 277).

Essas relações, não necessariamente, ocorrem com seus urbanos ou rurais mais próximos ou imediatos, mas sim com urbanos e/ ou rurais que venham sanar suas deficiências, aprimorar suas potencialidades, oferecer mercado consumidor aos seus produtos ou propriamente comportar-se como um elo de ligação diante de alguma segmentação ou cadeia produtiva ou de consumo.

Assim, relações urbano/ regionais caracterizam-se por unidades espaciais contínuas ou descontínuas, ou seja, podem estar diretamente intrincadas com outros centros urbanos próximos ou com urbanos mais distantes territorialmente, bem como com seu direto apêndice rural.

A materialização dessas relações estreita os vínculos de complementaridade e possibilitam a determinação de funções específicas para ambientes ou espaços incorporados nesse processo. Denotando influências com lugares mais distantes e singulares (MOURA, 2009).

Quanto mais intensas forem as relações de um urbano, maior será o seu conjunto de ofertas e, conseqüentemente, mais ampla será a abertura para novos meios externos. Nesse sentido destaca, Corrêa:

O espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado; cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável. Estas relações manifestam-se empiricamente através de fluxos de veículos e de pessoa, associados as operações de carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos quotidianos entre as áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos menos frequentes para compras no centro da cidade ou nas lojas do bairro, as visitas aos parentes e amigos e às idas ao cinema, culto religioso, praia e parques. (2004, p. 07).

A existência e intensidade das relações de um urbano dependem diretamente de capacidade, agilidade e eficácia de seus fixos. Pois é através dos fixos que os fluxos ocorrem, nesse sentido os fluxos podem ser considerados relações de troca, de interdependência visível ou invisível.

A movimentação de pessoas, veículos e mercadorias é existente em todo e qualquer ambiente, podendo esse ser urbano ou rural, de pequeno, médio ou grande porte. O que poderá diferenciar é a intensidade dessas movimentações ou fluxos. Ambientes que oferecem uma maior diversidade de produtos e qualidade de serviços certamente abrangem uma maior dimensão de fluxos, sendo, portanto, mais amplas e dinâmicas as suas relações. Como consequência esse ambiente comportará estruturas de fixos suficientemente capazes de atender sua dimensão.

Moura denomina as relações urbano/ regionais por arranjos urbano-regionais, segundo a autora esses arranjos potencializam a capacidade multiplicadora e aceleradora de fluxos e dinâmicas. Certamente, que a localização desses espaços torna-se privilegiada para a reprodução e acumulação de capital, conseqüentemente são espaços receptores e também difusores de decisões e de capitais. Esses arranjos elevam seus urbanos municipais para uma mais fácil integração diante de âmbitos maiores como estaduais, nacionais e até mesmo internacionais (2009).

As relações urbano/ regionais configuram-se como uma resposta diante das demandas impostas pela divisão social do trabalho. Ao urbano cabe a função de organizar essas necessidades, mostrando-se, assim, capacitado para inserir-se em esferas maiores e mais dinâmicas e, por consequência, oferecer mais amplo aporte ao seu rural e aos urbanos os quais mantém relações.

A materialização das relações urbano/ regionais atendem aos interesses públicos de todos os municípios incorporados por essas relações, absorvendo o sentido de região, em muitos casos tornando-se territórios de poder. É comum a configuração de dualidade entre o urbano e o regional. Moura interpreta essa

dificuldade de definição como um hibridismo entre as noções do que seria o urbano e do que seria o regional (2009).

Os agrupamentos de municípios por meios de relações urbano/ regionais fortificam essas comunidades, principalmente, nos elementos econômicos e sociais, tornando-as mais preparadas e competitivas para enfrentar as segmentações globais.

O ambiente regional demanda melhorias internas para desenvolver seus processos de produção, circulação e comunicação. A intensificação dos fluxos internos resulta como consequência direta na ampliação de fluxos externos. Estes fluxos se caracterizam por ações, atitudes e movimentos que as atividades provocam e que trabalham numa dialética constante modificando e redefinindo os lugares. Santos comenta que “de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva a criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma” (1999, p. 52).

Esse recorte espacial, que busca organizar seu espaço físico e ordenar as atividades da sociedade que ele comporta é a região. Como descreve Haesbaert região é um recorte local diante de uma esfera global, onde um espaço singular, com funções específicas, integra e interliga-se a um espaço maior, total (1999).

Essa sub-unidade espacial que de acordo com alguns critérios diferencia-se, organiza esse espaço físico, considerando o ambiente natural desse espaço, bem como as demandas da sociedade que ali convive e produz.

2.3 Políticas Públicas

Até o final do século XIX um dos maiores compromissos do Estado era oferecer segurança e defesa ao povo pertencente aquela circunferência. Através da evolução e expansão da democracia foram sendo alterados significativamente esses compromissos do Estado para com sua sociedade.

A partir do século XX, com a expansão e consolidação da democracia, a principal função dos Estados tornou-se promover o bem estar da sociedade, sendo que para atingi-lo é necessário executar e promover ações definidas como prioritárias pelo Estado, juntamente com a sociedade.

Necessariamente essas ações devem visar pela solução ou amenização de questões problemáticas em áreas diversas. Dentre essas áreas podem ser citadas a educação, saúde, segurança, meio ambiente, moradia, transporte, saneamento, cultura, dentre outras que forem demandadas pela sociedade.

Para Comparato as políticas públicas tendem a um agrupamento ordenado de normas e ações que se direcionam para a concretização de um objetivo único previamente determinado (1997).

As inovações tecnológicas e os novos paradigmas da economia globalizada comprometeram os Estados a assumirem novas funções. Diante dessas novas competências tornou-se maior a necessidade de complementaridade entre os Estados e a iniciativa privada. Desde então, percebe-se a maior presença de instituições não governamentais na atuação e execução de funções públicas.

Quando o Estado, tanto na escala federal, estadual ou municipal, empenha-se na atuação de ações e decisões que estejam direcionadas para a melhoria ou propriamente para amenizar problemas de ordem coletiva, essas manifestações são consideradas políticas públicas.

As políticas públicas que fazem reivindicações e executam ações são desenvolvidas por atores de um sistema político. Portanto, por políticas públicas, compreende-se a tomada de decisões em assuntos públicos, por parte de atores políticos, que resultem em ações coerentes aos anseios coletivos no uso dos bens e dos recursos públicos.

Numa definição mais formal, pode ser entendida como:

O conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público (GUARESCHI, COMUNELLO, NARDINI & HOENISCH, 2004, pg. 180).

O processo de desenvolvimento de programas, de projetos, de formas de planejamento estratégico e mesmo as simples atividades governamentais efetuadas pelas administrações nos municípios, estados e na união são consideradas políticas públicas.

Visando o bem coletivo, torna-se cada vez mais comum o desenvolvimento de políticas públicas onde os atores políticos formam parcerias com atores privados ou não governamentais. Bucci esclarece que cabe ao Estado coordenar programas de ações governamentais que estão à sua disposição, bem como as atividades privadas, para se atingir objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados (2002).

A mesma autora relata, ainda, que políticas públicas oferecem base fundamental para o Estado social, sendo assim deve partir do Poder Público tais iniciativas, pois esse tem por obrigação garantir os direitos fundamentais à sociedade (BUCCI, 1996).

Seguindo a doutrina de Dworkin, Comparato também entende que as políticas públicas devem partir de programas de ações governamentais. Cabendo ao Estado nortear a conduta a ser seguida para a sociedade alcançar melhorias políticas, econômicas e sociais (1997).

No intuito de amenizar as disparidades sociais e atingir o bem estar coletivo, o Estado tem como compromisso e dever a inserção da sociedade e de instituições privadas ou não governamentais na elaboração e na execução de políticas públicas.

Integrar essas esferas distintas fortalece a execução de estudos para melhor compreender as ações, os projetos, as manifestações, os comportamentos e as idéias adotadas diante das necessidades e prioridades demandadas pela sociedade, possibilitando maiores garantias de êxito e sucesso na implantação e atuação dessas políticas.

A união de atores públicos e privados resultará na elaboração de políticas públicas que venham atender aos interesses de ambos os atores.

No intuito de obter-se coerência e, verdadeiramente, atender pelas necessidades mais relevantes de uma sociedade, sugere-se seguir alguns estágios

para a elaboração de uma política pública. Desenvolver um diagnóstico, o qual primeiramente verse em elencar prioridades mais imediatas, seguidamente, formular supostas alternativas para solucionar as prioridades elencadas. Num terceiro momento executar essas ações alternativas e, por último, fazer uma criteriosa avaliação de todo o processo desenvolvido.

Desta forma esse diagnóstico é fundamentalmente a identificação das esferas econômicas, políticas, sociais, ambientais e espaciais dos lugares onde serão projetadas as políticas públicas.

Além disso, é relevante conhecer as características da sociedade que convive nesse ambiente, como a estrutura etária, de sexo, de densidade demográfica, a expectativa de vida, a escolaridade e renda média. Entender o comportamento dessas características é um dos critérios fundamentais para a projeção e o planejamento de políticas públicas que de fato venham atender os anseios e demandas da sociedade que vive nesse ambiente.

Esse processo descrito de maneira sucinta envolve a compilação de dados a fim de obter-se informações para construir um diagnóstico onde será possível identificar as mais urgentes e ameaçadoras problemáticas tanto nos quesitos políticos, sociais, econômicos e ambientais da esfera estudada. Diante desse diagnóstico elaboram-se programas e ações estratégicas que visem sanar os problemas identificados, ou seja, a formulação de um prognóstico que atue na solução dos problemas.

Certamente que nem todas as políticas públicas irão sanar ou amenizar os problemas contidos numa sociedade de forma imediatista. Na sua grande maioria elas fazem parte de um plano de ações, onde podem ser desenvolvidas a médio e longo prazo. Nesse sentido, percebe-se um vínculo bastante estreito entre políticas públicas e planejamento. Essa proximidade, entretanto, mantém restrições relevantes, que de acordo com o raciocínio Bucci:

A política é mais ampla que o plano e define-se como o processo de escolha dos meios para a realização dos objetivos do governo, com a participação dos agentes públicos e privados. [...] A política pública transcende os instrumentos normativos do plano ou do programa. Há, no entanto, um paralelo evidente entre o processo de formulação da política e a atividade de planejamento, (2002, p. 259).

As políticas públicas, assim como as demais formas de planejamento, devem levar em conta análises contundentes de cada ambiente onde estas atuarão. Além das deficiências ou situações de risco que naturalmente demonstram-se adversas ao desenvolvimento, cabe também averiguar as potencialidades e as vocações de determinados ambientes e setores, buscando transformá-las em oportunidades de progresso para esses lugares e para os agentes sociais desses lugares.

Nesse sentido Pires, destaca que:

“O planejamento sob a perspectiva democrática é, pois, o exercício árduo de combinar demanda social, determinação política e conhecimento técnico da realidade, o que poderá levar a decisões capazes de reverter situações insustentáveis de privações e desigualdades” (p. 173, 2001).

Assim, percebe-se que as políticas públicas são formas aglutinadoras de interesses da sociedade, que, analisados por atores desse processo, resultam em objetivos comuns, ou seja, estruturam-se em interesses coletivos. Sendo, portanto, toda forma de política pública é também um mecanismo de planejamento e este por sua vez imbuído de racionalidade e participação social.

Cabe aos atores das ações de planejamento e de políticas públicas o poder de sensibilidade para valorizar e preservar as particularidades de cada espaço onde essas ações irão ser aplicadas. Essas políticas devem estar dotadas de visões amplas para identificar as potencialidades e as fraquezas desses ambientes, a fim de transformá-las em oportunidades. Devem, portanto, serem complexos instrumentos de percepção diante das diversidades culturais, naturais, políticas, sociais e também econômicas.

CAPÍTULO 3

3 DONA FRANCISCA E A REGIÃO DA QUARTA COLÔNIA

Diante das críticas feitas por José Eli da Veiga em seu livro *Cidades Imaginárias: O Brasil é menos Urbano do que se calcula* (2002), reconhecemos a importância das manifestações teóricas desse autor, sobre as regras brasileiras para definir cidades e suas delimitações de urbano e rural.

Ressaltamos que nos utilizamos dessas regras que também são empregadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para nortear o presente estudo. Seguindo essa regra definiu-se como cidade toda e qualquer sede de município, independente do número de habitantes.

Assim sendo, por pequenas cidades, de acordo com o IBGE (2010) se compreendem populações entre 500 a 100.000 habitantes. As cidades da Região da Quarta Colônia, que são os objetos desse estudo, possuem populações inferiores a 20.000 habitantes, consideradas, portanto, pequenas cidades.

Na Tabela 01 pode ser visualizado o número de habitantes de cada um desses municípios, referente a década de 1996 e 2006.

Através dos dados numéricos e das porcentagens expostas na Tabela 01, verificasse que os municípios estudados, além de serem pequenos municípios, também apresentam taxas de crescimento bastante tímidas, onde há casos como o do município de Ivorá onde as taxas de crescimento da década em evidência demonstram-se em constante decréscimo.

Outro fato que a referida tabela expõem são os casos dos municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins os quais obtiveram um significativo crescimento na grande maioria desses municípios entre os anos 1996 à 2000. Porém, esses mesmos municípios apresentaram um decréscimo em suas populações entre 2000 a 2006.

Esse decréscimo certamente não pode estar somente relacionado ao baixo índice de crescimento vegetativo, é devido ressaltar o fator migratório que esses municípios podem estar vivendo. E essa evacuação de pessoas pode estar

relacionada ao pequeno mercado de trabalho, as escassas oportunidades de investimentos e, principalmente, a restrita gama de atividades comerciais e de serviços, o que como consequência reduz o número de vagas de emprego, bem como dificulta o exercício e a permanência de novas atividades.

A população do município de Nova Palma é a única da Região que tem conseguido conservar um pequeno, porém, constante crescimento durante a década de 1996 à 2006.

Tabela 01: Municípios da Região da Quarta Colônia. Porcentagem (%) em relação à população total dos municípios e a taxa de crescimento no período de 1996 à 2006.

Município	1996	% em relação a população total	2000	% em relação a população total	2006	% em relação a população total
Agudo	16.253	26,87	17.455	27,51	16.875	27,56
Dona Francisca	3.760	6,21	3.902	6,15	3.629	5,92
Faxinal do Soturno	6.754	11,16	6.841	10,78	6.433	10,50
Ivorá	2.598	4,29	2.495	3,93	2.397	3,91
Nova Palma	6.091	10,07	6.312	9,94	6.419	10,48
Pinhal Grande	4.383	7,24	4.725	7,44	4.529	7,39
Restinga Seca	15.553	25,70	16.400	25,84	15.745	25,71
São João do Polêsine	2.583	4,27	2.745	4,32	2.709	4,42
Silveira Martins	2.526	4,17	2.571	4,05	2.488	4,06
Total	60.501	100	63.446	100	61.224	100

Fonte: Estimativa da população por município e situação de domicílio do Rio Grande do Sul/ FEE, 1996, 2000, 2006.

Org.: BOLFE, S.; VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

Os municípios de Agudo e Restinga Seca são responsáveis por compor mais de 50% da população total da Região da Quarta Colônia e quanto a área territorial percebe-se através da Tabela 02, que esses dois municípios também são os

maiores, diante dos demais municípios, abrangendo cerca 51,65% da área total da Região.

Tabela 02: Municípios da Região da Quarta Colônia. Área por município, população total e densidade demográfica dos municípios 2007.

Município	Área por km ²	População Total	Densidade Demográfica
Agudo	536,00	16.714	31,18
Dona Francisca	114,00	3.572	31,33
Faxinal do Soturno	170,00	6.343	37,31
Ivorá	123,00	2.378	19,33
Nova Palma	314,00	6.432	20,48
Pinhal Grande	477,00	4.496	9,42
Restinga Seca	962,00	15.595	16,21
São João do Polêsine	86,00	2.702	31,41
Silveira Martins	118,00	2.479	21,00
Total	2.900,00	60.711	20,93

Fonte: IBGE, Contagem da população 2007 e estimativa da população 2007.
Org.: BOLFE, S.; VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

O município de Restinga Seca é o detentor da maior área territorial da Região, porém, diante da Tabela 02 evidencia-se que sua densidade demográfica é a segunda menor da Região, tendo uma densidade demográfica superior apenas do município de Pinhal Grande.

Dona Francisca é o segundo menor município em área territorial da Região, sendo maior apenas do município de São João do Polêsine. Ainda assim esses municípios são os mais povoados da Região juntamente com Agudo e Faxinal do Soturno.

Compreendendo uma área territorial total de 2,9 mil Km² e uma população aproximada de 60.711 habitantes (IBGE, 2007), a Região da Quarta Colônia está localizada na Região Central do Estado do Rio Grande do Sul e, Dona Francisca é um dos municípios que a compõem.

Desde seu princípio, essa Região construiu uma história de ocupação fortemente alicerçada em valores históricos, culturais e étnicos.

A Quarta Colônia de Imigração Italiana foi criada em 1877 e recebeu o nome de Silveira Martins, em homenagem ao Senador Gaspar Silveira Martins, político da época que defendia a imigração. O local escolhido, distante dos demais núcleos de

imigração italiana, era composto por terras devolutas situadas na Região Central, na Serra de São Martinho, que faz parte da Serra Geral.

O primeiro grupo de colonos chegou em 1877 e era composto por 70 famílias, que seguiram de barco pelo Rio Jacuí até Rio Pardo e prosseguiram até a encosta da Serra Geral, na Quarta Colônia de Imigração Italiana.

Isaia, 1990, descreve que a Ex-Colônia de Silveira Martins foi composta por imigrantes procedentes do norte da Itália. Esses grupos foram, aos poucos impondo, a criação de novos povoados como Vale Venêto (1878), Arroio Grande (1879), São Marcos (1879), Ribeirão (1880), Val Veronês (1880-1885), Soturno (Nova Palma – 1883), Núcleo Norte (Ivorá – 1883), Geringonça (Novo Treviso – 1884) e outros menores. Faxinal do Soturno, Dona Francisca e São João do Polêsine seriam fundados mais tarde. (apud ITAQUI, 2002). Sendo essa a composição do 4º Núcleo da Colonização Italiana no Estado do Rio Grande do Sul.

A abrangência da área de estudo dessa pesquisa faz referência à Região da Quarta Colônia, sendo essa uma Região politicamente formada, na qual possui seu nome e boa parte da sua territorialidade alicerçada no 4º Núcleo da Colonização Italiana ou na Ex-Colônia de Silveira Martins.

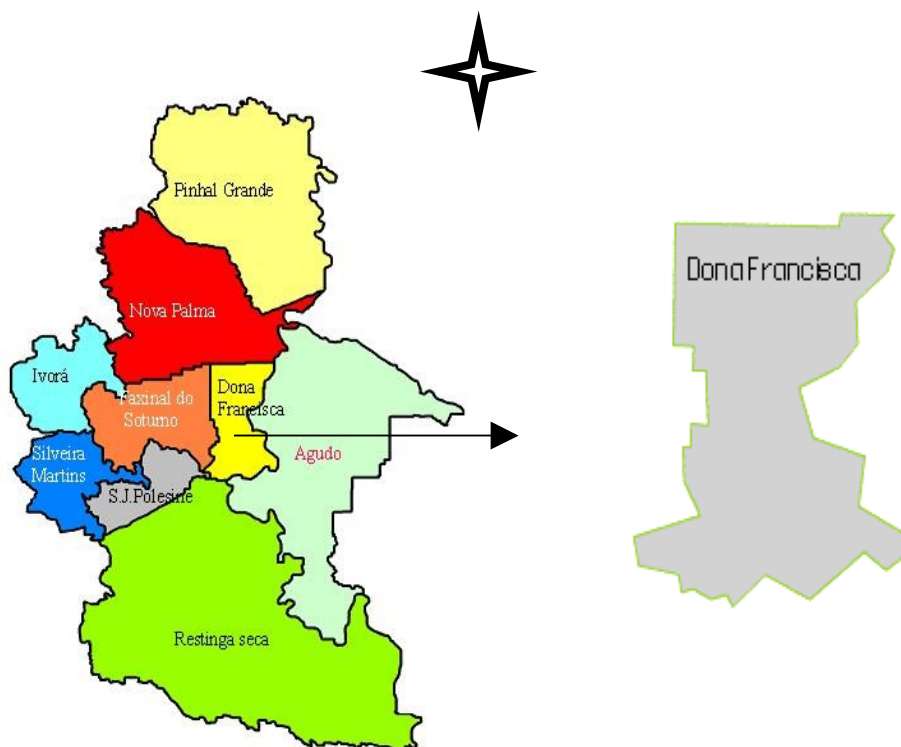
A Região de integração forma uma associação que abrange 09 (nove) municípios: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins. Conforme demonstra a Figura 01.

Organizada por um consórcio que representa esses municípios, através de instrumentos constituídos legalmente e, que visa pelo desenvolvimento, pela integração e articulação de políticas microrregionais. A denominação dessa política de integração dá-se pelo Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia – CONDESUS/ Quarta Colônia¹.

Mapa da Região da Quarta Colônia e do Município de Dona Francisca – RS

N

¹ O Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia – CONDESUS/ Quarta Colônia é uma associação pública de direito público, sem fins econômicos, que representa nove municípios da Região da Quarta Colônia: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins.



Escala Aproximada 1:110.000

Figura 01: Mapa da Quarta Colônia e do Município de Dona Francisca – RS.

Fonte: Adaptado do Departamento de Engenharia – Prefeitura Municipal de Dona Francisca – RS.
Org.: VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

Considerando a população total da Região, observa-se através da Tabela 03 que a diferença entre homens e mulheres é bastante pequena. Ainda que pouco expressiva essa diferença, os homens formam o maior grupo populacional da Região.

Tabela 03: Municípios da Região da Quarta Colônia. Número e percentual de homens e de mulheres, 2006.

Município	Homens	%	Mulheres	%
Agudo	8.510	50,4	8.365	49,6
Dona Francisca	1.804	49,7	1.825	50,3
Faxinal do Soturno	3.204	49,8	3.229	50,2
Ivorá	1.230	51,3	1.167	48,7
Nova Palma	3.274	51,0	3.145	49,0
Pinhal Grande	2.332	51,5	2.197	48,5
Restinga Seca	7.778	49,4	7.967	50,6
São João do Polêsine	1.327	49,0	1.382	51,0
Silveira Martins	1.254	50,4	1.234	49,6
Total	30.713	50,2	30.511	49,8

Fonte: FEE, 2006.

Org.: BOLFE, S.; VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

Essa diferença de percentual entre homens e mulheres que vivem nos municípios da Região pode estar relacionada tanto a formação de crescimento natural como ao processo de migração existente nesses municípios. É bastante comum na Região a saída de pessoas, principalmente, de jovens e mulheres que migram para outras cidades na busca por oportunidades de trabalho e por instituições de estudos que venham oferecer níveis de escolaridade além do ensino médio.

Inferindo-se que os homens fazem parte do contingente populacional que ficam mais restringidos as atividades agrícolas, enquanto as mulheres buscam por atividades mais urbanas e que não necessitam tanto de formas de trabalho braçal. Isso explicaria o motivo dos municípios de Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Restinga Seca e São João do Polêsine comportarem um maior número de mulheres diante do seu universo total da população. O fato desses municípios estarem localizados bastante próximos as vias de acesso que se destinam a cidade de Santa Maria, faz com que essas pessoas possam fazer esse percurso diariamente, não necessitando residirem propriamente nesse centro urbano. Sabe-se que o centro urbano de Santa Maria recebe muitos estudantes e também consegue oferecer maior número de vagas de trabalho.

Enquanto que municípios como Nova Palma e Pinhal Grande, os quais estão localizados mais distantes e que não possuem tão fáceis acessos a centros urbanos maiores, dificulta a locomoção diária, sendo mais prático optar pela mudança definitiva do local de residência.

Conhecer onde reside a população da Região é certamente mais um elemento indicador de características e que contribuem ao estudo. A Tabela 04, apresenta a população da Região da Quarta Colônia, diante de uma estimativa para o ano de 2008, onde essa população estaria distribuída entre os espaços urbanos e rurais, nas seguintes proporções:

Tabela 04: Municípios da Região da Quarta Colônia. Estimativa da população por município e situação de domicílio para o ano de 2008.

Município	População total	Rural	%	Urbano	%
Agudo	17.020	9.650	56,7	7.370	43,3
Dona Francisca	3.627	1.266	34,9	2.361	65,1
Faxinal do Soturno	6.459	2.409	37,3	4.050	62,7
Ivorá	2.423	1.564	64,5	859	35,5
Nova Palma	6.495	3.325	51,2	3.170	48,8
Pinhal Grande	4.556	2.601	57,0	1.955	43,0
Restinga Seca	15.806	6.311	40,0	9.495	60,0
São João do Polêsine	2.751	1.496	54,4	1.255	45,6
Silveira Martins	2.514	1.316	52,3	1.198	47,7
Total	61.651	29.941	48,6	31.710	51,4

Fonte: FEE, 2006.

Org.: BOLFE, S.; VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

A referida Tabela mostra que os mais altos índices de urbanização são evidenciados nos municípios de Dona Francisca, seguidamente de Faxinal do Soturno e Restinga Seca, que superam 60,0% da população total residindo nas cidades. Esses indicadores no município de Dona Francisca podem ser explicados pelo elevado percentual de produtores rurais que residem na cidade, porém, permanecem durante o decorrer do dia executando atividades agrícolas e pecuárias no espaço rural do município.

Quanto a esses indicadores para os municípios de Faxinal do Soturno e Restinga Seca, certamente que existem percentuais de produtores rurais que residem nas cidades e assim como em Dona Francisca continuam produzindo no campo. Porém, se reconhece que esses municípios possuem centros urbanos dotados de maiores funcionalidades e que, portanto, necessitam empregar um número maior de pessoas nas suas atividades urbanas.

O grande diferencial apresentado na Tabela 04 está vinculado ao município de Ivorá onde apenas 35,5% da população concentra-se na cidade. Esse indicador mostra a grande dependência que esse município possui do seu campo e da tímida gama de atividades que possui o seu urbano.

Ainda no intuito de analisar as características da Região da Quarta Colônia e mais especificamente de Dona Francisca as Tabelas 05, 06 e 07 demonstram os Índices de Desenvolvimento Econômico e Social – IDESE do município de Dona Francisca, dos demais municípios que compõem a Região e do Estado do Rio Grande do Sul, relativos aos anos de 2004, 2005 e 2006.

Ao fazer-se uma sucinta análise sobre as referidas Tabelas, verifica-se que a grande maioria dos municípios estudados estão com seus indicadores de desenvolvimento econômico e social em posição regular.

Faxinal do Soturno e Nova Palma são os dois municípios que apresentam as melhores posições e, do ano de 2004 para 2005 evoluíram seus indicadores. Porém do ano de 2005 para o ano de 2006 ambos tiveram uma queda nos seus indicadores, mas ainda assim, se mantêm como municípios de melhores posições da Região. A Renda econômica é o elemento mais preponderante e responsável pelos bons patamares sociais e econômicos desses dois municípios.

Assim como os demais indicadores a Renda é um indicador bastante variável na Região, ao considerar os piores índices de Renda da Região, vê-se Ivorá e seguidamente Silveira Martins, onde o mais preocupante é que a situação econômica desses municípios apresenta-se a cada ano mais agravante.

Tabela 05: Municípios da Região da Quarta Colônia e do Estado do Rio Grande do Sul.

Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE, 2004.

Município	Educação		Renda		Saneamento e Domicílios		Saúde		IDESE	
	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem
Agudo	0,795	451°	0,670	242°	0,291	310°	0,894	28°	0,662	305°
Dona Francisca	0,824	373°	0,604	360°	0,371	227°	0,846	295°	0,661	309°
Faxinal do Soturno	0,841	284°	0,712	164°	0,405	198°	0,859	212°	0,704	190°
Ivorá	0,888	67°	0,555	435°	0,288	313°	0,867	168°	0,650	340°
Nova Palma	0,841	280°	0,792	71°	0,344	260°	0,869	155°	0,712	171°
Pinhal Grande	0,836	304°	0,691	210°	0,347	255°	0,860	207°	0,683	246°
Restinga Seca	0,829	345°	0,669	246°	0,409	194°	0,871	135°	0,694	219°
São João do Polêsine	0,832	330°	0,708	174°	0,300	300°	0,859	212°	0,675	268°
Silveira	0,851	236°	0,584	391°	0,325	282°	0,869	157°	0,657	319°

Martins										
Rio Grande do Sul	0,855	-	0,776	-	0,567	-	0,846	-	0,761	-

Fonte: FEE, 2006.

Org.: BOLFE, S.; VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

Evidencia-se também a excelente posição do município de Ivorá no quesito Educação, embora, esse quesito venha apresentando-se cada vez menos qualificado, ainda assim está localizado em uma ótima posição quando comparado aos demais municípios da Região.

Um indicador que chama bastante a atenção é para o quesito Saúde do município de Agudo referente ao ano de 2004, o qual se posicionava em uma excelente colocação e que foi drasticamente rebaixado no ano de 2005 e piorado ainda mais no ano de 2006. O mesmo município também apresenta o pior índice da Região no quesito Educação e ao se analisar os três anos percebe-se que esse quesito tem piorado a cada ano.

Tabela 06: Municípios da Região da Quarta Colônia e do Estado do Rio Grande do Sul.

Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE, 2005.

Município	Educação		Renda		Saneamento e Domicílios		Saúde		IDESE	
	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem
Agudo	0,791	456°	0,645	242°	0,292	309°	0,871	157°	0,650	324°
Dona Francisca	0,820	378°	0,580	377°	0,373	226°	0,851	296°	0,656	303°
Faxinal do Soturno	0,837	294°	0,693	142°	0,406	198°	0,864	208°	0,700	179°
Ivorá	0,878	87°	0,532	448°	0,290	313°	0,871	153°	0,643	339°
Nova Palma	0,834	305°	0,770	50°	0,345	260°	0,874	134°	0,706	163°
Pinhal Grande	0,827	339°	0,630	275°	0,348	254°	0,871	158°	0,669	273°
Restinga Seca	0,822	370°	0,627	280°	0,410	194°	0,866	191°	0,681	230°
São João do	0,812	406°	0,689	150°	0,302	300°	0,864	208°	0,667	279°

Polêsine										
Silveira Martins	0,850	225°	0,559	409°	0,326	283°	0,873	135°	0,652	317°
Rio Grande do Sul	0,853	-	0,766	-	0,568	-	0,851	-	0,759	-

Fonte: FEE, 2006.

Org.: BOLFE, S.; VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

Quanto aos indicadores de Saneamento e Domicílios as melhores colocações ficam para os municípios de Faxinal do Soturno e Restinga Seca que embora não estavam em tão confortável posição esses tem conseguido mantê-las.

Tabela 07: Municípios da Região da Quarta Colônia e do Estado do Rio Grande do Sul.

Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE, 2006.

Município	Educação		Renda		Saneamento e Domicílios		Saúde		IDESE	
	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem
Agudo	0,793	461°	0,669	262°	0,294	310°	0,859	245°	0,654	338°
Dona Francisca	0,815	399°	0,598	398°	0,375	226°	0,848	343°	0,659	320°
Faxinal do Soturno	0,840	285°	0,713	169°	0,408	197°	0,862	223°	0,706	188°
Ivorá	0,873	106°	0,555	450°	0,291	313°	0,869	156°	0,647	351°
Nova Palma	0,836	300°	0,795	57°	0,346	261°	0,871	141°	0,712	175°
Pinhal Grande	0,826	351°	0,675	243°	0,350	253°	0,871	137°	0,681	259°
Restinga Seca	0,822	372°	0,658	280°	0,412	194°	0,847	358°	0,685	244°
São João do Polêsine	0,814	405°	0,699	191°	0,303	300°	0,862	223°	0,669	295°
Silveira Martins	0,849	244°	0,571	443°	0,327	282°	0,871	143°	0,655	333°
Rio Grande do Sul	0,854	-	0,781	-	0,569	-	0,850	-	0,763	-

Fonte: FEE, 2006.

Org.: BOLFE, S.; VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

Ao analisar-se especificamente Dona Francisca no quesito Educação, observa-se que esse possui o segundo pior desempenho nos anos de 2004 e 2005, estando a frente apenas do município de Agudo. Ainda que sendo um quesito que tem agradado-se a cada ano, percebe-se que em 2006, Dona Francisca é o terceiro colocado, estando a frente de Agudo e São João do Polêsine.

Quanto a Renda novamente Dona Francisca coloca-se nas menos favoráveis posições e com de crescente piora, ficando em melhores posições apenas de Ivorá e Silveira Martins.

O quesito que melhora a posição de Dona Francisca diante da Região é o de Saneamento e Domicílios estando esse na terceira melhor colocação perdendo apenas para os municípios de Faxinal do Soturno e Restinga Seca. No decorrer dos três anos analisados Dona Francisca atingiu uma tímida evolução de 2004 para 2005 e conseguiu manter essa evolução entre 2005 e 2006.

Na área da Saúde o município de Dona Francisca colocasse na pior posição nos anos de 2004 e 2005. No ano de 2006 obteve uma piora significativa nesse indicador, porém, ainda assim fica em uma posição melhor que o município de Restinga Seca.

Através das Tabelas 05, 06 e 7, percebe-se que houve alterações pouco significativas no Índice de Desenvolvimento e Econômico e Social dos municípios da Região nos anos de 2004, 2005 e 2006.

O único município de conseguiu manter um constante crescimento foi Pinhal Grande. Os restantes obtiveram oscilações pouco expressivas, porém, a grande maioria teve seus níveis de desenvolvimento rebaixados, inclusive o município de Dona Francisca.

Ao observar todos os quesitos que compõem o Índice de Desenvolvimento Econômico e Social de Dona Francisca diante da sua Região percebe-se que o município posiciona-se no terceiro pior colocado no ano de 2004, ficando a frente apenas de Ivorá e Silveira Martins.

No ano de 2005 consegue uma pequena evolução e aumenta uma posição diante da Região, no ano de 2006 piora seu desempenho total, mas mantém-se diante da Região a frente de Agudo, Ivorá e Silveira Martins.

Quanto a localização geográfica Dona Francisca situa-se na Região Central do Rio Grande do Sul e pertence à Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense e a Microrregião de Restinga Seca. Conforme Figura 02.



Figura 02: Localização do município de Dona Francisca no Estado do Rio Grande do Sul.
Fonte: Projeto de Planejamento Ambiental da Quarta Colônia.
Org.: VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

Como já mencionado anteriormente o município abrange uma área de 114,00 km², o que representa um total de 0.0013% de todo o território brasileiro, 0.0425% da área do Estado e 0.0203% da Região, segundo dados do IBGE (2006).

E, perante aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, o município pertence ao COREDE Central, como pode ser visualizado na Figura 03, correspondente a região número 08.

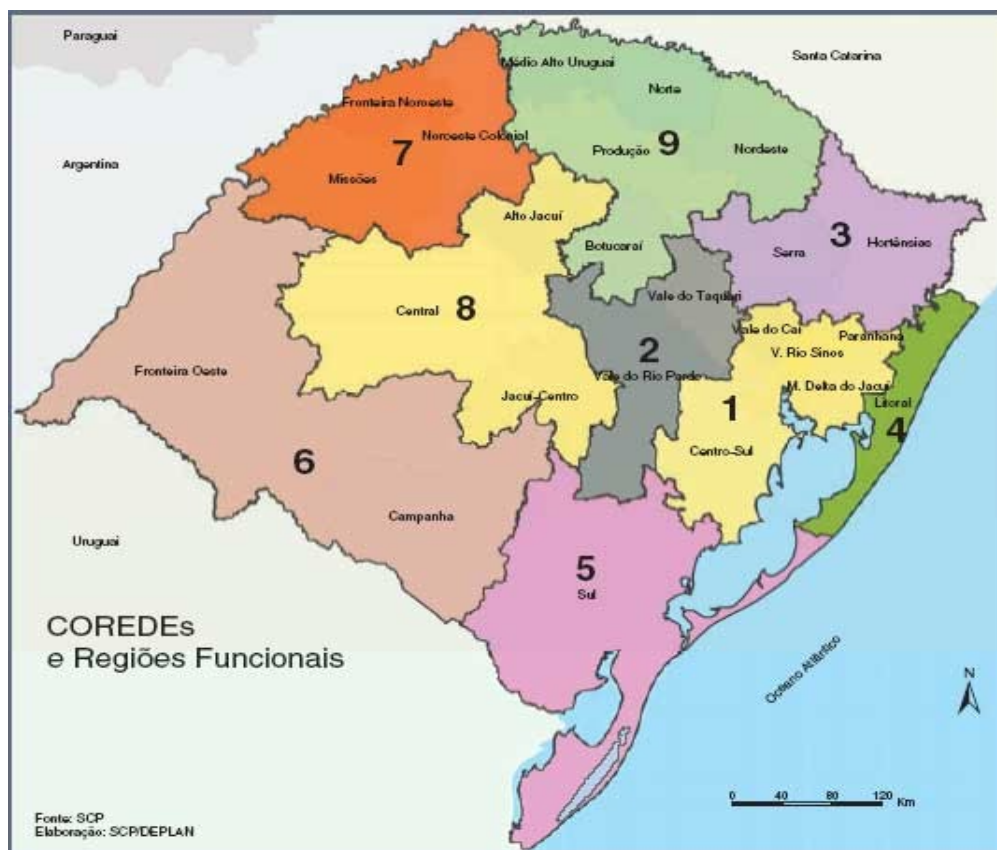


Figura 03: Mapa de localização dos COREDES e das Regiões Funcionais do Estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: FEE, 2008.

Org.: VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

3.1 Formação histórica do município de Dona Francisca

Pertencente a antiga Colônia Santo Ângelo, o atual município de Dona Francisca foi delineado em 1883. Pertencia ao município de Cachoeira do Sul. A sede era a Fazenda Santo Antônio, de propriedade do Senhor José Gomes Leal, o qual, por volta de 1880, vendeu a propriedade à Família Mostardeiro, de Porto Alegre, com a qual havia contraído uma dívida e, não possuindo o suficiente em dinheiro para quitar o débito, entregou suas terras como forma de pagamento.

Em 1881, Manoel José Gonçalves Mostardeiro ali fixou residência, com o fim de administrar a área. Já no ano seguinte, abriu a primeira escola, tendo como professora sua filha, Anália Mostardeiro.

Em 1883 é contratado um agrimensor para estabelecer as bases da colonização, implementada através dos imigrantes alemães e italianos. Destaca-se que o núcleo da atual sede do município foi delineado já naquele ano, pois o mesmo agrimensor elaborou um projeto de vila, contando com ruas e lotes delimitados.

O nome Dona Francisca foi em homenagem à esposa do seu colonizador, Manoel José Gonçalves Mostardeiro. Por ocasião da demarcação dos lotes coloniais, foi solicitada a presença do casal proprietário das terras para prestigiarem o acontecimento, sendo que o “Marco Pião” foi fixado pela senhora Francisca Pereira Gonçalves Mostardeiro. A linha que partia deste marco seguia em direção a encosta da Serra Geral, deixando à direita o morro Sato Antônio e passou a denominar-se “Linha Dona Francisca”. Com a chegada dos colonos e fixando residência na Colônia, popularizaram o nome da Linha para a povoação. À família só restou uma solução: acatar a vontade do povo dando o nome de Dona Francisca ao hoje município (CASASSOLA, 1983).

Os colonos alemães fixaram-se em Linha Ávila e os italianos, oriundos do Vêneto e Treviso, onde hoje é Linha Grande, Linha do Moinho e Linha do Soturno. O rápido desenvolvimento econômico, fruto do trabalho dos imigrantes, fez com que Cachoeira do Sul, no primeiro quarto deste século, instalasse em Dona Francisca a sede do 5º distrito, constituído pelas localidades de Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Linha Ávila, Santos Anjos, São João do Polêsine e Vale Vêneto.

Em 1934, chegaram da Itália as Irmãs Palotinas, criando a primeira Congregação da Ordem na América Latina e fundando a Escola São Carlos.

Em 1959, Dona Francisca solicitou emancipação. Decretada a emancipação foi realizado um plebiscito para escolher a sede do município, entre Dona Francisca e Faxinal do Soturno, povoado do mesmo distrito, Faxinal do Soturno foi vencedor.

Em 17 de Julho de 1965, Dona Francisca consegue sua autonomia político-administrativa, pela Lei Estadual nº 4.993, desmembrando-se do município de Faxinal do Soturno. Sua instalação deu-se em 19 de fevereiro de 1967, e o primeiro mandatário foi Obaldino Benjamin Tessele, nomeado Interventor pelo Governador do Estado.

De acordo com a estimativa da população por município e situação por domicílio, Dona Francisca na década de 1970, contava com uma população aproximada de 3.473 habitantes, estando estes distribuídos da seguinte forma: 2.426 habitantes na zona rural e 1.047 habitantes na zona urbana, (FEE, 2010).

Dona Francisca está com sua sede municipal localizada nas seguintes coordenadas geográficas: 53°21'04" de longitude Oeste de Greenwich e 29°35'02" de latitude Sul, com 64 metros acima do nível do mar.

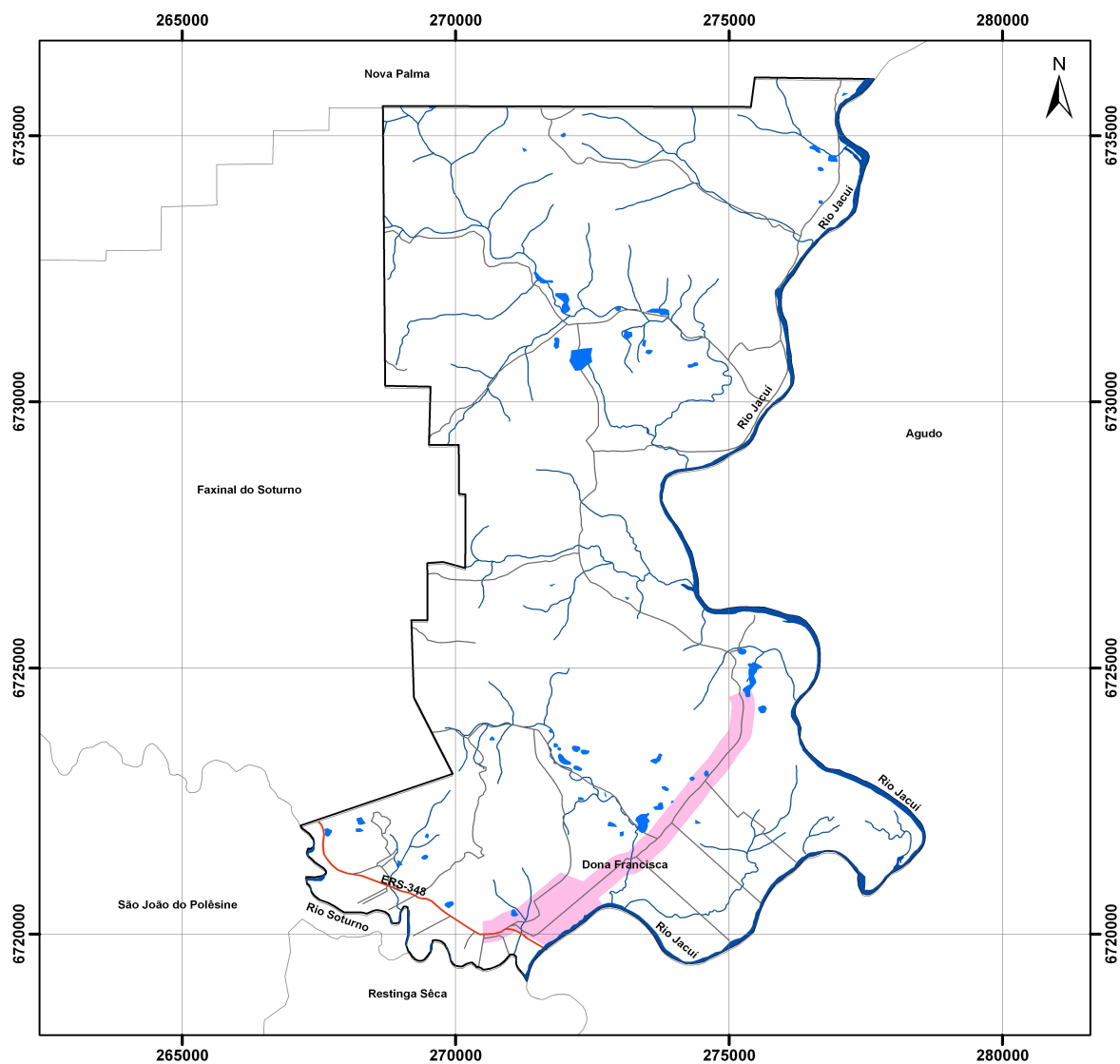
Limita-se ao Norte com o município de Nova Palma, ao Sul com município de Restinga Seca, ao Oeste com os municípios de Faxinal do Soturno e São João do Polêsine e ao Leste com o município de Agudo, onde a presença o Rio Jacuí faz a delimitação entre esses municípios naturalmente. Como pode ser visualizado na Figura 04.

De acordo com a última contagem da população efetuada pelo IBGE, o município somava uma população total de 3.572 habitantes (IBGE, 2007). Sendo que essa população naquele ano estaria distribuída da seguinte forma: 1.247 habitantes no meio rural e 2.325 habitantes no meio urbano, o que corresponde a 34,9% da população rural e 65,1% da população urbana (FEE, 2006).

Já no ano de 2008, através da Estimativa da população por município e situação de domicílio do Rio Grande do Sul (FEE, 2008), calculou-se que o município somou uma população total de 3.627 habitantes, estando ela naquele ano distribuída em 1.266 habitantes no espaço rural e 2.361 habitantes no espaço urbano (Projeção FEE/CIE/NPE, 2008).



Mapa Político Administrativo Município de Dona Francisca - RS



LEGENDA

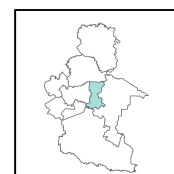
- Limite Municipal
- Limite Zona Urbana
- Estradas de Rodagem - Pavimentadas
- Estradas de Rodagem - Não Pavimentadas
- Rede de Drenagem
- Reservatórios

Estradas de Rodagem	Extensão (Km)
Pavimentadas	5,31
Não Pavimentadas	80,68
Total	85,99

Escala Gráfica



Projeção Universal Transversa de Mercator
 Origem da Quilometragem UTM: "Equador e Meridiano 51° WGR"
 Acrescidas as constantes 10000Km e 500Km respectivamente Fuso 22S
 Datum horizontal WGS 84



Elaboração:



Figura 04: Mapa Político-Administrativo do Município de Dona Francisca – RS.
 Fonte: Projeto de Planejamento Ambiental da Quarta Colônia.
 Org.: VENDRUSCOLO, E. C., 2010.

A cidade de Dona Francisca é banhada pelas águas do Rio Jacuí, que acompanha todo o percurso direito do município, em especial na área urbana onde a cidade se desenvolveu na sua margem direita, como pode ser visualizado na Figura 05. A proximidade da cidade à margem do rio confere-lhe o carinhoso apelido de namorada do Rio Jacuí. Através dessa figura, é possível ainda visualizar a localização das comunidades situadas na zona rural do município.

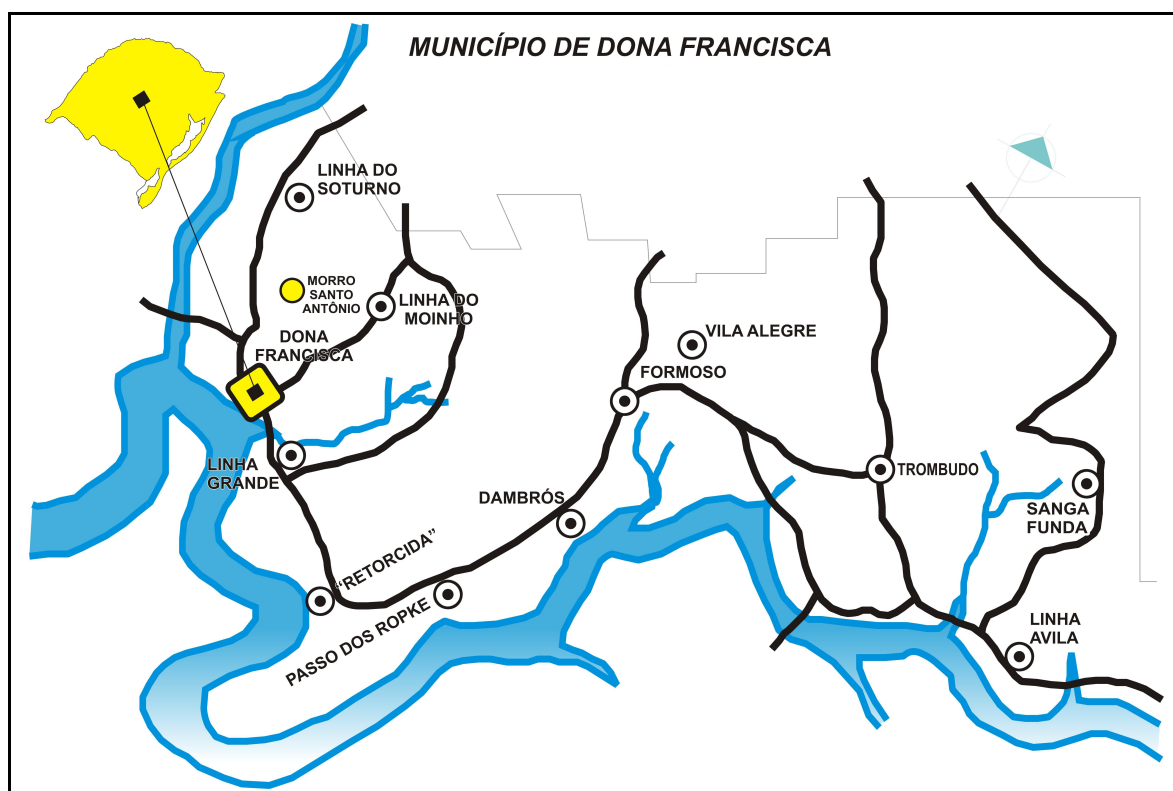


Figura 05: Croqui do Município de Dona Francisca – RS.

Fonte: Departamento de Engenharia – Prefeitura Municipal de Dona Francisca – RS.

Org.: VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

O Rio Jacuí é um dos mais importantes rios do Estado do Rio Grande do Sul. É navegável, desde o Lago Guaíba até a cidade de Cachoeira do Sul. O Rio é de vital importância para o estado e para os municípios em que passa. Deságua no delta do Jacuí um conjunto de canais, ilhas e pântanos, a partir do qual, forma o Lago Guaíba. A partir do Rio Jacuí, as águas seguem para a Laguna dos Patos e, daí, por sequência, para o Oceano Atlântico.

Dona Francisca, assim como muitas outras cidades que são banhadas pelo Rio Jacuí, utiliza-se dos mananciais desse Rio para a irrigação de lavouras, pesca, lazer, abastecimento de água e fornecimento de energia.

A cidade preserva forte influência da imigração italiana e, basicamente, professa a religião católica, com grande veneração a Nossa Senhora dos Navegantes, para a qual foi construído um monumento nas margens do Rio. Conforme Figura 06.



Figura 06: Monumento Nossa Senhora dos Navegantes – Parque Histórico Municipal Obaldino Benjamin Tessele. Dona Francisca – RS.
Fonte: Trabalho de campo, 2008.

A área acidentada faz parte da encosta da Serra Geral, formada pelos sucessivos derrames basálticos. Esta encosta abarca o morro Santo Antônio, com 428 metros de altitude, exceto, a vertente Oeste, a qual fazia parte das terras devolutas do município de Cachoeira do Sul, e as vertentes ao Norte e Oeste do morro Formoso, com 487 metros de altitude, fazendo divisa com o município de Agudo da Colônia Santo Ângelo, na margem direita do Rio Jacuí. (BERNARDES, 1970).

A localização das maiores declividades, das áreas de preservação permanente, dos cursos d'água e do perímetro urbano de Dona Francisca, podem ser visualizadas na Figura 07.



Mapa das Áreas de Preservação Permanente Município de Dona Francisca - RS

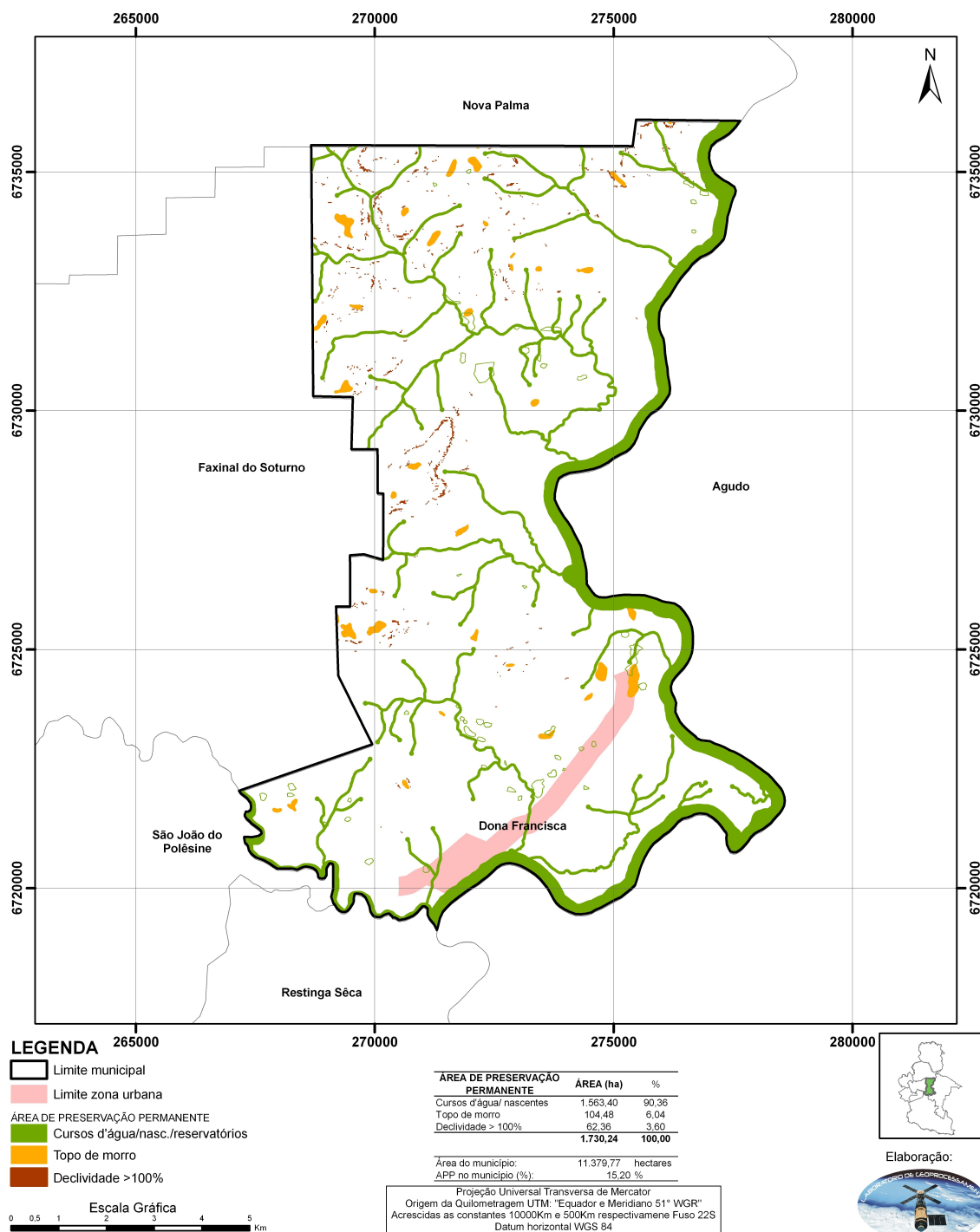


Figura 07: Mapa das Áreas de Preservação Permanente do Município de Dona Francisca – RS.
 Fonte: Projeto de Planejamento Ambiental da Quarta Colônia.
 Org.: VENDRUSCOLO, E. C., 2010.

A vegetação predominante na encosta da Serra Geral é a Mata Subcaducifólia Subtropical, com uma formação florestal de Floresta Estacional Decidual - Floresta Tropical Caducifólia da Mata Atlântica. Este tipo de vegetação é caracterizado por duas estações climáticas bem demarcadas, uma chuvosa seguida de longo período biologicamente seco, onde se encontram espécies arbóreas, arbustivas e rasteiras. Esta vegetação deve-se ao clima subtropical, onde as chuvas são regularmente distribuídas e as médias anuais de temperatura não ultrapassam a 20°C. (BERNARDES, 1970).

A base econômica deste município é agrícola, com as culturas do fumo, milho e feijão nas encostas e arroz irrigado nas áreas planas ou várzeas ao longo da margem do Rio Jacuí, o que prova de forma concreta a necessidade direta dos recursos deste manancial. O abastecimento de água para toda a cidade, a pesca, o lazer e vários tipos de esportes são efetuados graças à existência e localização do Rio.

3.1.1 – Características do município de Dona Francisca

De acordo com a classificação adotada pelo IBGE, o qual classifica por Pequenas Cidades as que possuem populações de 500 a 100.000 habitantes, o presente estudo também, deteve-se a esse parâmetro para caracterizar as cidades que compõem a Região da Quarta Colônia e, especificamente a cidade de Dona Francisca.

Todas essas cidades possuem populações inferiores a 20.000 habitantes, compreendidas, portanto, como pequenas cidades. Nesse sentido, Santos destaca:

Quando se fala em cidades pequenas, a noção de volume da população vem logo à mente. Aceitar um número mínimo, como fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa. O fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização e admite expressão quantitativa, sendo isto outro problema (1979, p. 69-70).

Ao se estudar pequenas cidades, defronta-se com a dificuldade em encontrar bibliografias específicas da temática. Percebendo-se a pequena variedade de estudos sobre pequenas cidades, Santos, também reconhece essa deficiência na ciência geográfica e ressalta que as pequenas cidades merecem a mesma atenção e estudos que são devotados para grandes cidades, a final essas também recriam ambientes para suprir as necessidades de seus habitantes (1979).

Contribuindo com essa linha de raciocínio Lencioni (1985, p. 85), comenta que:

As pequenas cidades não são devidamente estudadas e analisadas, pois as análises geográficas se prendem a aspectos mais gerais dos problemas e situações das grandes e das médias cidades do Brasil como se os problemas urbanos fossem exclusivamente e apenas existentes nestas cidades. Ora, isto representa um preconceito e até mesmo falta de entendimento acerca da realidade destas pequenas cidades. O fato interessante a ser observado é que o nível ou a escala dos debates e dos problemas urbanos é alterado devido às diferentes dimensões das cidades (p. 15 apud BACELAR, 2008).

Definir as cidades antes pelo seu universo populacional, certamente, nos faria pecar e permitir que muitos elementos que de fato caracterizam essas cidades não fossem analisados. Para Faissol, é elementar que para se estudar as cidades deva-se ir muito além da sua população, ou seja, deve ser visto essencialmente o seu tamanho e caráter funcional (1972).

Quanto menores forem as cidades, mais essas tendem a exporem suas particularidades, buscando aprimorar seus elementos mais peculiares e que passam a ofertar potencialidade a essas localidades.

Nesse sentido evidencia-se que a cidade de Dona Francisca também procura demonstrar seus diferenciais a fim de atrair maior dinamismo nas suas funcionalidades. O fato de estar localizada na Região Central do Estado do Rio Grande do Sul, entre a Serra de Sao Martinho e a Várzeas do Rio Jacuí, confere a cidade características ambientais únicas.

O município de Dona Francisca, compõem uma das áreas piloto da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Conforme Figura 08. E quanto a sua cobertura florestal, esta distribui-se em torno de 27,16 Km², ou seja, cerca de 25,74% da área territorial com floresta subtropical, Mata Atlântica (ITAQUI, 2002). Conforme Figura 09, é devido destacar que o fato dessa figura ser do ano de 2002 ela apresenta uma área urbana desatualizada.

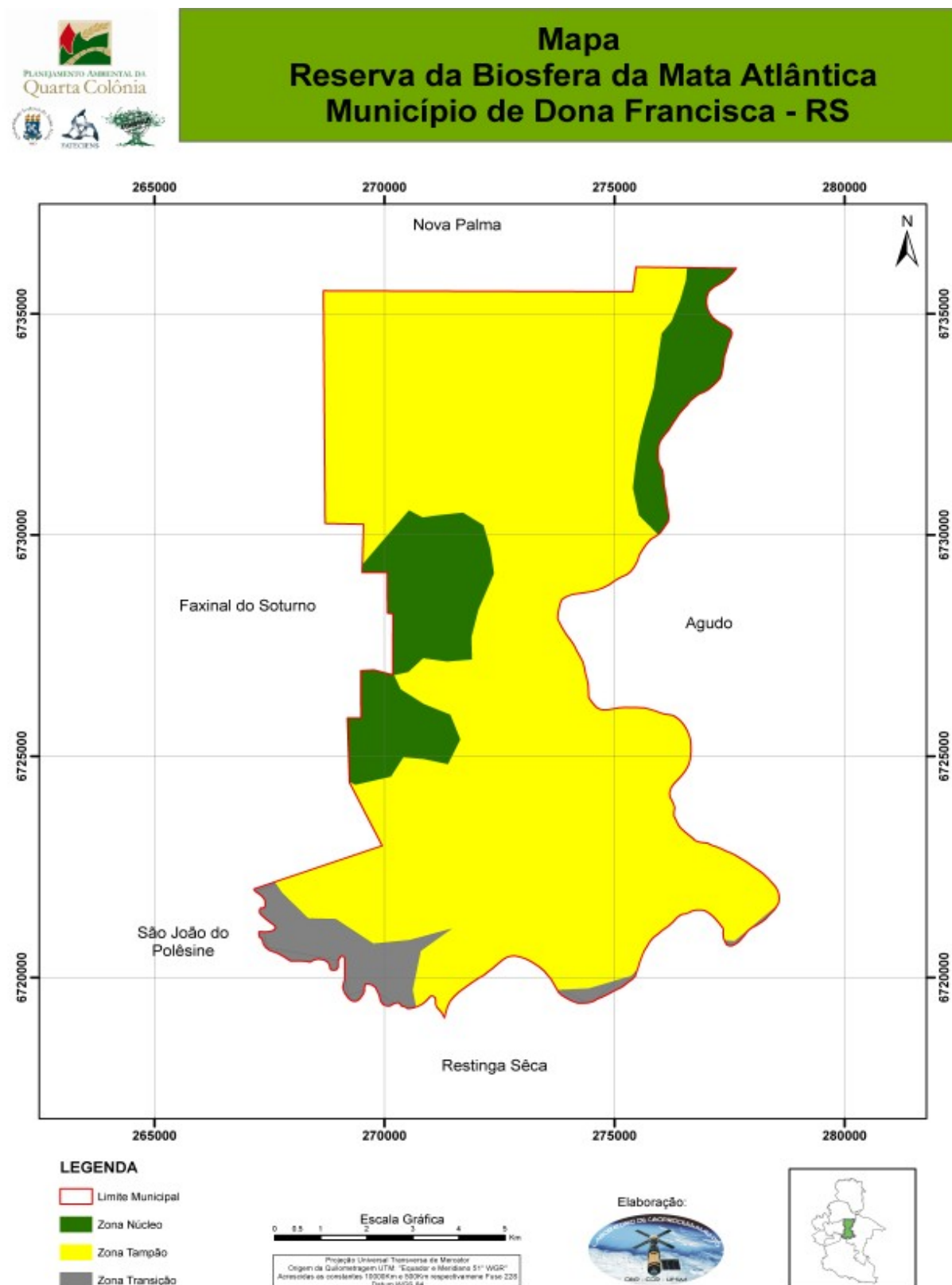


Figura 08: Mapa Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Município de Dona Francisca - RS
Fonte: Projeto de Planejamento Ambiental da Quarta Colônia.
Org.: VENDRUSCOLO, E. C., 2010.

Mapa da cobertura florestal do município de Dona Francisca

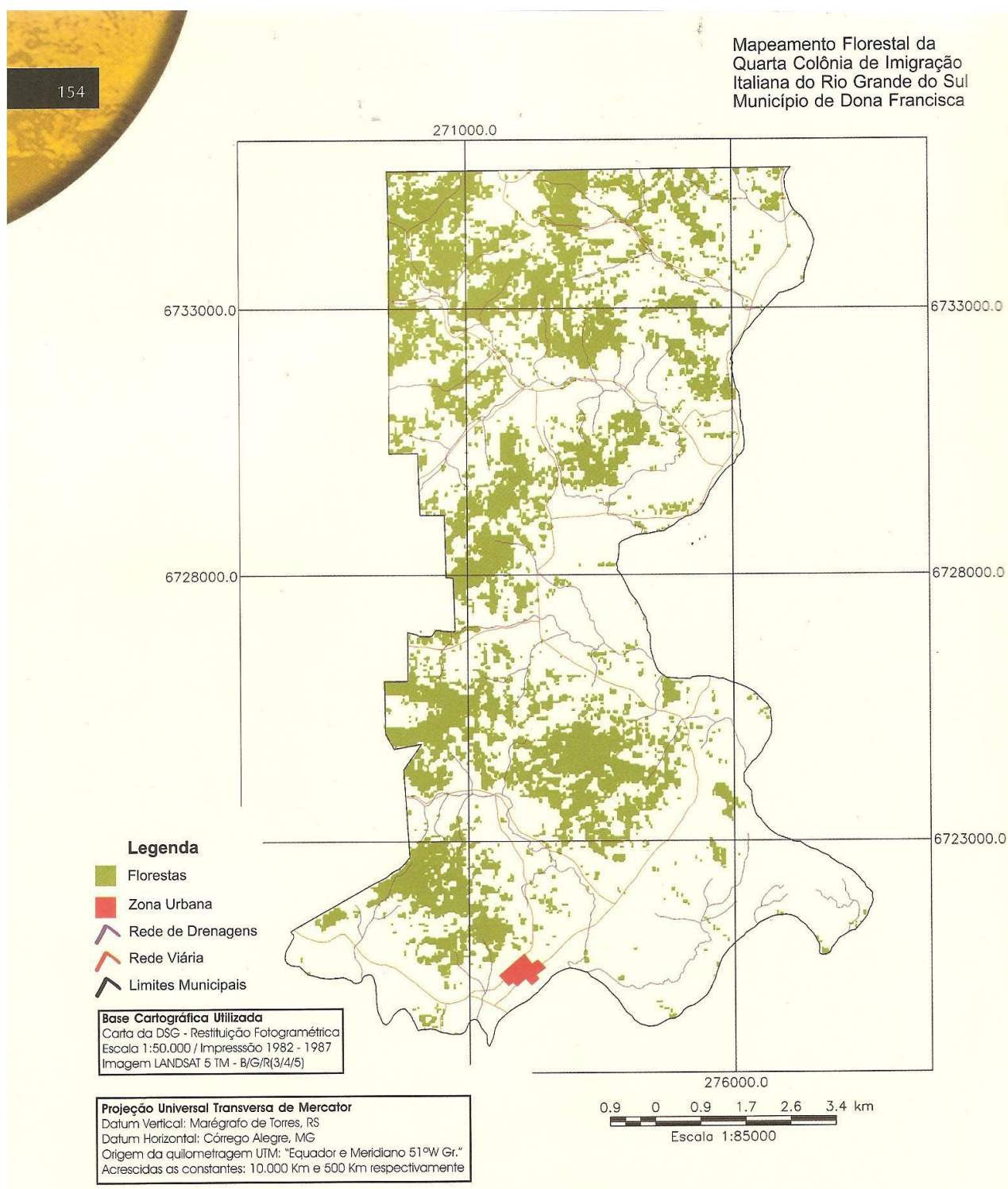


Figura 09: Mapa da cobertura florestal do município de Dona Francisca – RS.

Fonte: ITAQUI, 2002.

Org.: VENDRUSCOLO, E. C., 2010.

A área territorial do município de Dona Francisca, está totalmente compreendida na Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí. Essa é outra riqueza natural do município, a proximidade da sua localização ao manancial hídrico do Rio Jacuí, além da presença de demais rios menores como o Linha do Moinho, o Formoso, o Trombudo, o Sanga Funda e o Schirmer, bem como de outros córregos. Conforme Figura 10.

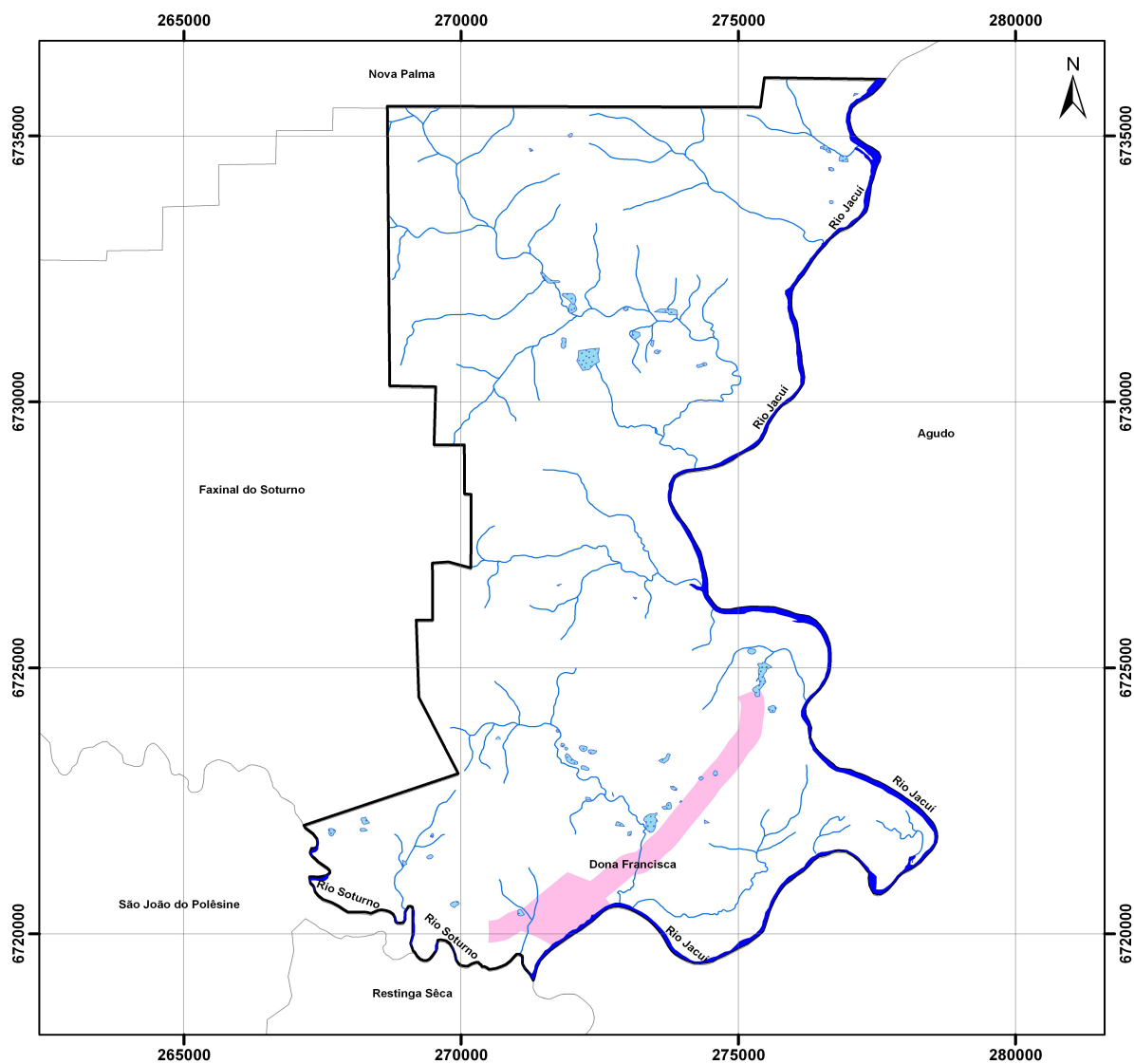
O Sítio Paleontológico de Dona Francisca é uma boa referência da riqueza ambiental do município. Deste Sítio aflora importantes achados fósseis, datados do período do Triássico Médio compreendido entre 245 milhões à 228 milhões de anos atrás, no interior da Era Geológica Mesozoica, sucedido pela época Triássica Inferior e precedida pela época Triássica Superior.

Localizado na zona urbana do município nas imediações da RST 348, próximo ao pórtico de entrada da cidade, como pode ser visualizado na Figura 11.





A relevância desses achados projetaram o município franciscano a nível nacional e mundial, levando-se em consideração a idade e o excelente estado de conservação desses fósseis.



Mapa Hidrográfico Município de Dona Francisca - RS



LEGENDA

-  Limite Municipal
-  Limite Zona Urbana
-  Rede de Drenagem
-  Reservatórios

Escala Gráfica
0 0,5 1 2 3 4 5 Km



Projeção Universal Transversa de Mercator
Origem da Quilometragem UTM: "Equador e Meridiano 51° WGR"
Acréscidas as constantes 10000Km e 5000Km respectivamente Fuso 22S
Datum horizontal WGS 84

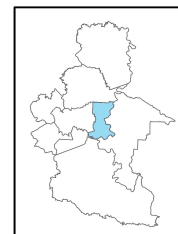


Figura 10: Mapa Hidrográfico do Município de Dona Francisca - RS
Fonte: Projeto de Planejamento Ambiental da Quarta Colônia.
Org.: VENDRUSCOLO, E. C., 2010.



Mapa de Localização de Geossítios Município de Dona Francisca - RS

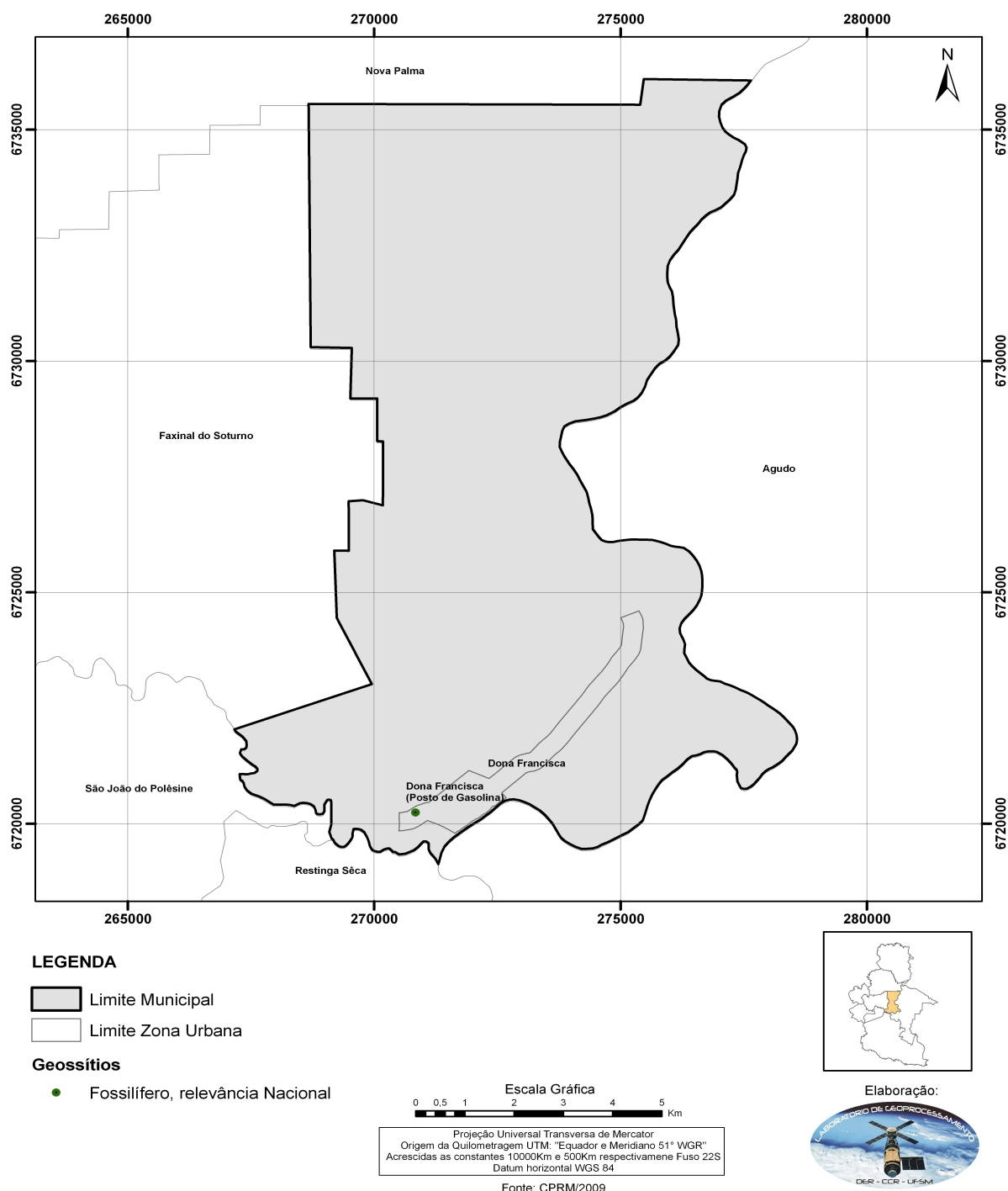


Figura 11: Mapa de Localização de Geossítios no Município de Dona Francisca – RS.
 Fonte: Projeto de Planejamento Ambiental da Quarta Colônia.
 Org.: VENDRUSCOLO, E. C., 2010.

Conforme já mencionado a cidade preserva forte influência da imigração italiana e, além dos italianos a composição étnica da cidade também envolve imigrantes alemães, portugueses e africanos, o que garante a cidade potencialidades turísticas nas segmentações gastronômica, religiosa, histórica e cultural.

Assim como as grandes metrópoles, as pequenas cidades também gostam e aproveitam-se da idéia do Turismo como uma ferramenta que auxilia na renovação local. Por ser uma atividade bastante ampla, o Turismo é uma espécie de indústria que com seu crescimento, atrai boas perspectivas para o futuro, gera empregos, além de manter e demandar instalações e serviços. É uma atividade que possibilita a criação de novas instalações onde não apenas os turistas podem usufruir, mas também a população local. Oferece utilidade e direcionamento a lugares vistos antes como abandonados, eleva a moral da população local, e principalmente, oferece uma boa imagem externa das cidades, o que pode contribuir significativamente para a atração de novos empreendimentos nessas cidades (SWARBROOKE, 2000).

Ainda nesse sentido, contempla, Melo:

“há, pois, ocorrência de pequenas cidades inseridas em áreas economicamente dinâmicas, como nas áreas de agricultura moderna, que conseguem atender as demandas básicas da sua população e as da produção agrícola, algumas apresentando considerável crescimento demográfico e outras não. Por outro lado, coexistem pequenas cidades que funcionam apenas como reservatórios de mão-de-obra; outras são marcadas pelo esvaziamento gerado por processos migratórios, sobretudo de pessoas em idade ativa, permanecendo os idosos. As rendas nessas últimas localidades são, geralmente, procedentes de transferências, sobretudo do Estado. Além dessas, há também, entre outras, pequenas cidades turísticas, industriais e algumas que têm as festividades religiosas como elemento que as inserem em um contexto mais amplo (MELO, 2005, p. 34)”.

Na cidade de Dona Francisca, já pode ser visualizada o público visitante, ou seja, de caráter turístico. E ainda que de forma incipiente, a cidade já percebe a atividade turística como uma fonte de agregação de renda e de geração de novos postos de trabalho.

Porém, a base econômica do município está calcada na agricultura, conforme demonstra a Figura 12.

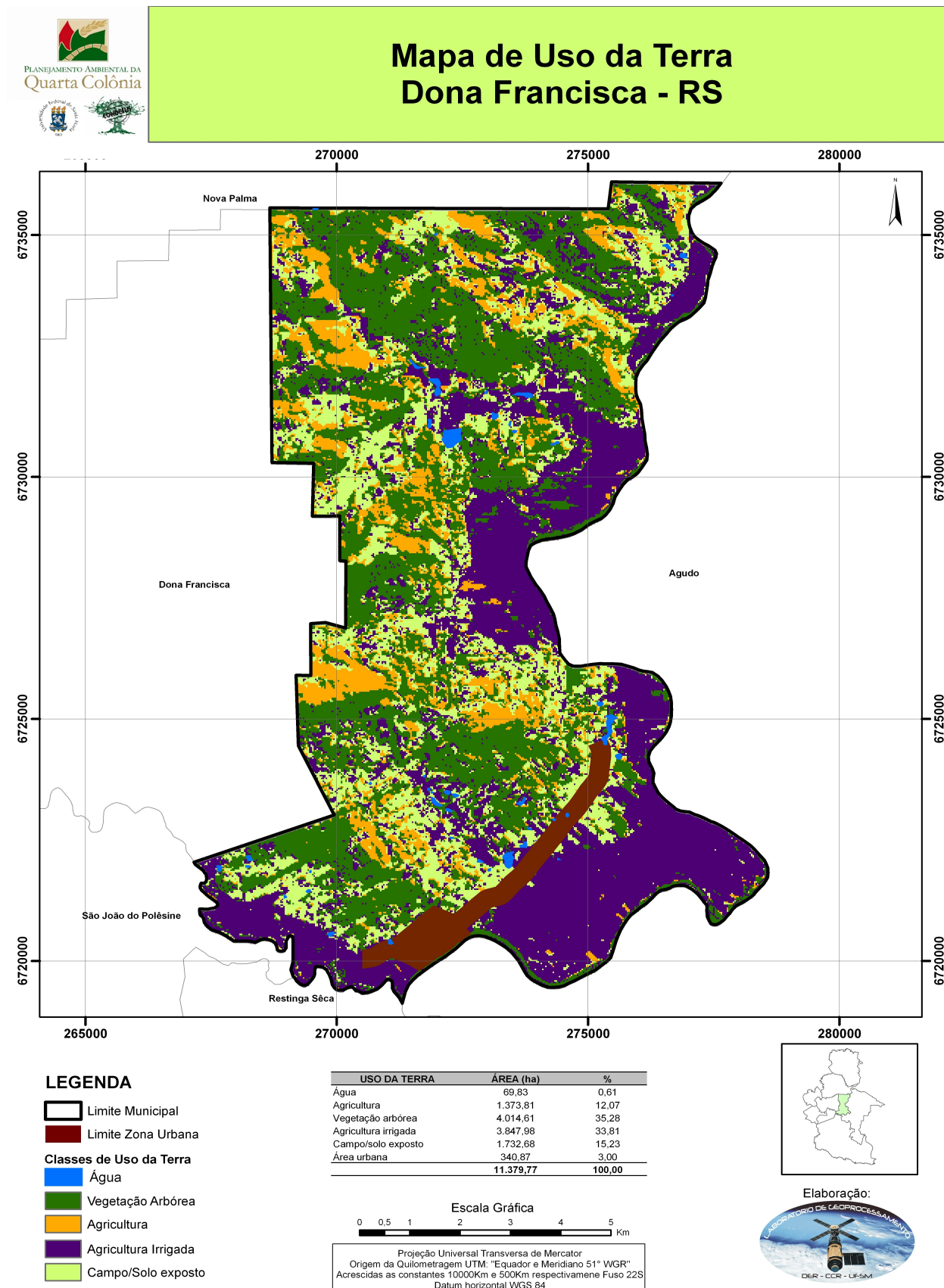


Figura 12: Mapa de Uso da Terra do Município de Dona Francisca – RS.
Fonte: Projeto de Planejamento Ambiental da Quarta Colônia.
Org.: VENDRUSCOLO, E. C., 2010.

A grande propulsão da economia do município é a agricultura de pequenas propriedades, essas pequenas propriedades compreendem a grande maioria do espaço rural franciscano e a mão-de-obra utilizada para a produção nessas pequenas propriedades é basicamente familiar. Associado a esse tipo de produção agrícola está a utilização de técnicas rudimentares e de pouca mecanização, onde é bastante comum o emprego de equipamentos agrícolas por meio da tração animal. Esse processo dá-se mais especificamente nas áreas de encostas onde os produtos agrícolas mais cultivados são o fumo, o milho, o feijão e o soja.

Nas áreas planas, ou seja, nas várzeas ao longo das margens do Rio Jacuí o cultivo do arroz irrigado é o que predomina, nessas áreas a mão-de-obra familiar não é tão utilizada, sendo essas atividades geralmente executadas por chefes de famílias e alguns empregados e diaristas. Quanto as técnicas de produção agrícolas, essas são mais modernas e empregam máquinas, equipamentos, insumos e herbicidas agrícolas que comportam tecnologias mecânicas e biológicas cada vez mais avançadas e sofisticadas.

Nas tabelas a seguir pôde-se visualizar as áreas, os produtos mais cultivados e a produtividade por área no município, no período de meados de 2001 à meados de 2010.

Tabela 08: Município de Dona Francisca. Produtos agrícolas cultivados, área produzida e quantidade da produção.

Safra 2001/ 2002

Produto	Área Cultivada (há)	Produção (kg) por há	Total da Produção (T)
Arroz	2.270	7.300	16.571
Soja	60	2.200	132
Milho	700	3.300	2,310
Feijão	190	1.080	205,2
Fumo	470	1.575	740,25
Total	3.690	15.455	17.650,76

Fonte: Escritório Municipal da Emater e Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente de Dona Francisca, 2010.

Org.: VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

De acordo com as informações obtidas pelo Escritório Municipal da Emater e pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, a Safra de 2001/ 2002,

esteve próxima à normalidade de produção, ressalvo para as culturas de fumo e feijão que tiveram uma produtividade um pouco abaixo da média esperada devido problemas climáticos associados ao excesso de calor e a baixa umidade. Diante da referida tabela ainda pode ser visualizada a grande área que o município devota para a cultura do arroz.

**Tabela 09: Município de Dona Francisca. Produtos agrícolas cultivados, área produzida e quantidade da produção.
Safra 2002/ 2003**

Produto	Área Cultivada (há)	Produção (kg) por há	Total da Produção (T)
Arroz	2.270	6.500	14.755
Soja	80	2.700	216
Milho	700	3.300	2.310
Feijão	200	850	170
Fumo	410	1.575	645,75
Total	3.690	15.455	18.096,75

Fonte: Escritório Municipal da Emater e Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente de Dona Francisca, 2010.
Org.: VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

Na Safra de 2002/ 2003, as culturas de feijão e arroz foram afetadas por problemas de ordem climática, onde o excesso de chuvas no período do plantio do arroz culminou no atraso do plantio dessa cultura e conseqüentemente no atraso de sua colheita, ocorrendo altos índices de perda de produção. Esse mesmo excesso de chuvas coincidiu ao período de floração da cultura do feijão, o que gerou uma baixa produtividade dessa cultura. Já a área de cultivo do soja teve um significativo aumento, resultando também no aumento da produção dessa cultura.

**Tabela 10: Município de Dona Francisca. Produtos agrícolas cultivados, área produzida e quantidade da produção.
Safra 2003/ 2004**

Produto	Área Cultivada (há)	Produção (kg) por há	Total da Produção (T)
----------------	----------------------------	-----------------------------	------------------------------

Arroz	2.290	7.400	16.946
Soja	90	2.040	183,6
Milho	700	2.700	1.890
Feijão	180	1.500	270
Fumo	420	1.650	693
Total	3.680	15.290	19.982,6

Fonte: Escritório Municipal da Emater e Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente de Dona Francisca, 2010.

Org.: VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

O ano agrícola de 2003/ 2004, pode ser considerado um bom ano, onde foi possível atingir boas médias de produção na grande maioria das culturas agrícolas. A única cultura que obteve uma significativa queda de produtividade foi o soja.

Tabela 11: Município de Dona Francisca. Produtos agrícolas cultivados, área produzida e quantidade da produção.

Safra 2004/ 2005

Produto	Área Cultivada (há)	Produção (kg) por há	Total da Produção (T)
Arroz	2.300	7.900	18.170
Soja	110	720	79,2
Milho	550	1.850	1.017,5
Feijão	120	1.140	136,8
Fumo	420	1.650	693
Total	3.500	13.260	20.096,5

Fonte: Escritório Municipal da Emater e Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente de Dona Francisca, 2010.

Org.: VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

A excelente produtividade do arroz na Safra agrícola 2004/ 2005, foi resultado da alta insolação ocorrida no período de maturação do produto. Esse mesmo fator climático, no entanto, prejudicou significativamente as culturas do milho, e especificamente do soja que nesse mesmo ano teve um aumento na sua área de produção e ainda assim sua produção total foi inferior ao ano anterior. A área de plantio do milho foi bastante restringida diante desse fator.

Tabela 12: Município de Dona Francisca. Produtos agrícolas cultivados, área produzida e quantidade da produção.

Safra 2005/ 2006

Produto	Área Cultivada (há)	Produção (kg) por há	Total da Produção (T)
Arroz	2.300	7.600	17.480
Soja	90	2.040	183,6
Milho	750	2.500	1.875
Feijão	150	720	108
Fumo	420	1.500	630
Total	3.710	14.360	20.276,6

Fonte: Escritório Municipal da Emater e Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente de Dona Francisca, 2010.

Org.: VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

Diante de uma forte estiagem ocorrida no período da Safra agrícola 2005/2006, analisa-se uma queda na produção de milho, porém a mais drástica queda foi na cultura do feijão, onde o ápice da estiagem deu-se no final do ciclo produtivo dessa cultura. O fumo foi uma das culturas que também chegou a ser afetada por essa estiagem, mas ainda assim conseguiu manter uma razoável produção. Nesse mesmo ano agrícola a excelente produtividade foi do soja, apesar de ter sido restringida sua área de plantio.

Tabela 13: Município de Dona Francisca. Produtos agrícolas cultivados, área produzida e quantidade da produção.

Safra 2006/ 2007

Produto	Área Cultivada (há)	Produção (kg) por há	Total da Produção (T)
Arroz	2.350	7.550	17.742,5
Soja	90	2.580	232,2
Milho	750	3.600	2.700
Feijão	220	1.060	233,2
Fumo	410	1.630	668,3
Total	3.820	16.420	21.576,2

Fonte: Escritório Municipal da Emater e Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente de Dona Francisca, 2010.

Org.: VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

A Safra 2006/ 2007, não demonstrou nenhum tipo de interferência climática relevante. Podendo ser considerado uma safra normal, com bons índices de produção, atingindo-se as expectativas do período. Quanto as áreas de produção verifica-se que um pequeno aumento na área de cultivo do arroz, já o aumento da área de produção do feijão foi bem relevante.

Tabela 14: Município de Dona Francisca. Produtos agrícolas cultivados, área produzida e quantidade da produção.

Safra 2007/ 2008

Produto	Área Cultivada (há)	Produção (kg) por há	Total da Produção (T)
Arroz	2.350	8.100	19.035
Soja	130	2.280	296,4
Milho	750	3.600	2.700
Feijão	140	1.100	154
Fumo	420	1.630	684,6
Total	3.790	16.710	22.870

Fonte: Escritório Municipal da Emater e Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente de Dona Francisca, 2010.

Org.: VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

Assim como o ano anterior, a Safra agrícola 2007/ 2008, foi considerada uma das melhores da década, obtendo-se significativos aumentos da produção. O único produto que não acompanhou esse crescimento foi o feijão, onde a área de cultivo foi inferior ao ano anterior, porém, obteve-se um elevado aumento na produção na área cultivada. O fato da diminuição na área cultivada está diretamente relacionado às baixas cotações dessa cultura já ocorridas em safras anteriores.

Tabela 15: Município de Dona Francisca. Produtos agrícolas cultivados, área produzida e quantidade da produção.

Safra 2008/ 2009

Produto	Área Cultivada (há)	Produção (kg) por há	Total da Produção (T)
Arroz	2.350	8.450	19.857,5
Soja	130	2.280	296,4
Milho	750	3.000	2.250
Feijão	160	900	144
Fumo	430	1.600	688

Total	3.820	16.230	23.235,9
--------------	--------------	---------------	-----------------

Fonte: Escritório Municipal da Emater e Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente de Dona Francisca, 2010.

Org.: VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

Novamente a incidência de forte insolação foi um dos fatores substanciais para o aumento da produção orizicola, neste ano/ safra obteve-se a maior produtividade de arroz, considerando o decorrer de toda a década atual.

Esse mesmo fator climático, porém, não trouxe bons resultados para todas as culturas da Safra 2008/ 2009. As altas temperaturas no fim do ciclo produtivo do feijão, foram determinantes para quedas significativas dessa cultura. Quanto a cultura do milho apesar de manter sua área de produção teve uma queda na produtividade. Enquanto que o fumo aumentou uma pequena área de produção e conseqüentemente aumentou timidamente sua produtividade.

Tabela 16: Município de Dona Francisca. Produtos agrícolas cultivados, área produzida e quantidade da produção.

Safra 2009/ 2010

Produto	Área Cultivada (há)	Produção (kg) por há	Total da Produção (T)
Arroz	2.350	5.850	13.747,5
Soja	140	2.100	294
Milho	750	3.000	2.250
Feijão	150	720	108
Fumo	430	1.050	451,5
Total	3.820	12.720	16.851

Fonte: Escritório Municipal da Emater e Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente de Dona Francisca, 2010.

Org.: VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

As intempéries ocorridas entre os meses de dezembro de 2009 à Janeiro de 2010, foram determinantes para explicar a relevante queda de produção na maioria das culturas agrícolas. As culturas como o arroz, o feijão e o fumo foram extremamente atingidas por excessos de chuvas. Essas enchentes causaram alagamentos em muitas áreas, onde algumas culturas permaneceram por vários dias submersas.

Também em detrimento dessas chuvas, percebe-se perdas, mesmo que menores, nas culturas do milho e do soja devido as constantes chuvas ocorridas até meados do mês de janeiro de 2010.

Ainda de acordo com as contribuições do Escritório Municipal da Emater e com a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, estes órgãos citam que as culturas do milho e do feijão têm apresentado consideráveis baixas ao longo da década devido ao plantio dessas serem efetuadas na resteva de outras culturas como a do fumo. Essas baixas produtividades, também, estão associadas a condições climáticas adversas em número significativo de anos.

A direta interferência desses fenômenos sobre algumas culturas tem feito com que gradativamente elas venham se alterando, ou seja, sendo substituídas por outros tipos de culturas, a fim de garantir maior dinamicidade, variedade e segurança nas produções. Essas mudanças também são entendidas como possibilidades cabíveis de serem efetuadas para que se possa permanecer produzindo no campo.

Outra análise que pode ser feita através da exposição dessas tabelas esta relacionada ao tamanho das áreas territoriais cultivadas, com exceção da cultura orizícola as demais culturas restringem-se a uma pequena área de plantio, certamente, que isso está condicionado ao tamanho territorial do município. Porém, ainda que a produção das culturas expostas concentram-se em pequenas extensões e que na sua maioria utilizam-se de técnicas obsoletas e pouco mecanizadas para a produção, pode-se considerar que a média de produtividade da grande maioria das culturas observadas é de excelente produção.

3.1.2 O espaço urbano de Dona Francisca

Historicamente reconhecida por comportar as formas mais dinâmicas produzidas e transformadas pelo homem. As cidades são lugares onde vivem a parcela crescente da população mundial. Artigas & Vaz, retratam que:

[...] a cidade não é somente um objeto ou instrumento de organizar certas funções vitais, onde a produção se dá da melhor forma e igualmente um conjunto de relações entre consciência, o lugar de uma atividade que

elabora sistemas de signos muito mais complexos do que a produção é o meio ambiente do homem contemporâneo (apud WERNER, 2000, p. 13).

Determinam-se por espaços que recebem e agrupam, primeiramente, as mais inovadoras e modernas atividades, onde os investimentos de capital são os maiores, é considerado o principal lugar onde os conflitos sociais ocorrem e se manifestam (CORRÊA, 2004).

A cidade sempre foi considerada o espaço aberto, o global, o ambiente das tecnologias, das novas formas de produção, de lazer, de consumo, de tudo que fosse novo e moderno.

A soma dessas manifestações e movimentos que as cidades comportam resulta no urbano. No intuito de bem definir as diferenças desses ambientes, Bacelar descreve:

De modo abrangente, podemos admitir que a cidade é a materialização do urbano. A cidade se materializa enquanto espaço urbanizado. Enquanto que o urbano é a relação, os processos político-sociais inerentes ao desenvolvimento da urbanização do território, da região ou do país. Portanto, de forma singular a cidade seria a materialização das ações humanas, enquanto o urbano seria inerente ao processo de transformação de uma sociedade, lugar ou espaço em formas urbanas, que não se atém apenas à cidade, mas a forma de vida de um grupo social. O urbano é a representação de um modelo de vida, a cidade a materialização deste modelo (BACELAR, 2003, p. 2).

Para atender a dinâmica dessas atividades o urbano necessita preservar relações. Essas relações são de cunhos diversos, podendo ser sociais, políticas, econômicas e culturais. Os ambientes que esse urbano buscará manter relações para se completar, pode ser outro ambiente urbano como ambientes rurais. Nesse sentido, Saquet, descreve:

O urbano e o rural também são diferentes, mas não excludentes. (...) o urbano relaciona-se reciprocamente com o agrário em qualquer lugar. Ambos, tanto um quanto o outro, só vem a ser o que são pelo outro. O urbano só é, a partir de sua interação com o agrário e, da mesma forma e concomitantemente, o, sem agrário, só é, a partir de sua relação mútua com o urbano. Logo não existe concreta e abstratamente a existência do outro. Entre estes contrários, há uma interação e um movimento incessantes, que os constituem e dão vida à sociedade, que se desenvolve desigualmente (2003, p. 97).

Nas grandes cidades, mesmo aquelas que conseguem manter sólidas e complexas relações no interior da sua própria delimitação municipal, essas também

necessitam firmar laços com outros centros urbanos. Sem esses laços exteriores essas cidades perdem sentido, tornam-se isoladas e desconectadas diante do universo global.

O desenvolver dessas relações objetiva-se em complementar as funcionalidades desses espaços urbanos. Em grandes centros urbanos os quais comportam maior variedade de funções, naturalmente, necessitará manter maior variável de relações com outros centros urbanos a fim de complementar suas funções. Em pequenas cidades, geralmente, que comportam uma variável mais restrita de funcionalidades, essas também necessitam preservar relações para que seus urbanos tornem-se mais eficientes diante das necessidades requeridas por sua população.

As relações exercidas pelos urbanos, principalmente, de pequenas cidades, garante a esses acessos, aberturas e até possibilidades de competição em esfera global, o que não tornar-se-ia possível sem a materialização dessas relações.

A concretização de relações urbano/ regionais em pequenas cidades fazem diminuir as disparidades de acessos frente a grandes centros urbanos. Nesse sentido, Lencione comenta que esses lugares ganham opções de consumo, lazer e até mesmo de vida noturna muito semelhantes ao das grandes metrópoles. Fazendo amenizar as distinções entre grandes centros urbanos e centros urbanos de cidades do interior (2001).

O atual modo de produção capitalista global impõe suas formas e símbolos também em pequenas cidades. Porém, as pequenas cidades que possuem suas vocações extremamente intrincadas com o rural, ou com a terra, como o caso de Dona Francisca é natural evidenciar que estas cidades estão com seus urbanos bastante carregados de seus modos de vida e produção rural. Diante desse contexto Carlos cita que as cidades comportam o urbano, e esse por sua vez é:

[...] produto do processo de produção num determinado momento histórico, e as determinações sociais, políticas, ideológicas, jurídicas, que se articulam na totalidade da formação econômica e social [...] o urbano é mais do que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir, enfim, é um modo de vida. É, todavia, na materialização da divisão espacial do trabalho que aparecem as relações contraditórias do processo de reprodução do capital (1994, p. 181).

A formação desses pequenos centros urbanos imbuídos de aspectos, funcionalidades e intencionalidades do rural apresenta-se muito presente no cenário

urbano do município de Dona Francisca, como pode ser visualizado nas Figuras 13 e 14.

Na Figura 13, a imagem destaca um trecho da Avenida 17 de Julho, principal avenida de cidade, onde entre suas atividades, funcionalidades e símbolos urbanos, como estabelecimento comerciais e de serviços, praça de lazer, pista de rolamento pavimentada, passeios públicos e aglomerados residenciais, localiza-se também um potreiro gramado com cercas e criação de bovinos e, dependendo do momento do dia visualiza-se os proprietários desses animais os alimentando, demonstrando um cenário com atividades, elementos e caracteres que são essencialmente rurais.



Figura 13: Avenida 17 de Julho na cidade de Dona Francisca – RS.

Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

Org.: VENDRUSCOLO, E. C., 2010.

Novamente na Figura 14, os aspectos rurais, ou seja, de atividades do campo manifestam-se na cidade. Nesta imagem situada na esquina da Rua do Comércio com a Rua João Segabinazzi, evidencia-se mais uma vez, que dentre o universo urbano e seus símbolos localiza-se um cercado que comporta um pomar de frutas, um cultivo de hortaliças, alguns tipos de pastagens para animais e ao lado uma criação de caprinos.



Figura 14: Esquina da Rua do Comércio com a Rua João Segabinazzi na cidade de Dona Francisca – RS.

Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

Org.: VENDRUSCOLO, E. C., 2010.

É nesse sentido que Bolfe e Spolaor, (2010) descrevem que, assim como as demais cidades da Região da Quarta Colônia, Dona Francisca surgiu como núcleo administrativo, religioso, de comércio e prestação de serviços, que vem atender ao consumo imediato da sua população rural. Percebe-se também que o modo de vida urbano dessas cidades está bastante vinculado aos modos de vida do campo.

Desse modo observa-se que o urbano de Dona Francisca busca organizar-se, primeiramente, de acordo com as demandas do seu espaço rural. Diante de uma economia baseada na produção primária, o urbano franciscano tende a fomentar suas atividades comerciais, de bens e serviços relacionados às necessidades das culturas agrícolas mais desenvolvidas no município. Santos, coloca que: “cada ponto do espaço é um lugar em potencial conforme as seletividades do processo produtivo”. (1994, p. 42).

Ainda assim, quando o urbano de Dona Francisca não consegue suprir a todas as demandas solicitadas pelas suas funcionalidades e processos produtivos, a

cidade passa a relacionar-se com urbanos mais próximos, ainda dentro da Região da Quarta Colônia. Não se obtendo os produtos ou serviços desejados, o segundo centro urbano mais imediato é o da média cidade de Santa Maria. Mais uma vez Santos nos contempla com suas colocações, expondo que as pequenas cidades ou cidades locais como o referido autor prefere discriminá-las, precisam responder as necessidades mínimas requeridas pela sua população, quando não atingem tal proposto, ao menos devem estas cidades locais facilitar o acesso a esses bens e serviços a ambientes próximos (1981).

A crescente urbanização de Dona Francisca, assim como de muitas pequenas cidades brasileiras é resultado do processo de globalização. Esse processo não se dá uniformemente a todas as regiões. Sendo assim, percebe-se que muitos dos novos moradores do espaço urbano franciscano são oriundo do campo, ex-agricultores que foram submergidos pela voraz lógica do modo de produção capital. Esse fenômeno pode ser constatado pela inserção de máquinas, equipamentos agrícolas, insumos, fertilizantes que oferecem facilidades e aumentam a produção do campo na mesma proporção que passam a demandar um menor contingente de trabalhadores para exercer essas atividades.

É devido destacar também que essas pessoas oriundas do campo trazem consigo bagagens culturais e certamente buscam preservar elementos e atividades do campo, ainda que atualmente convivam na cidade com atividades urbanas, como pôde ser visualizado nas Figuras 13 e 14.

Damiani, salienta que a globalização oferece as cidades possibilidades de múltiplos acessos em todas as dimensões. Porém, reconhece que o processo de modernização global não atinge a todos da mesma forma (2006).

O ingresso cada vez mais constante e denso de pessoas do meio rural para a cidade transforma o urbano em um cenário de caracteres variados, onde modos de vida urbana e modos de vida rural convivem simultaneamente no mesmo ambiente. Esses elementos diferenciam e particularizam cada um desses lugares. Ainda que reconheçamos a atuação do processo de globalização, sabe-se que esse nem sempre consegue sucumbir os aspectos sociais, culturais e ambientais de todos os lugares.

Caracterizando esse convívio, Bolfe e Spolaor, descrevem:

O desenvolvimento local/ regional, em municípios caracterizados pela forte interdependência entre o urbano e o rural, como os da Quarta Colônia, deve ser entendido como um processo de valorização do potencial cultural, social, arquitetônico e natural. Do mesmo modo, o campo, com políticas agrícolas fortes e eficientes deve buscar, além da diversificação das atividades econômicas através da pluriatividade, agregar valor à terra, empregando-se fontes não agrícolas (2010, p. 26-27).

Esses ambientes compostos de modos de vida e produção distintos, onde o moderno e o arcaico dão-se lado a lado, com a presença bastante marcante de valores culturais tornam-se lugares únicos, dotados de peculiaridades.

Os elementos naturais e sociais que constituem as cidades são sempre muito variáveis. Resultando em potencialidades e vocações também muito variáveis. Moraes, descreve que “algumas se caracterizam por seu papel na produção de bens e serviços, outras por seus atributos naturais e culturais, outras ainda por seu papel político” (2004, p. 22).

Nesse sentido verifica-se que a identidade urbana da cidade de Dona Francisca, configura-se por elementos naturais, sociais de caráter urbano e rural e, principalmente por valores étnico-culturais.

3.1.3 O espaço rural de Dona Francisca

Tradicionalmente citados como espaços selvagens, primitivos, incivilizados e conservadores, o campo sempre foi identificado como território de culturas estáveis, homogêneas, resistentes a transformações e à recepção do novo.

Essas concepções alteraram-se e, atualmente, pode-se inferir que o campo é o espaço que comporta as manifestações do rural. Esse espaço também compreende uma variedade de ambientes físicos, de recursos naturais, de sistemas agrícolas, de etnias, de culturas, de relações sociais, de padrões tecnológicos, de formas organizacionais sociais e políticas, de linguagens e símbolos. O que tem comprovado que esse espaço não se apresenta mais uniforme, mas sim diverso e heterogêneo também (CONDRAF/ MDA, 2006).

Essa gama de transformações ocorridas no rural é proveniente da globalização econômica, a que aprimorou os meios de comunicação e de transportes, tornando-se essa uma necessidade. Os modos de vida possibilitaram-

se mais dinâmicos também, isso tanto em espaços rurais quanto em espaços urbanos. Tudo isso, porque os espaços rurais obtiveram a necessidade e a possibilidade de alterar a tradicional e histórica divisão do trabalho.

As alterações observadas nas últimas décadas nas relações entre urbano e rural, podem ser consideradas resultados diretos da expansão e consolidação do capitalismo, que de acordo com Marques, “[...] é o agente mais eficiente e poderoso de transformação da natureza e do social e as transformações nas relações entre cidade e campo constituem um dos fundamentos deste modo de produção” (2002, p. 103).

Diante do atual modo de produção observa-se, que esse tende a homogeneizar todos os espaços, tornando-se essa uma questão de tempo, que se processaria naturalmente. Seguidores dessa corrente como Lefebvre, descrevem que:

O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto de manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano (1999, p. 17).

A agilidade nos meios de comunicação, a eficácia dos meios de transporte, certamente também são resultados do modo de produção capitalista, através desses, facilitou-se o acesso a símbolos, culturas e modismos até então oriundos, especificamente, do urbano. Agregando conteúdo diante das colocações de Lefebvre, o qual nos devota uma concepção de futuro próximo globalmente urbanizado por uma economia baseada no modo de produção capitalista, Ianni, destaca que:

[...] faz tempo que a cidade não só venceu como absorveu o campo, o agrário, a sociedade rural. Acabou a contradição cidade e campo, à medida que o modo de vida urbano, a sociedade burguesa, a cultura do capitalismo, o capitalismo como processo civilizatório invadem, recobrem, absorvem e recriam o campo com outros significados. (1996, p. 60).

São muitas as vertentes que possibilitam a introdução da cidade no campo, ou melhor, dos modos urbanos no rural. Essa dá-se nos modos de consumo, nos modos de produção, nas formas de lazer, na alteração dos utensílios domésticos por aparelhos mais modernos e práticos.

Uma das maiores inserções urbanas no rural, sem dúvida, está relacionada a bio-tecnologia. Através de equipamentos, insumos, sementes e técnicas de produção agrícolas, que nas suas composições empregam elevadas tecnologias biológicas, químicas e de engenharia.

As modernidades tecnológicas condicionam mais uma vez para a diminuição de pessoas que necessitam trabalhar no campo. Produzindo-se mais, com maior qualidade nos produtos e utilizando-se menos mão-de-obra. Essa ociosidade de tempo resulta em mais uma forma de êxodo rural. Ou propriamente, os trabalhadores do rural, não mais necessitam permanecer constantemente nas suas propriedades, bem como podem desenvolver outras atividades, onde estas não necessariamente precisam estar relacionadas a terra. Nesse contexto, tornou-se comum agricultores continuarem a produzir no campo e escolherem a cidade para viverem, ou estabelecerem sua residência.

O ingresso dessa massa populacional proveniente do campo nas cidades, naturalmente, trouxe consigo bagagens culturais do modo de vida que desenvolviam no campo. Ainda que desigual, sabe-se que os símbolos urbanos avançaram o campo, porém, não deve ser desconsiderado o ingresso de símbolos rurais no urbano também. Nesse contexto, Bagli descreve que:

Embora transformações apontem aparentemente para a homogeneização dos espaços, em virtude da difusão de características comuns, a intensificação das relações se estabelece justamente pela manutenção das peculiaridades. Os espaços ampliam suas inter-relações, porque as diferenças existentes em cada um deles favorecem a busca pelo outro como tentativa de suprimir possíveis ausências. (2006, p. 82).

Essa constante e cada vez mais intensa troca de particularidades causa um hibridismo, um continuum, uma miscigenação nos hábitos e costumes e também nos ambientes que comportam essas manifestações. É necessário destacar que essas trocas não são efetuadas em níveis igualmente proporcionais, ou seja, ainda que existentes há uma superior inserção de urbanidades sobre o rural.

Ainda que consideremos a miscigenação de modos de vida e hábitos entre espaços urbanos e rurais, é devido considerar também que muitas são as especificidades que se preservam internamente a esses ambientes. Rúa nos define muito bem esse processo, quando cita:

As mudanças no modelo produtivo e organizacional no campo compõem transformações mais amplas na sociedade brasileira (por sua vez integradas a alterações sentidas em escala global) que marcam as últimas duas décadas. Define-se uma lógica capitalista em que novas representações de espaço emergem e vão ser difundidas como “um novo rural”. Na verdade são novas imagens, novos sentidos para o espaço rural que mantêm a visão produtivista, até agora dominante, mas que se traduzem em novos qualificativos para outras relações entre o espaço urbano e o rural e entre a cidade e o campo. Estas novas relações remetem para uma outra conceituação de urbano e rural, mas também de agrícola. Rural torna-se, cada vez mais, diferente de agrícola. Ao mesmo tempo, distingue-se cidade e urbano explicitando a crescente complexidade que marca tais relações. Rural e urbano integram-se mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades. (2006, p. 85-86).

Essas relações de trocas, cada vez mais presentes amenizam o antagonismo e as disparidades entre urbano e rural, mas não necessariamente um totaliza o outro, ou ainda de forma mais específica, um não sucumbe o outro.

Diferentemente, estes se complementam cada vez mais, principalmente, em pequenas cidades, é diante do receio da generalidade ou da homogeneização que as particularidades se prevalecem.

As evoluções do rural são também, certamente, méritos de um ambiente que sabe se apropriar das inserções do urbano para aprimorar suas atividades e atingir o seu desenvolvimento próprio. Como cita Abramovay:

É preciso definir o meio rural de maneira a levar em conta tanto a sua especificidade (isto é, sem encarar seu desenvolvimento como sinônimo de “urbanização”), como os fatos que determinam sua dinâmica (isto é, sua relação com as cidades). Os impactos políticos da resposta a esta pergunta teórica e metodológica são óbvios: se o meio rural for apenas a expressão, sempre minguada, do que vai restando das concentrações urbanas, ele se credencia, no máximo, a receber políticas sociais que compensem sua inevitável decadência e pobreza. Se, ao contrário, as regiões rurais tiverem a capacidade de preencher funções necessárias a seus próprios habitantes e também às cidades – mas que estas próprias não podem produzir – então a noção de *desenvolvimento* poderá ser aplicada ao meio rural. (2000, p. 3, grifos do autor).

O município de Dona Francisca assim como os demais municípios que compõem a Região da Quarta Colônia, precisam devotar atenção exclusiva ao seu rural, pois é a partir desse que se processa as formas mais significativas do desenvolvimento econômico do seu espaço urbano também. Resultando obviamente na ascensão social de todo o município.

É diante desse cenário de relações, de interdepêndencias, de semelhanças e disparidades com o espaço urbano que se caracteriza o espaço rural franciscano.

CAPÍTULO 4

4 O PAPEL DO ESPAÇO URBANO DE DONA FRANCISCA PARA O MUNICÍPIO E REGIÃO

A cidade por ser uma realização humana, vai se construindo diante de um processo histórico que ganha materialização concreta e diferenciada. Assim, a cidade acaba se consolidando de acordo com as funcionalidades que ela abrange e das determinações específicas do seu ambiente (CARLOS, 1992).

Por ser uma cidade que comporta um urbano associado a fortes elementos de ruralidade, a cidade não deixa de oferecer um urbano que compreenda elementos modernos, citadinos ou próprios de vida urbana. Dentre esses elementos podemos destacar o comércio, os serviços e as formas de lazer que alimentam as demandas mais buscadas pela população de todo o município para o desenvolvimento das suas atividades funcionais.

Portanto, infere-se que o espaço urbano franciscano para o município de Dona Francisca, atua, primeiramente, atendendo parte significativa das necessidades de primeira ordem para sua população. Ainda que certamente deficitário, possui seus símbolos e formas de status, e como urbano que é, mantém-se como cenário das manifestações sociais e dos maiores anseios coletivos. Nesse ambiente, concentra-se também as esferas político-administrativas do poder Executivo e Legislativo Municipal. É o ambiente, primeiro, das entradas e saídas de todas e quaisquer tipos de atividades, sejam elas econômicas, políticas, sociais ou culturais.

É relevante destacar que o espaço urbano de Dona Francisca para o seu município é antes de mais nada o resultado das atividades desenvolvidas no seu rural, ou seja, a economia do espaço urbano está diretamente relacionada ao processo de produção que ocorre no seu espaço rural, que certamente irá refletir nas dimensões sociais e políticas de todo o município. O urbano franciscano é o ambiente que antes recebe as inovações agrícolas e repassa ao seu rural. É o ambiente de trocas, onde os produtos, principalmente agrícolas, são

comercializados, transformam-se em moeda e novamente dinamizam-se através da troca pelo comércio e pelos serviços.

Num segundo momento esse espaço é utilizado como mediador para o acesso a bens, serviços e formas de lazer mais sofisticados ou diferenciados. A condição de estar inserido no urbano, possibilita uma maior variedade de formas de comunicação para com outros ambientes, garante ingressos mais imediatos a demais atividades, bem como para demais centros urbanos.

Quanto ao papel do espaço urbano franciscano para a Região, esse é visto como um elemento diante de um conjunto, ou seja, o conjunto só estará completo-região se esse elemento-urbano franciscano estiver inserido e, o urbano franciscano somente será um elemento se inserido na região. Inferindo-se para um relação de mútua dependência e sinergia.

Bem salientado por Bolfe e Spolaor, quando descrevem que: “na medida em que se reforçam os processos de inserção dos pequenos municípios nos espaços regionais mais amplos, fortifica-se a região como um todo”. (2010, p. 27).

Sendo assim pode-se identificar que a Região para Dona Francisca é a possibilidade de ingresso do município num espaço mais amplo, mais dinâmico de maiores possibilidades de ascensão econômica, política e social.

Dona Francisca, inserida nesse arranjo regional intensifica a diversidade de suas atividades e propicia ao município a expansão de relações mais estreitas com esferas territoriais maiores (MOURA, 2009).

E Dona Francisca para a região é mais um elemento que proporciona maior variedade de funcionalidades ao espaço regional, amplia e diversifica as potencialidades da Região.

A materialização desses arranjos urbano – regionais faz com que surjam necessidades de se ampliarem e aprimorarem as formas de comunicação, os fluxos, porque certamente, os fluxos tornam-se bem mais intensos. Tornam essas pequenas comunidades mais bem servidas e mais preparadas para a competitividade frente aos requisitos impostos pela economia global (MOURA, 2009).

A Região da Quarta Colônia, aprimora e intensifica cada vez mais o compromisso de integração. Essa política de unificação é a mais utilizada diante das esferas governamentais do Estado e da Nação. Essa busca por notoriedade através da integração regional é a política mais atuante nas instituições públicas, privadas e

também nos veículos de comunicação e divulgação desse território, e que se utilizam para isso dos setores econômicos, agrícolas, ambientais, políticos e, principalmente culturais e turísticos.

4.1 Estrutura de bens e serviços da cidade de Dona Francisca

Diante as necessidades requeridas pela população franciscana, analisa-se que a estrutura de bens e serviços está diretamente voltada para as demandas da sua base de produção.

Perante aos bens e serviços que a cidade possui podemos relacioná-los, mediante as Tabelas 17 e 18.

Tabela 17: Relação de Unidades Comerciais, com suas respectivas especificidades e número de empreendimentos de Dona Francisca – RS.

Ramo/ especificidade	Número de empreendimentos
Bares e Restaurantes	12
Vestuário	07
Bazar	06
Calçados	03
Informática	03
Supermercado	03
Agropecuário	02
Farmaceutico	02
Padaria	02
Materiais de Construção	02
Móveis e eletrodomésticos	02
Peças e Ferragem	02
Posto de Combustível	02
Papelaria	01
Revenda de Veículos	01
Total	50

Fonte: Associação Comercial, Industrial e de Serviços – ACIS de Dona Francisca, 2010.
Org.: VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

Tabela 18: Relação de Serviços, com suas respectivas especificidades e número de fornecedores de Dona Francisca – RS.

Ramo/ especificidade	Número de fornecedores
-----------------------------	-------------------------------

Salão de Beleza	06
Assistência Técnica em Informática	03
Dentista	03
Madeira/ Indústria de Móveis	03
Oficina Mecânica	03
Borracharia	02
Construção Cívil	02
Instituição Financeira	02
Hotel e Pousada	02
Indústria de Beneficiamento/ Arroz	02
Lavagem de automóvel	02
Metalúrgica	02
Escritório de Contabilidade	01
Marmoraria	01
Funerária	01
Jornal	01
Locadora	01
Loterica	01
Total	38

Fonte: Associação Comercial, Industrial e de Serviços – ACIS de Dona Francisca, 2010.
Org.: VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

Além dos bens e serviços relacionados nas tabelas 17 e 18, a cidade Dona Francisca, comporta serviços institucionais como Cartório Cívil, Delegacia de Polícia, Brigada Militar, Correio, Inspetoria Veterinária, Escritório Municipal de Assistência Técnica/ EMATER e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

O abastecimento de água da cidade é executado pela Companhia Riograndense de Saneamento e Abastecimento – CORSAN. Já o fornecimento de energia elétrica é feito por duas empresas: Usina Hidroelétrica Nova Palma – UHENPAL Nova Palma Energia e pela Cooperativa de Eletrificação Centro Jacuí – CELETRO. Quanto aos resíduos sólidos da cidade, esses são recolhidos três vezes semanais por empresa terceirizada pelo município, não havendo, portanto, coleta seletiva do lixo.

Na cidade de Dona Francisca está instalada uma filial da Cooperativa Mista Nova Palma, a qual é responsável pelo beneficiamento, armazenamento e comercialização de cereais, principalmente, de arroz.

A área da saúde está vinculada diretamente ao município, o qual oferece a população franciscana duas Equipes de Saúde da Família – ESF e, com uma Unidade de Atenção Básica da Saúde que atua 24 horas no sistema de baixa complexidade. Para casos de média complexidade o município é conveniado ao Hospital de Caridade São Roque no município de Faxinal do Soturno, perante a esse convênio são envolvidos exames médicos, e consultas de especialidades da

psiquiatria, da ginecologia, da fonoaudiologia e da psicologia. Ainda em casos de média e alta complexidade busca-se por clínicas e hospitais credenciados ao Sistema Único de Saúde – SUS no Estado, mais especificamente, a cidade de Santa Maria.

As políticas de assistência social também estão diretamente vinculadas ao município através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e do Centro de Referência em Assistência Social – CRAS.

A rede de ensino é composta por três escolas municipais, onde dessas, duas atuam no ensino fundamental até a 4^o série, estando uma localizada na cidade e outra no interior do município. A segunda escola municipal localizada na cidade destina-se a atender a educação infantil. A cidade oferece ainda, uma escola estadual de ensino médio.

Nas áreas de educação e cultura, oferece-se uma biblioteca pública municipal e um telecentro comunitário.

É relevante destacar elementos típicos de infraestruturas urbanas como ruas pavimentadas e sinalizadas, passeios, drenagem pluvial, além de espaços de lazer como praças e parques.

A cidade possui cobertura de sinais de telefonia fixa e móvel, de internet e serviços de TV a cabo.

Quanto aos demais meios de comunicação na cidade possui apenas um jornal local, como suporte de imprensa falada e escrita atua constantemente no município as emissoras de rádio e de jornais dos municípios de Faxinal do Soturno, Agudo e Restinga Seca.

Concentrados na cidade, estão, ainda toda a esfera político administrativo do poder executivo e legislativo do município.

Ao fazer-se uma análise dos bens e serviços citados, percebe-se que a cidade de Dona Francisca comporta infraestruturas urbanas que atendem as demandas mínimas da sua população. Se reconhece, porém, a precariedade de alguns setores, mais especificamente, nas poucas opções de serviços bancários, na pequena variedade de tipos comerciais e nos serviços de saúde especializados.

O fato do município comportar um pequeno contingente populacional, intimidam formas de empreendedorismo, principalmente, da iniciativa privada, fazendo-os se sentirem receosos em investir na cidade pela sua pequena demanda.

As pequenas distâncias físico-geográficas e as boas vias de acesso que separam uma cidade da outra na Região, além dos demais tipos de fixos, incentivam para que alguns tipos de serviços se concentrem, especificamente, em determinados centros urbanos e, ainda assim consigam atender as demandas dos municípios localizados nas suas proximidades. As distâncias físico-geográficas entre as cidades da Região podem ser visualizadas na Figura 15.

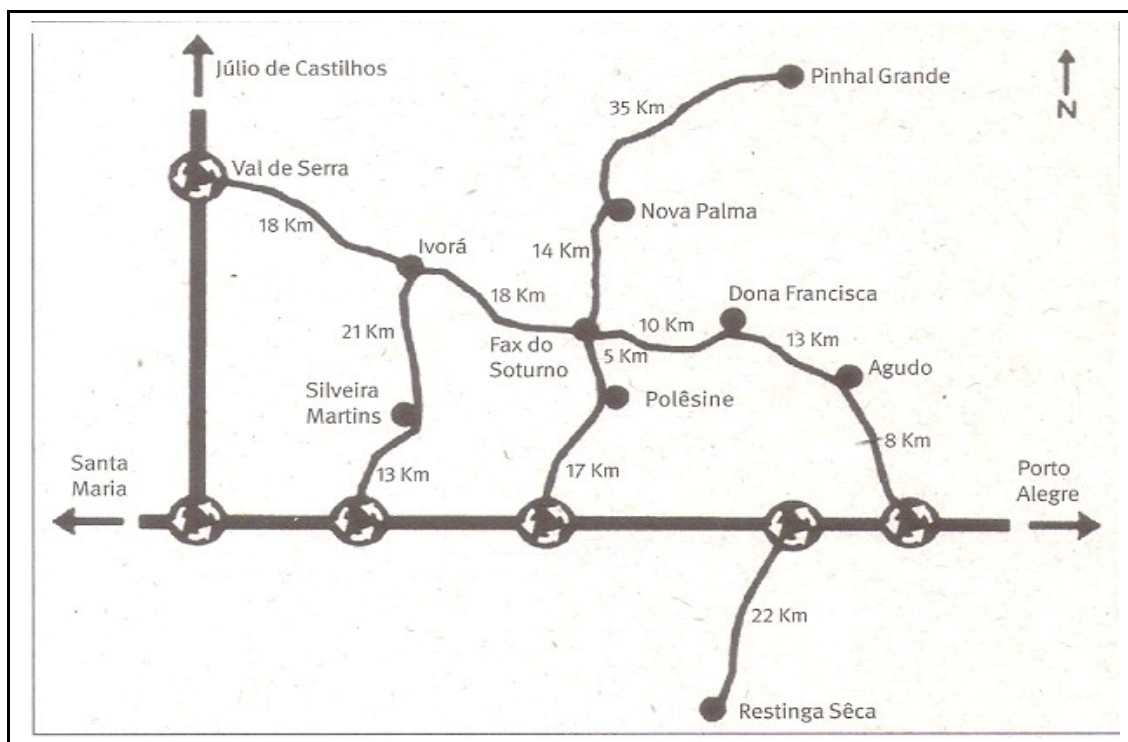


Figura 15: Croqui Rodoviário da Região da Quarta Colônia – RS.
 Fonte: BEVILACQUA, Décio; RORATO, Geisa; COLUSSO, Izabele, 2010.
 Org.: VENDRUSCOLO, E. C., 2010.

Algumas empresas utilizam-se dessas proximidades entre as cidades e acabam se instalando em uma determinada cidade e estruturam-se afim de comportar demandas não exclusivamente daquela cidades onde estão localizadas, mas também das cidades próximas.

Para a população franciscana, independente, da sua classe social, é ofertado fáceis acessos a cidades vizinhas, ou a centros urbanos maiores e mais bem dotados de estruturas de bens e serviços. Sendo assim percebe-se que essa locomoção pode ser efetuada tanto por meios de transportes coletivos ou propriamente por meio de veículos de passeios. Isso pode ser verificado pelas rodovias asfálticas e pela ampla gama de horários de transporte coletivo intermunicipal, como demonstra a Tabela 19.

Tabela 19: Relação dos horários de ônibus que passam e partem da Estação Rodoviária de Dona Francisca – RS.

Destino	Segunda/ Sexta	Sábados	Domingos
Agudo	6:50, 7:00, 9:00, 11:25, 12:20, 14:15, 15:45, 16:50	6:50, 7:00, 11:25, 12:20, 14:15	8:30, 16:00, 16:50, 17:00, 19:20
Cachoeira do Sul	6:50, 12:20, 16:50	6:50, 12:20	16:50
Caemborá*	18:20	18:20	
Faxinal do Soturno	6:00, 7:00, 8:05, 10:20, 12:00, 13:00, 14:05, 14:30, 16:45, 17:00, 18:00, 20:10	7:00, 8:05, 10:20, 12:00, 14:30, 17:05, 18:00	9:00, 14:30, 18:00, 18:35
Nova Palma	20:10	14:30	14:30
Porto Alegre	7:00, 15:45	7:00	17:00
Santa Cruz do Sul	7:00	15:45	17:00
Santa Maria	6:00, 7:00, 12:00, 16:45, 17:00, 18:00	7:00, 12:00, 18:00	9:00, 18:00, 19:20
São João do Polêsine	12:00, 13:00, 17:00, 18:00	12:00, 18:00	9:00, 18:00
Sobradinho		14:15	8:30, 16:00

* localidade do interior do município de Nova Palma.
 Fonte: Estação Rodoviária de Dona Francisca, 2010.
 Org.: VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

Esse fácil e rápido acesso a cidades vizinhas pode ser considerado um elemento bastante positivo para a cidade de Dona Francisca, mas inversamente proporcional ao atrair investidores para a cidade. Nesse sentido, percebe-se que a cidade vai além da sua materialidade, a cidade precisa ser entendida como “[...] meio, condição e produto da sociedade, tendo em suas formas a manifestação concreta das contradições sociais presentes e sendo seu conteúdo a expressão dessas contradições” (BERNARDELLI, 2006, p. 33).

CAPÍTULO 5

5 UM OLHAR DE DONA FRANCISCA NA REGIÃO DA QUARTA COLÔNIA

Ao exercitar um olhar de Dona Francisca para o restante da Região, percebe-se a importância que o agrupamento desses municípios em região possuem diante da esfera global contemporânea.

Bons índices de crescimento econômico e de desenvolvimento social são anseios de todas as cidades do mundo, atingir sucesso em tais indicadores sempre foi uma difícil tarefa e, quando esses se retratam a pequenas cidades, como as cidades da Região da Quarta Colônia, isso parece se tornar ainda mais difícil.

As cidades da Região estão com suas economias calcadas na produção primária, as quais ficam a mercê da volatilidade climática, com o esgotamento da fronteira agrícola e com a concentração de algumas culturas agrícolas como o fumo e o arroz, resultam em fatores de risco a economia dessas pequenas cidades (LANNES, DA LUZ, 2010).

A deficiência na oferta em alguns tipos de bens e serviços e, principalmente, a frágil arrecadação pública, oriunda de bases econômicas com práticas obsoletas e sem os merecidos investimentos públicos, acabam por limitar o desenvolvimento dessas cidades. Essas limitações estão relacionadas tanto ao setor público quanto ao setor privado. É compreensível a insegurança por parte dos setores privados em efetuarem alguma forma de investimento pela baixa credibilidade de retorno econômico e social.

Pequenas cidades, quando não detentoras de atividades comerciais, de serviços, portuárias, de indústrias, ou de qualquer outro setor que seja determinadamente expressivo para a economia local, são bastante conhecidas pela sua fragilidade econômica e financeira, o que faz dessas na grande maioria das ocasiões dependerem exclusivamente de esferas superiores como do Estado e da Nação, para conseguirem manter suas receitas equilibradas.

No intuito de amenizar a dependência dessas esferas e de aumentar sua independência econômica, Dona Francisca assim como as demais cidades inseridas na Região da Quarta Colônia precisam diversificar suas culturas agrícolas a fim de amenizar os riscos de perdas de produção, bem como de ficarem submetidas a pressão dos custos de seus produtos.

Outra alternativa que se apresenta relevante é buscar por agregar renda aos seus produtos, não apenas aos agrícolas, mas também aos seus produtos artesanais de fabricação caseira ou de pequenas agroindústrias familiares como de vinhos, queijos, panificação e alguns tipos de embutidos.

As cidades da região integralmente unidas possuem um grande potencial turístico diante das segmentações gastronômica, religiosa, histórica-cultural e de belezas naturais, a região é detentora de singularidades riquíssimas que, necessitam urgentemente de maiores investimentos e atenção, para poderem se tornar centros receptores de turistas e visitantes.

Santos e Silveira, salientam que com “o capital globalmente comandando não tem fidelidade ao lugar, este é continuamente extorquido. O lugar deve, a cada dia,

conceder mais privilégio, criar permanentemente vantagens para reter as atividades [...], sob ameaça de um de deslocamento” (2001, p. 116).

Diante desse cenário as cidades da Região da Quarta Colônia, precisam se utilizar da criatividade para conseguirem se manter competitivas perante as demais cidades do Estado do País e até mundiais.

Assim o município de Dona Francisca, observa a Região como um suporte para suprir suas necessidade imediatas. Mas principalmente, como uma região que unida, transforma-se em território de poder, e que ao fazer suas demandas públicas para esferas estaduais e federais, torna-se forte e influente.

5.1 Relação regional da cidade para com a Região da Quarta Colônia

Partindo-se do Trabalho de Campo, que envolveu a Pesquisa Ação, a Pesquisa Participante, a Observação Participante e a Aplicação de Questionários, obteve-se dados e informações referentes aos fluxos e relações urbano/ regionais que Dona Francisca desenvolve.

Através da Pesquisa Ação, da Pesquisa Participante e da Observação Participante, observou-se:

- Da Estação Rodoviária, parte diariamente às 17:00 horas com retorno às 22:00 horas um ônibus², portanto uma média de 20 estudantes que se destinam

² É válido ressaltar que esse mesmo sistema de transporte noturno para estudantes é efetuado diariamente também nas cidades de Nova Palma, Pinhal Grande, São João do Polêsine, Faxinal do Soturno, Agudo e Restinga Seca, todos com destino a cidade de Santa Maria.

para a cidade de Santa Maria, em busca de centros de educação superior como a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, o Centro Universitário Franciscano – UNIFRA, a Faculdade de Direito de Santa Maria – FADISMA, a Universidade Luterana do Brasil – ULBRA e a Faculdade Santa Clara – FASCLA. Além de demais centros educacionais que oferecem cursos técnicos e preparatórios para o concurso do vestibular.

- Também diariamente no horário das 07:00 horas parte da cidade um micro-ônibus da Secretaria Municipal da Saúde, para o Hospital Universitário de Santa Maria – HUSM, e para demais centro hospitalares e laboratoriais, ou ainda de especialidades médicas e odontológicas. Atendendo uma média diária de 20 pessoas, entre pacientes e acompanhantes.

- Com uma média de duas vezes semanais, 16 pessoas deslocam-se até a cidade de Faxinal do Soturno no período noturno, buscando pelas universidades à distância. Nesta cidade estão concentradas a Universidade Aberta do Brasil – UAB/ extensão da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e a Universidade Anhanguera – UNIDERP Interativa.

- Diariamente para a cidade de Faxinal do Soturno, ainda no período noturno, um transporte coletivo disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Dona Francisca, que transporta 08 alunos para cursarem o Ensino de Jovens e Adultos – EJA do Ensino Médio, o qual não é oferecido na cidade de Dona Francisca.

- A localização de um curso preparatório para concursos de vestibular, também movimenta 06 jovens diariamente no período da tarde. Esses mesmos jovens cursam o Ensino Médio pela manhã na cidade de Dona Francisca, na Escola Estadual de Ensino Médio Maria Ilha Baisch.

- A cidade de Dona Francisca, também recebe diariamente pessoas oriundas de outras cidades, principalmente, de Santa Maria, que trabalham em Dona Francisca. Dentre esses podem ser citados professores estaduais e municipais, funcionários públicos, assim como alguns bancários e profissionais liberais.

Essas informações foram obtidas através da Pesquisa Ação, da Pesquisa Participante e da Observação Participante, nesse sentido buscou-se informações na Estação Rodoviária de Dona Francisca, em instituições financeiras³ como o Banco

³ Na cidade de Dona Francisca as instituições financeiras que atuam são o Banrisul e o Sicredi as quais ofertam todos os tipos de serviços. A cidade comporta uma lotérica da Caixa Econômica Federal e junto ao Correio concentra-se o Banco Bradesco, essas duas últimas instituições também oferecem serviços de caráter financeiro. Porém, na cidade não localizam-se agências financeiras próprias da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.

do Brasil das cidades de Agudo e Faxinal do Soturno, na Caixa Econômica Federal de Agudo e Faxinal do Soturno.

Analisou-se ainda a busca por serviços oferecidos pelo Cartório de Serviços Notoriais, Fórum, pela Defensoria Pública, pelo Cartório Eleitoral⁴, na cidade de Faxinal do Soturno.

Além desses instrumentos a pesquisa desenvolveu a Aplicação de Questionário, o qual propiciou uma coleta de informações, as quais foram dispostas de acordo com a ordem do questionário disposto em Apêndice A.

5.1.1 Perfil sócio econômico dos entrevistados

Após a Aplicação do Questionário na Estação Rodoviária de Dona Francisca – RS, fez-se a tabulação dos dados e de forma criteriosa analisou-se os mesmos. Conforme Apêndice B:

Tabela 20: Faixa etária dos entrevistados.

1. Idade:

Idade	Número de pessoas
De 15 à 20 anos	05
De 21 à 25 anos	03
De 26 à 30 anos	01
De 31 à 35 anos	03

⁴ O município de Dona Francisca faz parte da Comarca de Faxinal do Soturno, sendo que necessita buscar pelos serviços de Fórum, Defensoria Pública e Cartório Eleitoral nessa cidade vizinha.

De 36 à 40 anos	02
De 41 à 45 anos	00
De 46 à 50 anos	02
De 51 à 55 anos	02
De 56 à 60 anos	02
Total	20

Fonte: Trabalho de Campo realizado na Estação Rodoviária de Dona Francisca entre os dias 27 de Julho à 13 de Dezembro de 2008.

Org.: BOLFE, S.; VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

Tabela 21: Distribuição dos entrevistados segundo o sexo.

2. Sexo:

Sexo	Número de pessoas
Feminino	14
Masculino	06
Total	20

Fonte: Trabalho de Campo realizado na Estação Rodoviária de Dona Francisca entre os dias 27 de Julho à 13 de Dezembro de 2008.

Org.: BOLFE, S.; VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

Tabela 22: Atividade profissional dos entrevistados.

3. Profissão:

Profissão	Número de pessoas
Estudante	04
Agricultor	04
Autônomo	02
Diarista	02
Desempregado	02
Funcionário Público	02
Do Lar	02
Aposentado	01
Doméstica	01
Total	20

Fonte: Trabalho de Campo realizado na Estação Rodoviária de Dona Francisca entre os dias 27 de Julho à 13 de Dezembro de 2008.

Org.: BOLFE, S.; VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

Tabela 23: Nível de escolaridade dos entrevistados.

4. Escolaridade:

Escolaridade	Número de pessoas
Fundamental Incompleto	02

Fundamental Completo	04
Médio Incompleto	02
Médio Completo	07
Médio Profissionalizante	02
Superior Incompleto	03
Total	20

Fonte: Trabalho de Campo realizado na Estação Rodoviária de Dona Francisca entre os dias 27 de Julho à 13 de Dezembro de 2008.

Org.: BOLFE, S.; VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

Tabela 24: Renda média dos entrevistados.

5. Renda Média:

Renda Média (familiar)	Número de pessoas
Até 01 salário mínimo	06
Até 02 salários mínimos	09
Mais de 02 salários mínimos	05
Total	20

Fonte: Trabalho de Campo realizado na Estação Rodoviária de Dona Francisca entre os dias 27 de Julho à 13 de Dezembro de 2008.

Org.: BOLFE, S.; VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

A análise das cinco primeiras questões obtidas através da Aplicação do Questionário, exposto integralmente em Apêndice A, as quais retratavam sobre idade, sexo, atividade profissional, grau de escolaridade e renda média familiar, foram as seguintes:

Ainda que sendo bem diversificada a faixa etária dos entrevistados, de 15 à 64 anos, a predominância foi de pessoas de 15 à 35 anos. Constatou-se que esses fluxos são na sua grande maioria efetuados por mulheres. As idades das mulheres entrevistadas variaram dos 15 aos 58 anos. Sendo que das catorze mulheres entrevistadas, onze delas estavam com idades entre 19 a 39 anos.

Os únicos entrevistados que permaneciam estudando eram quatro mulheres, dessas, três estavam cursando algum curso de Graduação no Centro Universitário Franciscano – UNIFRA, e uma fazia curso de pré-vestibular. As rendas dessas mulheres que ainda estavam estudando, eram todas superiores a dois salários

mínimos, exceto por uma estudante de graduação que também trabalha como monitora que declarou renda de até um salário mínimo.

Dos vinte entrevistados apenas seis eram homens, e suas idades variaram entre 30 e 64 anos. Desses seis homens, três são agricultores, um deles é funcionário público, outros dois trabalham como diaristas, e um desses diaristas trabalha especificamente como eletricitista. Diante do grau de escolaridade dos homens apenas o que trabalha como diarista eletricitista possui ensino médio profissionalizante, três agricultores possuem o ensino fundamental completo e apenas um agricultor e o funcionário público é que possuem ensino fundamental incompleto.

Quanto as suas rendas apenas dois agricultores declaram rendas de até um salário mínimo, o restante dos homens abordados pelo questionário declaram renda de até dois salários mínimos.

Diante desse contexto pode-se inferir que os homens são os que possuem os menores índices de escolaridade. Entre as mulheres todas possuíam escolaridade acima do ensino fundamental completo, sendo que apenas uma delas, a aposentada, é que possuía ensino fundamental incompleto.

Outra análise que pode ser feita mediante ao questionário foi a relação entre o grau de escolaridade e a renda média desses entrevistados. Através do cruzamento dessas informações foi possível evidenciar que as mulheres são as detentoras das mais altas rendas econômicas e também dos mais altos graus de escolaridade, principalmente, as mulheres com idades entre 20 e 30 anos. Enquanto que os homens além de possuírem os mais baixos índices de escolaridade, independente, de suas faixas etárias, são também os que possuem rendas médias inferiores a das mulheres entrevistadas.

5.1.2 Origem e destino dos entrevistados

Tabela 25: Endereço dos entrevistados.

6. Endereço:

Endereço	Número de pessoas
----------	-------------------

Cidade – Centro, Dona Francisca	09
Cidade – vila COHAB, Dona Francisca	03
Zona Rural – Linha Grande, Dona Francisca	03
Zona Rural – Trombudo, Dona Francisca	02
Zona Rural – Formoso, Dona Francisca	01
Paraíso do Sul	01
Vale Vêneto, São João do Polêsine	01
Total	20

Fonte: Trabalho de Campo realizado na Estação Rodoviária de Dona Francisca entre os dias 27 de Julho à 13 de Dezembro de 2008.

Org.: BOLFE, S.; VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

Tabela 26: Local de destino dos entrevistados.

7. Local de destino da viagem:

Destino da viagem	Número de pessoas
Faxinal do Soturno	09
Santa Maria	04
Agudo	04
Vale Vêneto, São João do Polêsine	01
Paraíso do Sul	01
Zona Rural – Trombudo, Dona Francisca	01
Total	20

Fonte: Trabalho de Campo realizado na Estação Rodoviária de Dona Francisca entre os dias 27 de Julho à 13 de Dezembro de 2008.

Org.: BOLFE, S.; VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

Tabela 27: Motivos da viagem dos entrevistados.

8. Motivos da viagem:

Motivo da viagem	Número de pessoas
Comércio	06
Visita a parentes	03
Trabalho	02
Instituição financeira – Banco do Brasil	02
Retorno para casa	02
Curso Pré-Vestibular	01
Retorno para estudar	01
Assistência técnica – empresa Vivo	01
Instituição financeira – Caixa Econômica Federal	01
Fórum	01
Consulta médica	01
Total	21

Fonte: Trabalho de Campo realizado na Estação Rodoviária de Dona Francisca entre os dias 27 de Julho à 13 de Dezembro de 2008.

Org.: BOLFE, S.; VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

Tabela 28: Razões as quais as pessoas entrevistadas buscavam por aquele destino.

9. Por quê:

Por que motivos buscavam aquele destino	Número de pessoas
Porque Dona Francisca não oferece esse tipo de serviço	05
Porque o local de destino oferece mais variedade comercial e melhores condições de pagamento	03
Porque mora em Santa Maria durante a semana e volta para Dona Francisca aos finais de semana	02
Visita a parentes	02
Pagamento de carnês	01
Financiamento da casa própria – Caixa Econômica Federal	01
Trabalho	01
Por ser o local mais próximo de Dona Francisca que oferece o serviço que procura	01
Total	16

Fonte: Trabalho de Campo realizado na Estação Rodoviária de Dona Francisca entre os dias 27 de Julho à 13 de Dezembro de 2008.

Org.: BOLFE, S.; VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

Tabela 29: Retorno de viagem previsto dos entrevistados.

10. Retorno previsto para:

Retorno de viagem previsto	Número de pessoas
Mesmo dia	15
Para além de dois dias	04
Para o próximo dia	01
Nenhuma pessoa não teve previsão de retorno	00
Total	20

Fonte: Trabalho de Campo realizado na Estação Rodoviária de Dona Francisca entre os dias 27 de Julho à 13 de Dezembro de 2008.

Org.: BOLFE, S.; VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

Tabela 30: Frequência com que os entrevistados buscavam por esse bem ou serviço.

11. Frequência com que busca esse bem ou serviço:

Vezes que busca esse bem ou serviço	Número de pessoas
02 vezes por mês	09

01 vez por semana	05
03 vezes por mês	02
01 vez ao mês	02
Todos os dias de segunda à sexta-feira	02
Total	20

Fonte: Trabalho de Campo realizado na Estação Rodoviária de Dona Francisca entre os dias 27 de Julho à 13 de Dezembro de 2008.

Org.: BOLFE, S.; VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

Tabela 31: Os dias em que os entrevistados buscavam por esses serviço ou atividade.

Indagadas ainda na mesma questão sobre os dias com que buscavam esses serviços ou atividades:

Dias	Número de pessoas
Em dias aleatórios	14
De segunda à sexta-feira	02
Geralmente segundas-feiras	01
Geralmente aos domingos	01
Geralmente sábados	01
Geralmente quartas-feiras	01
Total	20

Fonte: Trabalho de Campo realizado na Estação Rodoviária de Dona Francisca entre os dias 27 de Julho à 13 de Dezembro de 2008.

Org.: BOLFE, S.; VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

As interpretações sobre as questões de número 6 a 11 do mesmo Questionário, Apêndice A, que versavam pela origem, pelo destino, pelos motivos, e indagava o porquê, a frequência e os dias em que os entrevistados buscavam por aqueles destinos foram as seguintes:

O questionário apontou que a maioria dos entrevistados reside na própria cidade de Dona Francisca. Dos vinte entrevistados onze são do espaço urbano de Dona Francisca, duas pessoas entrevistadas não residem no município e as sete pessoas restantes são do espaço rural do município.

As duas pessoas que não residem no município faziam aquela viagem exclusivamente com o intuito de visitar parentes e amigos, sendo que o retorno era previsto para além de dois dias não havendo dias nem periodicidade específica para voltarem a fazer tal viagem.

Apenas duas pessoas entrevistadas estavam de fato fazendo aquela viagem por motivos de trabalharem fora do município, onde um tinha como destino a cidade

de Faxinal do Soturno e outro a cidade de Santa Maria, ambos trabalham como diaristas e retornavam para Dona Francisca ainda no mesmo dia. Esses dois entrevistados declararam também terem dias específicos, ou previamente agendados para fazerem essa viagem.

Além desses, mais catorze entrevistados tinham retornos previstos para o mesmo dia, assim como não tinham dias previstos para fazer novas viagens. Essa grande maioria buscava por bens e serviços que Dona Francisca não os oferece. Dentre essas, oito pessoas, direcionavam-se para o centro urbano de Faxinal do Soturno buscando, principalmente, por instituições financeiras que ofertam políticas agrícolas e programas de habitação de esfera federal, a busca por especialidades médicas foi outro elemento citado pelos entrevistados que dirigiam-se ao centro urbano de Faxinal do Soturno.

Entre essas oito pessoas que dirigiam a Faxinal do Soturno, cinco delas residem na cidade de Dona Francisca e os outros três no campo. Dessas oito pessoas apenas um agricultor declarou possuir uma renda familiar média inferior a um salário mínimo.

Ainda entre esses catorze abordados, quatro pessoas dirigiam-se para o centro urbano da cidade de Agudo. Sendo que desses todos residem na cidade de Dona Francisca, e o motivo de suas viagens era essencialmente a busca por um comércio mais dinâmico e, principalmente, pelas melhores formas de pagamento que esse comércio lhes oferece, ou seja, formas de crediário que lhes proporcionem um maior período de parcelamento. Analisou-se que a renda média dessas pessoas não ultrapassa dois salários mínimos, entendendo-se que essas formas de pagamentos garantem maiores possibilidades de aquisição de bens para pessoas que possuem esse padrão econômico. O que talvez não seria possível se as formas de pagamento não fossem tão facilitadoras.

O centro urbano da cidade de Santa Maria mais uma vez foi citado por alguns entrevistados, os motivos que os levavam até esse centro foi visita a parentes, comércio e trabalho, porém, o motivo que mais se destacou foi como retorno de estudantes, que citam residir no município, mas permanecem de segundas à sextas-feiras na cidade de Santa Maria para estudarem.

5.1.3 Tipos de atividades ou de serviços que os entrevistados priorizaram com mais relevantes e que a cidade não possui

Tabela 32: Tipos de atividades ou de serviços que os entrevistados priorizaram como mais relevantes e que a cidade não oferta.

12. Tipo de atividade ou serviços que você prioriza como mais relevantes e que a cidade não possui:

Atividades ou serviços relevantes que a cidade não possui	Pessoas/ citações
Comércio	11
Emprego	08
Especialidades médicas	04
Instituições financeiras	04
Serviços educacionais	02
Lazer	01
Serviços jurídicos	01
Total	31

Fonte: Trabalho de Campo realizado na Estação Rodoviária de Dona Francisca entre os dias 27 de Julho à 13 de Dezembro de 2008.

Org.: BOLFE, S.; VENDRUSCOLO, C. E., 2010.

No último momento da entrevista, foi solicitado no Questionário, Apêndice A, os tipos de atividades ou de serviços que os respondentes priorizavam como mais relevantes e que a cidade não ofertava. As respostas foram bem diversas.

As mulheres parecem serem as mais insatisfeitas com o comércio local, destacando ser a variedade comercial prioridade o item que elas mais buscam em outros centros urbanos. Por onze vezes foram citados como prioridade uma maior variedade comercial, sendo que desses entrevistados oito eram mulheres. Porém os homens que citaram o comércio citaram também a falta de algumas instituições financeiras e a falta de emprego. As pessoas que destacaram a ausência de postos e trabalho estão entre os mais variados níveis de escolaridade, ou seja, essa foi uma questão levantada tanto por pessoas que nem concluíram o ensino fundamental quanto por pessoas que estão cursando algum tipo de curso superior.

Entre os entrevistados que podiam citar mais de um item ao responderem a questão, nove deles reclamaram por falta de vagas de trabalho, sendo que desses seis eram mulheres e três homens.

A necessidade por uma maior variedade de instituições financeiras e por especialidades médicas parece ser uma preocupação tanto dos homens quanto das mulheres e que residem no urbano e também no rural. Os entrevistados que citaram por essas prioridades variam suas idades entre 25 a 58 anos. A renda média familiar desses é na sua grande maioria de até dois salários mínimos. A busca por instituições financeiras por parte de pessoas tanto do meio rural quanto do meio urbano pode ser explicada pela base econômica do município estar na agricultura, onde independente do meio em que as pessoas residem, boa parte delas possuem vínculos diretos com a produção agrícola.

O cruzamento das informações obtidas através de todos os instrumentos de pesquisa utilizados, nos levaram às seguintes interpretações, sobre as relações urbano/ regionais de Dona Francisca:

Partindo dessas interpretações, primeiramente analisou-se que o espaço urbano franciscano preserva fortes relações com seu espaço rural, isso pode ser evidenciado pelas formas organizacionais e funcionais do espaço urbano de Dona Francisca, o qual encontra-se com seus bens e serviços diretamente voltados para atender as mais imediatas necessidades da sua população urbana e rural.

Num segundo momento, observou-se que o urbano franciscano relaciona-se com urbanos da Região da Quarta Colônia, porém, há de se destacar que essas relações, expressas aqui por fluxos, não se fazem presentes com todos os centros urbanos da Região. As relações urbano/ regionais mais evidentes que a cidade de Dona Francisca mantém com as cidades da Região, está bastante vinculada aos urbanos da cidade de Faxinal do Soturno e de Agudo.

Percebeu-se que essas relações urbano/ regionais estendem-se e perpassam os limites da Região da Quarta Colônia, chegando ao urbano da cidade de Santa Maria, em escala muito ampla.

Perante a análise, específica, do Questionário efetuado na Estação Rodoviária, percebeu-se que o centro urbano de Faxinal do Soturno é o mais buscado para atender as necessidades de instituições financeiras e especialidades médicas que Dona Francisca não comporta. Já o centro urbano da cidade de Agudo é o mais procurado para fins comerciais, que vão além da variedade de lojas e produtos, esse centro atrai também pelas condições de compra e pagamento que o seu comércio oferece.

Quanto ao centro urbano da cidade de Santa Maria, esse também é procurado pelo comércio, mas o predomínio de sua procura é por nele estarem concentrados uma variedade muito ampla de instituições de ensino, sendo de ensino médio, médio-profissionalizante, técnico, de graduação, de pós-graduação e de cursos preparatórios para concursos e vestibulares. Essa variedade provoca uma grande movimentação diária, semanal e mensal de estudantes e também de seus parentes.

Os instrumentos nortearam para demonstrar que, diante de um urbano com bens e serviços ainda que deficitário, a população franciscana, mantém-se fiel ao seu ambiente. Procurando por outros centros urbanos apenas quando não lhes são oferecidos os mesmos tipos de bens e serviços, bem como as mesmas garantias de acessos e condições de pagamento, que são oferecidos em centros urbanos vizinhos ou maiores. No Apêndice B os Questionários Aplicados.

5.2 Os diferenciais urbano/ rural e as relações regionais de Dona Francisca

Tradicionalmente o urbano é visto como o lugar das coisas efêmeras, passageiras e fugazes onde o tempo parece transcorrer de forma rápida, onde a intensidade das relações é mais elevada. Já o rural é compreendido como o lugar onde o tempo está diretamente relacionado a natureza, onde os processos, principalmente, de produção dão-se de forma mais lenta, parecendo esses ser mais coesos. Esse processo atenta para uma temporalidade capital que suprime a temporalidade do natural (BAGLI, 2006).

Ao se retratar de urbano e rural em Dona Francisca, é possível visualizar essas diferenças, porém, há de se destacar também as influências que um espaço

exerce sobre o outro. Percebe-se a forte influência do campo na cidade, onde as pessoas ainda que trabalhando integralmente durante o dia em atividades típicas do urbano, como no comércio ou na prestação de serviços, ao chegarem em suas residências direcionam-se para os seus quintais, onde são cultivados pomares, hortas e até mesmo criações de animais domésticos como galinhas e vacas de leite.

Outra realidade bastante comum evidenciada em Dona Francisca é após uma jornada de trabalho no urbano essas mesmas pessoas vão para suas residências no rural e também executam afazeres do tipo cuidar de plantações e alimentar animais domésticos. Diante desse contexto Bolfe e Spolaor, descrevem que:

A ruralidade pode ser observada na região da Quarta Colônia pelos seguintes indicadores socioeconômicos e demográficos: número da população rural no conjunto da população dos municípios; proporção das pessoas que vivem nas áreas urbanas e trabalham no meio rural; e proporção das pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias sobre o conjunto das pessoas ocupadas no município. Também, ela pode ser vista no modo de vida da população que vive nas cidades da região da Quarta Colônia e que conservam algumas atividades desenvolvidas no espaço rural, como pequenas plantações cultivadas nos quintais das casas. (2010, p. 27-28).

O cotidiano que se desenvolve através das atividades exercidas pelas pessoas que residem em Dona Francisca certamente possui relações tanto com atividades de cunho urbano, quanto a atividades de cunho rural. No decorrer diário dessas pessoas faz-se presente símbolos, modismo, formas de produção e inclusive sensações de temporalidades que podem apresentar-se completamente distintos, e em alguns momentos até mesmo contraditórios.

No espaço urbano de Dona Francisca também é possível perceber o desenvolvimento de um cotidiano extremamente urbano, onde elementos como as formas de produção, de lazer, os hábitos alimentares e de vestuário, são bastante semelhantes aos de grandes centros urbanos. Atividades como redes de abastecimento de água, serviços de coleta e lixo, plantões de saúde, bares noturnos fazem-se atuantes e, são de fato atividades consideradas típicas de urbano. O urbano de Dona Francisca, contempla ainda, áreas de lazer como praças e parques, ruas pavimentadas e passeios públicos.

Os modismos tidos como urbanos podem ser facilmente acessados por internet, por redes de TV a cabo, ou seja, por formas de comunicação e informação que se fazem presentes nesse urbano.

As formas de comunicação e informação que se dão aos cidadãos, ainda que de maneira menos constante e intensa fazem-se presentes também no rural. É bastante comum em residências do espaço rural a presença de rede de telefonia fixa ou móvel, de acesso a internet, e de modos de vida semelhantes aos do urbano até mesmo em função desses moradores estarem com suas economias e formas de produção inseridas tanto no rural quanto no urbano.

Mesmo quando as formas de produção são essencialmente rurais, ou seja, ligadas diretamente a terra, essas necessitam manter relações com o urbano para adquirirem seus meios para produzir e posteriormente para o comércio da sua produção. É clara e notória a dependência entre esses espaços, onde um existe pelo e para o outro.

Nesse sentido Whitacker, descreve:

Há, assim, grande identidade entre a produção e a cidade. A cidade é a condição para a realização da produção como sucede hoje, em função da concentração espacial. A produção do campo, por exemplo, assemelha-se à da cidade e a essa se articula; por isso a cidade não é só condição para a realização da produção, é também expressão de um jeito de produzir. É, nesse sentido, condição para a reprodução ampliada dos processos produtivos e da dinâmica econômico social (...). A cidade, assim, organiza o consumo e é suporte e meio de produção, permite as relações e inter-relações necessárias à produção, ao mesmo tempo que, pela conjunção, abarca a essência das relações sociais, das diferenças e dos conflitos (2006, p. 139-140).

No rural de Dona Francisca pode ser percebida a presença de residências que são praticamente utilizadas como dormitórios, ou seja, que são habitadas por pessoas que mantêm suas atividades diárias na cidade e mesmo por morarem no campo não exercem nenhum tipo de atividades desse ambiente. Assim como existem propriedades do espaço rural que são habitadas somente durante o dia, são aquelas, onde geralmente o chefe de família e seus filhos homens, quando esses não estão estudando fora do município, direcionam-se diariamente para essas propriedades, a fim de permanecerem durante todo o dia produzindo na mesma. Enquanto que o restante da família como as esposas e/ ou filhos mantêm-se durante todo o dia na cidade exercendo alguma atividade urbana ou propriamente cuidando dos afazeres do lar.

Diante dessas observações infere-se que são amplas as influências que um ambiente exerce sobre o outro em Dona Francisca, porém, atenta-se para uma forte predominância da ruralidade tanto sobre o ambiente rural quanto sobre o ambiente

urbano. Essa predominância pode ser evidenciada nos hábitos, nos costumes, nas formas de produção, nos estilos de vida familiar, comunitários e de vizinhanças, bem como nos modos de organização social, física e espacial.

CAPÍTULO 6

6 POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

Políticas públicas são instrumentos utilizados pelas esferas estatais a fim de desenvolver ações que visem a garantia dos direitos sociais coletivos. Essas ações devem vir de encontro aos anseios e as direitos reclamados pela sociedade e, serem coerentes aos diferentes tipos de poderes, envolvendo as esferas do poder público, do poder econômico e do poder social.

Os objetivos das políticas públicas é atender as demandas e necessidades dessas três esferas. Quando esses objetivos são atingidos, resultam no desenvolvimento das cidades.

Historicamente coube ao poder público propor diretrizes e ações que venham sanar ou propriamente prevenir problemas da sociedade. Atualmente, porém, tem tornado-se cada vez mais comum, a inserção de atores não governamentais atuando juntamente com as esferas públicas na aplicação e desenvolvimento de políticas públicas.

A cidade de Dona Francisca, diante de suas políticas públicas também visa atender as necessidades dessas esferas, porém, é válido destacar que infelizmente, precisam-se priorizar mesmo as necessidades mais urgentes, pois os recursos próprios do município, provenientes da sua arrecadação, nem sempre são suficientes para suprir as demandas existentes.

Ainda assim, o elemento mais preocupante, não apenas na cidade de Dona Francisca, mas da maioria das pequenas cidades brasileiras, é a predominância de políticas públicas projetadas por esferas governamentais federais ou estaduais e que são introduzidas nesses municípios. O que nem sempre estão de acordo com as realidades e vocações desses espaços.

O fato de não serem projetadas especificamente para cada local onde atuarão, de não considerarem as características e tendências desses locais, podem comumente, resultar em desperdícios de recursos públicos, ou em equívocos que acabam por alterar e prejudicar as potencialidades culturais, naturais, econômicas, políticas e sociais dessas cidades.

Assim, como nas demais cidades da Região ao se discutir políticas públicas de Dona Francisca é necessário fazer-se uma subdivisão, mencionando as políticas públicas específicas que a cidade projeta ou se insere e as políticas públicas genéricas para a Região.

Reconhecer a existência da Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana é confirmar uma das mais audaciosas formas de políticas públicas desenvolvidas nesse território, resultando na consolidação do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia – CONDESUS.

6.1 O papel do Condesus na formulação e aplicação de suas Políticas Públicas

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia – PRODESUS/ Quarta Colônia, Projeto de Execução Descentralizada/ PED, Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA, deu-se início em novembro de 1996, juntamente com as demais quatro Áreas Prioritárias da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Rio Grande do Sul. O PRODESUS/ Quarta Colônia foi composto por quatro projetos integrados: - Manejo dos Recursos Naturais da Quarta Colônia; - Desenvolvimento da Agricultura Ecológica; - Desenvolvimento do Turismo Ecológico, Rural e Cultural e; - Educação Ambiental (ITAQUI, 2002).

Criado em Silveira Martins acabou, decorrente de mudanças políticas, tendo como executor a Prefeitura Municipal de Faxinal do Soturno e, na condição de co-executores, os municípios de Agudo, Dona Francisca, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins.

O Relatório-síntese das propostas para as diretrizes básicas para o desenvolvimento sustentável da Quarta Colônia está disponibilizado na íntegra em Apêndice C.

No projeto do PRODESUS fazia parte, entre seus ante-projetos a constituição de um Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia – CONDESUS/ Quarta Colônia que teria o papel de desenvolver a gestão política e executiva do PRODESUS. Desde o ponto de vista legal, o CONDESUS enquadra-se, como uma entidade pública de direito privado e sem fins lucrativos. Organizada por meio de um Conselho de Prefeitos, Presidente e Vice-Presidente, Conselho Fiscal, Conselho Administrativo e de um Secretário Executivo. Em 2005 o CONDESUS/ Quarta Colônia adequou seu estatuto a Lei Federal nº. 11.107 de 06 de Abril de 2005, a qual dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. Já em 2010 o CONDESUS/ Quarta Colônia migrou de consórcio público de direito privado, para de direito público. Atualmente, possui sua sede, na Rua Maximiliano Vizzotto, 598, na cidade de São João do Polêsine – RS.

Atuando como uma entidade meio, o CONDESUS/ Quarta Colônia tem o papel de acordar ações, projetos e programas que tenham como objeto promover o desenvolvimento regional da Quarta Colônia em base a projetos endógenos.

Nos últimos vinte e dois anos, dos quais, o CONDESUS tem uma trajetória de atuação de catorze anos ele catalisa um conjunto de ações, projetos e programas que levaram a criação da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desporto de Silveira Martins, entre 1989 e 1998. A partir dela que se sentaram as bases para o

desenvolvimento de projetos regionais a partir de elementos, naturais e culturais dos municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins hoje denominados Quarta Colônia.

Oferecendo suporte a esses nove municípios, o seu objetivo específico é pensar a Região, conhecer suas particularidades e aptidões e, seguidamente associá-las às necessidades e desejos reclamados pelos poderes políticos, econômicos e sociais.

Ao longo de sua trajetória de atuação o CONDESUS/ Quarta Colônia, obteve êxito na consolidação de inúmeros projetos, sendo esses de âmbitos diversos e de grande relevância para a Região, sendo aqui citados apenas os de maior repercussão⁵:

- Identidades locais:

O Projeto Identidade foi composto por um conjunto de ações de animação sociocultural. Deste projeto pode-se destacar, entre outras ações, o resgate do Filó (reunião social típica da cultura veneta tradicional), os Fóruns de Cultura da 4ª Colônia Italiana do Rio Grande do Sul e o Programa de Educação Patrimonial da Quarta Colônia.

Filós: Até a década de cinquenta os filós faziam parte das formas de sociabilidade entre famílias de uma mesma linha colonial e tinha como objeto o desenvolvimento de atividades de trabalho que necessitava de um maior número de mão-de-obra, demandando a participação de vizinhos. Atividades que exigiam ações em mutirão, como tirar a palha das espigas de milho, (escartosar milho) destalar o fumo, entre outras. A falta de mão-de-obra demandava o apoio de vizinhos, que se uniam nestas ocasiões para, ademais do trabalho em si, este encontro tinha um forte caráter social, de afirmação de valores culturais para os mais jovens, propiciavam também, entre esses jovens, os primeiros flertes, e a valorização de sentimentos de cunho comunitário.

⁵ As informações referentes aos projetos citados foram obtidas através do Secretário Executivo do Condesus/ Quarta Colônia, José Itaquí.

O Projeto Identidade, por meio dos filós, tinha por objeto criar espaços de manifestação de elementos da cultura de base e codificados pela palavra dialetal, valorização da gastronomia, do artesanato tradicional e demais elementos próprios deste universo simbólico e a importância da sua preservação, valorização e transmissão às novas gerações. Para animar este processo, bem antes da sua realização, as regras de participação condicionavam, como ingresso, aos participantes trazerem pratos de comidas típicas, doces ou salgados, que, ao final do encontro, seriam compartilhados entre os participantes do filó. Exigência que demandava, antes do encontro, os participantes buscarem, junto aos mais velhos, receitas tradicionais para não chegarem com as mãos vazias.

Esses encontros, ademais de seu caráter festivo, tinham como objeto criar espaços públicos, sociais, de expressão da palavra dialetal e refletir, criticamente, sobre a preservação das culturas venetas (*talian*)⁶ do Rio Grande do Sul.

Para estes encontros eram convidados para falar de experiências de vida, relatos de moradores das diferentes localidades, ou palestras, exposições de cunho técnico, científico (sociológico, histórico, etnológico, antropológico) ou de experiências de preservação e valorização de elementos, materiais e imateriais, destas culturas dialetais.

- Os Fóruns de Cultura da 4ª Colônia Italiana do RS:

Em 1989, entre as ações de animação sociocultural do Projeto Identidade, foram desenvolvidos os Fóruns de Cultura, eventos bianuais, que tinham como objetivo reunir os descendentes da Ex-Colônia Silveira Martins, 4º Núcleo de Colonização Italiana organizado pelo Governo Imperial na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, para discutir e propor políticas de preservação do patrimônio cultural e o desenvolvimento regional.

Esses Fóruns foram realizados nas seguintes datas com suas respectivas temáticas:

1º Fórum de Cultura da Quarta Colônia: realizado de 17 a 19 de outubro de 1990, tendo como local o Clube Agrícola e Recreativo de Silveira Martins, abordou

⁶ O *talian*, de acordo com Costa, Rovilio, é uma síntese dos dialetos vênéticos falados no Rio Grande do Sul mais o português.

como núcleo temático “**A 4ª Colônia no processo de Desenvolvimento Social e Econômico da Região Centro do Estado**”.

Com o objeto de mobilizar os municípios da 4ª Colônia o Núcleo de Cultura de Silveira Martins organizou-se, com o apoio das Prefeituras Municipais de Ivorá, Faxinal do Soturno e Dona Francisca, Pré-Fóruns preparativos ao Fórum de Cultura 4ª Colônia. Esses eventos se dirigiram a professores e alunos do ensino médio, público alvo do fórum.

A continuação deste evento, nos dias 20 e 21 de outubro, tendo o mesmo local, foi realizado o 1º Festival do Jogo da Mora do Rio Grande do Sul.

2º Fórum de Cultura da Quarta Colônia: realizado de 21 a 23 de outubro de 1992, tendo como local o Clube Agrícola e Recreativo de Silveira Martins, abordou como núcleo temático “**Educação & Cotidiano**”.

Como estratégia para a mobilização dos educadores foi realizado de 17 a 19 de julho de 1992, o Pré-Fórum do 2º Fórum de Cultura da Quarta Colônia e que teve como atividade uma oficina de Educação Patrimonial.

3º Fórum de Cultura da Quarta Colônia: realizado de 08 a 11 de novembro de 1994, tendo como local o Clube Agrícola e Recreativo de Silveira Martins, abordou como núcleo temático “**Diretrizes Básicas do Programa Regional de Desenvolvimento Ambiental para a Quarta Colônia**”.

Este evento teve como objetivo geral proporcionar um espaço para a comunicação, discussão científica e técnica que subsidiasse o entendimento da importância do papel do patrimônio natural e cultural, como elementos fundamentais no processo de desenvolvimento sócio-econômico.

- Casa da Quarta Colônia:

A Casa da Quarta Colônia, como idéia, conceito, foi projetada mais que espaço de comercialização para atender a interesses individuais. Mas para organizar, qualificar os processos e os produtos da agricultura familiar e construir uma idéia associativa setorial e multisetorial a transitar para a formalização de seus produtos e negócios e, cooperativamente comercializar tanto no comércio a varejo como no atacado.

- Projeto de Turismo Integrado da Quarta Colônia:

Este projeto primeiramente teve um olhar superficial de possíveis rotas e roteiros, formatação de produtos turísticos e, no decorrer do processo, identificar os produtos de base turística desenvolvidos pelas agroindústrias familiares, prestadores de serviços e artesãos. No terceiro ano do projeto é implantado o programa SEBRAE-TEC, que teve como suporte de consultores técnicos da Universidade Federal de Santa Maria, envolvendo as áreas da economia, ciências contábeis, administração, engenharia de alimentos, desenho industrial, entre outros. De um universo de duzentos produtores, foram identificadas e diagnosticadas 30 agroindústrias familiares e prestadas consultorias técnicas em base os pontos críticos diagnosticados.

Paralelamente a este processo um consultor, em formação de rede, trabalhava com um grupo de micro e pequenas agroindústrias familiares. Este grupo começa a desenvolver compras conjuntas de insumos e embalagens. Não somente com o objetivo de responder necessidades individuais, mas de materializar a formação de uma microrrede, uma organização cooperativa, para desenvolver a gestão da Casa Quarta Colônia.

Outra linha de trabalho, dentro deste mesmo universo, foi a qualificação de produtos artesanais que passaram a ser comercializados fora da região e na região compondo a Rede da Casa na Casa Quarta Colônia.

Nas Figuras 16, 17 e 18, podem ser visualizados alguns produtos resultantes desse projeto.

Folder Turístico Cultural e Folder dos Roteiros Integrados da Região da Quarta Colônia – RS



Figura 16: Folder Turístico Cultural e Folder dos Roteiros Integrados da Região da Quarta Colônia – RS.

Fonte: CONDESUS/ Quarta Colônia, 2010.

Org.: VENDRUSCOLO, E. C., 2010.

Folder Turístico Gastronômico da Região da Quarta Colônia – RS



Figura 17: Folder Turístico Gastronômico da Região da Quarta Colônia – RS.

Fonte: CONDESUS/ Quarta Colônia, 2010.

Org.: VENDRUSCOLO, E. C., 2010.

Folder Turístico Religioso Região da Quarta Colônia – RS

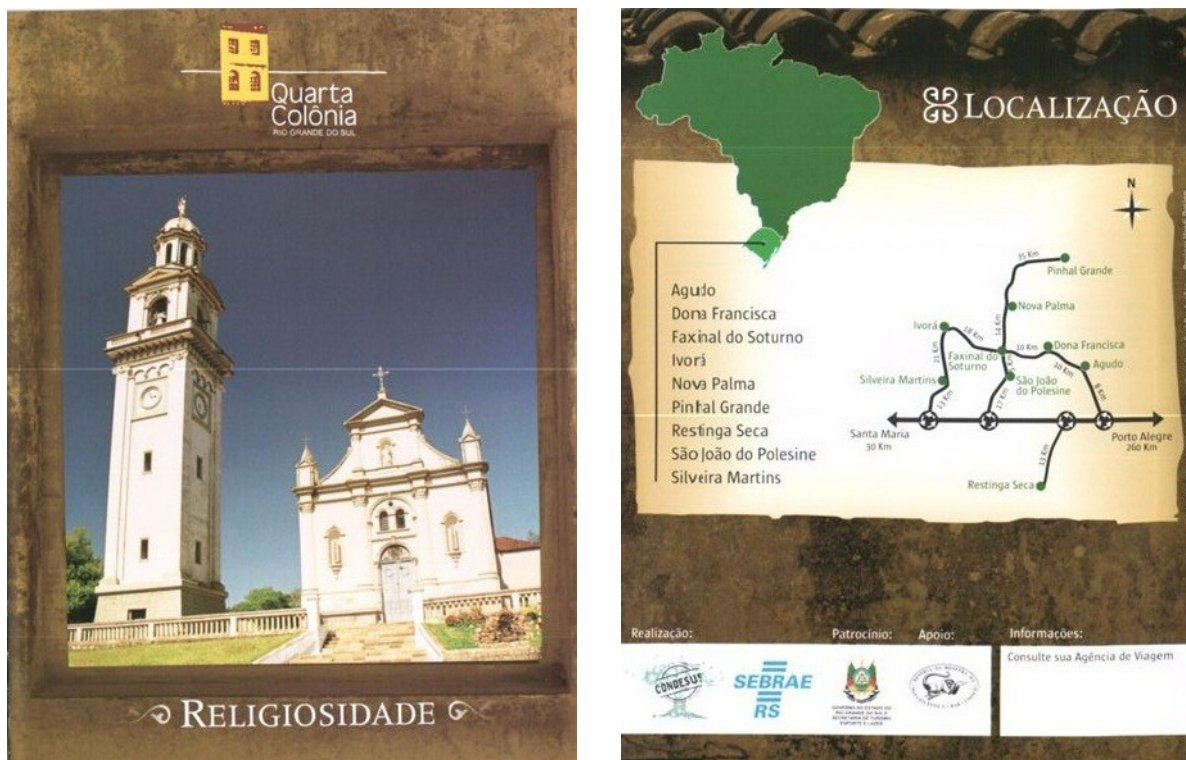


Figura 18: Folder Turístico Religioso da Região da Quarta Colônia – RS.
 Fonte: CONDESUS/ Quarta Colônia, 2010.
 Org.: VENDRUSCOLO, E. C., 2010.

- Rota Paleontológica Centro:

A Rota Paleobotânica Centro foi criada como resposta à demanda do Governo do Estado, Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul – SETUR, junto aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, para a criação e implantação de Rotas Turísticas nas principais regiões do Estado.

Em 1997 foi apresentado o Projeto da Rota Paleobotânica Centro, como ação integradora e de valorização do patrimônio paleontológico dos municípios de: Mata, São Pedro do Sul, Dilermando de Aguiar, São Martinho da Serra, Santa Maria, Itaára, Silveira Martins, Ivorá, Pinhal Grande, Nova Palma, Faxinal do Soturno, São João do Polêsine, Restinga Seca, Formigueiro, Dona Francisca, Agudo, Paraíso do Sul, Cachoeira do Sul, Novos Cabrais, Cerro Branco e Candelária.

Na Consulta Popular de 1998 esse projeto foi votado e passou a fazer parte do Orçamento do Governo do Estado de 1999, no item de Sinalização Turística.

Com a retomada das tratativas com a SETUR, ainda no ano de 1999, o projeto sofreu alterações, integrando o município de Candelária, que não pertence a

AM-CENTRO e mudando o nome da rota, que passou a chamar-se ROTA PALEONTOLÓGICA CENTRO. Essas mudanças foram devidas às descobertas de importantes fósseis de vertebrados nos municípios de Agudo, Faxinal do Soturno, Novos Cabrais e a mais recente, em Dona Francisca, fazendo destes municípios, junto com outros onde se verificaram anteriores descobertas (Santa Maria, Mata, São Pedro e Candelária), uma referência para a paleontologia mundial.

- Projeto Parques Paleontológicos Integrados da Quarta Colônia:

Através do tempo tem se falado muito da importância do patrimônio paleontológico e arqueológico da Região Central.

A descoberta realizada em 1928/29 colocou o nome do Município de Santa Maria em destaque no Estado, no Brasil e no mundo mas, de concreto, pouco se fez para que a região pudesse absorver e fazer desses elementos fósseis parte do seu patrimônio cultural.

A sociedade, ao desconhecer a dimensão desse bem, ficou alijada deste processo e desautorizada a opinar. O desleixo com esses patrimônios não impediram que as atividades de pesquisa de campo seguissem se desenvolvendo e foram sendo retirados fósseis da região para o desenvolvimento de estudos em diversas instituições científicas: no Estado podemos citar a Pontifícia Universidade Católica – PUC, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Museu de História Natural do Rio Grande do Sul/ Fundação Zoobotânica e a Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Por outro lado não temos como auferir o quanto foi retirado para o comércio ilegal e contrabando.

O fato é que são feitas as escavações e por uma questão de preservação dos sítios, os locais são mantidos em sigilo para o grande público e os descobridores têm carta branca para desenvolver livremente o trabalho. Muito material é retirado sem o mínimo controle e as autoridades locais e proprietários não sabem se o material retirado em nome da ciência está realmente sustentado por projetos de pesquisa individuais ou fazem parte de programas de instituições públicas ou privadas.

As descobertas chegam ao conhecimento público quando vazam para os meios de comunicação. Para o público, as descobertas são fato fugazes que logo

caem no esquecimento. A pesquisa muitas vezes não tem continuidade, seja por falta de recursos materiais, humanos ou econômicos. Os elementos descobertos vão para os depósitos das instituições, o que é uma segurança de possível continuidade, ou vai para o mercado negro.

Como resposta aos problemas encontrados, e motivados pelas constantes descobertas realizadas nos municípios da Região da Quarta Colônia, foi elaborado o projeto Parques Paleontológicos Integrados da Quarta Colônia. Desta forma, com propostas concretas, articuladas e conduzidas pelo CONDESUS/Quarta Colônia, propomos retomar a discussão na busca de somar esforços locais, estaduais e federais para a criação da infra-estrutura necessária para que o patrimônio paleontológico e arqueológico seja estudado, valorizado e protegido, integrando-se concretamente como patrimônio fundamental para o desenvolvimento sustentável da Quarta Colônia.

- Geoparque Quarta Colônia:

No projeto da Rota Paleontológica Centro, entre as suas ações, estava previsto o mapeamento dos afloramentos fossilíferos da Região Central. No Diálogo de Concertação da Quarta Colônia o mapeamento geológico é demandado como uma prioridade ao Ministério de Minas e Energia e este ao Serviços Geológicos do Brasil, Superintendência de Porto Alegre. Este estudo começa pela folha Agudo, concluída, demandamos uma segunda etapa, onde são levantadas todas as formações geológicas da Quarta Colônia já com o objeto, estudos básicos para a formatação do projeto GEPARQUE QUARTA COLÔNIA.

- Planejamento Ambiental da Quarta Colônia:

O projeto de planejar a Quarta Colônia também faz parte das ações previstas na proposta da Rota Paleontológica Centro, mesmo antes, no Projeto Identidade, de Educação Patrimonial, frente a necessidade de aliar preservação com desenvolvimento sustentável. Nestes últimos vinte anos temos tido perdas patrimoniais irrecuperáveis pela falta de uma legislação que tenha em conta que as

idades são museus abertos, que preservam os diferentes momentos de sua história, história que materializa nos prédios, nas formas de ocupação e transformação do espaço, das paisagens urbanas e rurais.

O Planejamento para que tenha em conta esta realidade parte do ambiente natural, de suas potencialidades e limites, mas não se reduz ao universo urbano, mas toda a geografia municipal. As áreas rurais não são espaço de reserva (especulação) para expansão urbana, ao contrário são zonas de equilíbrio para o desenvolvimento de políticas sustentáveis.

Outra característica inovadora do Planejamento Ambiental da Quarta Colônia, ademais da busca de uma integração microrregional, ele criou espaços para conversas com vizinhos e também incluir suas demandas e necessidades que tenham como objeto uma maior aproximação e integração regional. Integração que não se dá somente no campo da economia, mas fundamentalmente na conservação dos recursos naturais e na construção de relações fraternas.

Através do Projeto de Planejamento Ambiental da Quarta Colônia ofereceu-se aos municípios da Região conteúdos, informações, mapeamentos e levantamentos que propiciarão a esses município maior facilidade na elaboração dos seus Planos Diretores. Pensar na organização dos espaços urbanos e rurais das cidades da Quarta Colônia, bem como na própria organização regional é uma necessidade para o ordenamento dessas cidades e também para a Região a qual essas cidades compõem.

Nas Figuras 19 e 20, podem ser visualizados alguns dos produtos originários do Projeto de Planejamento Ambiental da Quarta Colônia.

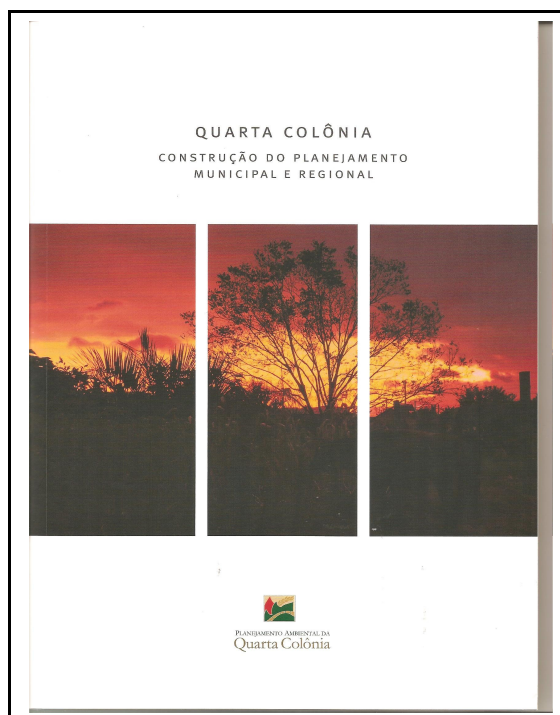


Figura 19: Livro: Quarta Colônia/ Construção do Planejamento Municipal e Regional.
Fonte: CONDESUS/ Quarta Colônia, 2010.
Org.: VENDRUSCOLO, E. C., 2010.

Livro: Quarta Colônia/ Patrimônio Cultural

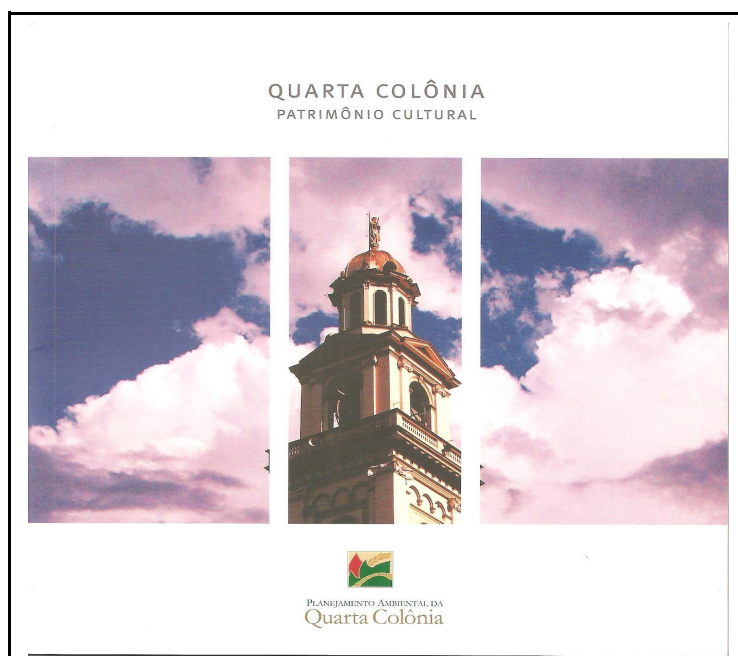


Figura 20: Livro: Quarta Colônia/ Patrimônio Cultural.
Fonte: CONDESUS/ Quarta Colônia, 2010.
Org.: VENDRUSCOLO, E. C., 2010.

**- Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA
QUARTA COLÔNIA:**

A transformação de produtos primários oriundos da agricultura familiar faz parte da cultura de base das áreas de colonização alemã e italiana. Os produtos coloniais, de forma especial os de origem animal e vegetal, não têm tido um suporte continuado de políticas públicas que permitam aos produtores enfrentar de forma integrada a complexidade das questões relativas a produção de alimentos. A dissonância entre os sistemas de vigilância sanitária contribui negativamente neste, seja facilitando politicamente a produção irregular de alimentos ou, na outra ponta deste processo, impedindo policialmente a comercialização.

Frente a esta realidade extrema, devido à importância cultural, social e econômica destes produtos que fazem parte das identidades locais, é dever do Estado, neste caso dos governos municipais, através do CONDESUS e com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, criar os meios necessários que permitam um tratamento integrado aos produtores e seus produtos. Para que entraves burocráticos sejam eliminados no sentido de construir, tanto a nível setorial como intersetorial, políticas que tenham como objeto a qualificação e a organização (formalização) destes segmentos da produção de alimentos para a sua plena inserção no mercado local, regional e estadual.

Sendo assim, o projeto consiste em criar e implantar o sistema unificado de fiscalização sanitária que garanta a preservação da saúde humana e do meio ambiente; que tenha como foco de atuação a qualidade sanitária dos processos de produção fundamentados nas Boas Práticas Agropecuárias (BPA) e de Fabricação (BPF) e que seja, antes de tudo, um processo educativo permanente e continuado que objetive assegurar a inocuidade e a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal produzidos na Quarta Colônia.

Foram discriminados alguns projetos elaborados e aplicados pelo Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia – CONDESUS, os quais destacamos como os mais relevantes para a região, ressalta-se ainda, que essas não são as únicas ações dessa instituição.

6.2 Quais foram as transformações no município e na Região

Formular e aplicar políticas públicas que intentam para o respeito às particularidades de cada lugar, embora a Região seja em vários aspectos muito semelhante, esse foi o propósito maior do PRODESUS/ Quarta Colônia e atualmente é o do CONDESUS/ Quarta Colônia.

Pode-se dizer que há um marco no decorrer histórico do município de Dona Francisca, bem como nos demais municípios que integram a Região a partir da atuação dessa forma de política.

Até a intervenção dessa política, Dona Francisca, assim como as demais cidades da Região possuíam uma identidade local ou uma forma de identificação que era local, particular a cada cidade. Atualmente as cidades não se apresentam mais unicamente como locais, elas também referem-se como integrantes de uma Região que se consolidou e tornou-se reconhecida. Nesse sentido Bolfe e Spolaor, descrevem que os papéis de cada cidade da Região da Quarta Colônia são constituídos por uma identidade local, mas também por uma identidade regional (2010).

Os próprios veículos de comunicação como os jornais e emissoras de rádios regionais têm-se pronunciado de tal maneira, inferindo à organização em região. Perante as festividades, principalmente, religiosas e gastronômicas, os municípios da Região, buscam se organizar de tal forma para que os eventos maiores não coincidam entre esses municípios.

Essas formas de organização e logística encontram-se atuantes, principalmente, nas gestões político-municipais, assim como nas formas de empreendedorismos privados ainda que tímidos e pontuais, mas já evidentes, têm-se manifestado de maneira regional, o que muito contribui para o sucesso no desenvolvimento das ações.

Vê-se que a relação regional da cidade de Dona Francisca para com a Região é de complementariedade e aporte. E quando retrata-se dessas relações, especificamente, nos setores públicos, observa-se que elas são ainda mais forte e coesas.

O sentido de pertencimento a essa Região tem conferido a cada município amplitudes políticas mais audaciosas e que projetam esses municípios ao cenário estadual, nacional e em algumas segmentações até global.

As possibilidades de se utilizar das diversidades culturais, das riquezas arquitetônicas e das belezas naturais a favor de cada município tornaram-se potencialmente maiores e mais atraentes a partir do momento em que essas passaram a ser projetadas e vendidas na forma de Região. Aos municípios integrantes, o conceito de Região lhes parece conferir prestígio e sentido de apropriação valorável (Boudieu, 1998).

Com mais de duas décadas de atuação, inúmeras foram as aquisições de âmbitos diversos, sempre desenvolvidos coletivamente, pelos nove municípios, que envolvem montantes monetários, que somente foram possíveis por essa relação regional, estar de fato e de direito consolidada. Mais importante que vantagens monetárias, certamente, são as vantagens políticas adquiridas pela identidade regional, contribuindo para a Região comportar-se como um território de poder.

Essas políticas públicas apresentam a cada dia mais êxito, e tem servido de parâmetro para muitas outras regiões do país e até à países vizinhos, como é o caso de pequenas cidades Paraguaias, que já visitaram a Região e buscaram conhecer essa forma de organização política.

Infere-se que a garantia desse sucesso, está no princípio dessas políticas serem projetadas por agentes locais para seus locais. Cabendo nos valer da metáfora de Michel Foucault, o qual nos instiga a pensar que o cenário deve ser projetado pelos seus próprios atores.

O fato de serem, geralmente, políticas que para o seu desenvolvimento requerem períodos de médio à longo prazo, também inibem intervenções político-partidárias de gestões paralelas, que não raras vezes sucumbem boas propostas de gestão.

Diferentemente, das políticas públicas projetadas de forma individualizada no município de Dona Francisca, onde os recursos próprios são escassos, o que tem limitado muitas formas de atuação e de extensão de algumas políticas. Associada a quase ausência de agentes políticos capacitados ou preocupados em desenvolver programas ou projetos que atendam os almejos da população.

É comum na distribuição de cargos políticos prevalecer o corporativismo e as agremiações partidárias. Designando-se a um segundo plano as potencialidades administrativas, técnicas e profissionais dos atores públicos.

Tornando a gestão municipal também paternalista, que atua basicamente em ações pontuais e que lhe rendam retornos políticos partidários imediatos. Sem a preocupação de continuidade em ações já existentes.

Essas formas de atuação distanciam o acesso ao crescimento econômico, ao desenvolvimento social e à moralidade ética do poder político de Dona Francisca e de tantos municípios brasileiros.

A intervenção de pequenas cidades através de políticas públicas que lhe integrem, acaba por fortalecer essas pequenas comunidades, são excelentes práticas para driblar a fragilidade econômica, além de visarem pela melhor forma de atuação frente a voraz globalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo que enfatizou o espaço urbano de Dona Francisca apoiou suas fundamentações teóricas e metodológicas na ciência Geográfica, mais especificamente, na Geografia Urbana.

O aprofundamento teórico e conceitual sobre cidade, urbano, pequenas cidades, relações urbano/ regionais e políticas públicas, foram de fundamental importância para que se chegasse ao entendimento do espaço geográfico que se delimitou como área de abrangência do estudo. Essa abordagem teórica e conceitual também propiciou um melhor compreender do ambiente das cidades, independentemente dos seus tamanhos territoriais, das suas densidades demográficas e da importância das suas funcionalidades.

As cidades são organismos espaciais que reproduzem o urbano, esse, por sua vez, permite que uma imensa variedade de complexas funções seja desenvolvida em ambientes comuns e de forma concomitante. A organização desse ambiente obviamente será uma constante variável. Porém, ainda assim, as cidades serão espaços geográficos que comportam o crescente universo populacional e suas mais dinâmicas funcionalidades. Mais um motivo, para esse espaço ser extremamente mutável.

Esse estudo foi norteado metodologicamente pela categoria de formação sócioespacial definida por Milton Santos, a qual contribuiu para que os objetivos propostos pela pesquisa obtivessem respostas e significados satisfatórios. Diante desse instrumento científico nos foi necessário investigar as categorias de formação econômica e social da área de estudo em determinado período histórico específico, o que garante que essas formações socioespaciais se caracterizarão sempre únicas e diferenciadas.

Entender o comportamento do espaço urbano da cidade de Dona Francisca nos possibilitou observar os tipos de relações que esse ambiente efetua com o seu espaço rural, com demais espaços urbanos da Região, bem como com espaços urbanos que vão além das cidades da Região. Nos permitiu, também, perceber que esse urbano comporta de forma simultânea e harmoniosa a convivência de atividades e símbolos de urbano e também de rural.

O estudo do espaço urbano de uma pequena cidade que está atribuída de elementos naturais e de valores culturais que a inserem naturalmente para uma região, certamente foi instigante e surpreendente a cada etapa realizada pela pesquisa.

O trabalho também propôs evidenciar as diferentes formas de planejar pequenas cidades, através da organização regional, o que tem conferido maiores possibilidades de desenvolvimento e ascensão econômica e social.

A pesquisa também nos possibilitou entender os esforços feitos através da formulação e aplicação de políticas públicas para que pequenas cidades com economias vulneráveis consigam manter-se diante de uma economia capitalista global. Foi possível reconhecer os efeitos que as políticas públicas desenvolvidas nesse cenário já beneficiaram e materializaram tal espaço como Região.

Ainda no cenário regional, constatou-se a necessidade dessas cidades em buscar por inovações econômicas, por novas formas de geração de renda, bem como pelo aprimoramento das atividades que sustentam a economia atual. De forma integrada a Região amplia suas potencialidades para novas segmentações funcionais.

Ao inferir essas considerações não temos a pretensão de esgotar as abordagens sobre essas temáticas, mas sim contribuir para o seu aprofundamento.

Além disso, esperamos que esse estudo venha revelar elementos que possibilitem melhor conhecer o ambiente urbano de Dona Francisca, bem como melhor entender os ambientes os quais esse urbano preserva relações.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para Discussão 702. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 1-37.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia econômica**. 7ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 1981.

BACELAR, W. K. de A. **A pequena cidade nas teias da aldeia global: Relações e especificidades sócio-políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara – MG**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2008. (Tese de Doutorado).

_____. **As desigualdades das pequenas cidades: as cidades com menos de 10.000 habitantes do cerrado triangulino**. In: II Simpósio regional de geografia da UFU, 2., 2003. Anais eletrônicos. Uberlândia: UFU, 2003. Disponível em: < <http://www.ig.ufu.br.http> >. Acesso em: 10 ago. 2010.

BAGLI, Priscila. **Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão.; WHITACKER, Arthur Magon (org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 81-109.

BERNARDES, Sergio Augusto Carvalho. **Município de Dona Francisca, Bases Geográficas para um Planejamento Integrado**. Santa Maria, 1970.

BOLFE, Sandra Ana.; SPOLAOR, Silvane. **O espaço urbano e o espaço rural da/ na Região da Quarta Colônia: significando a pequena cidade**. In: BEVILACQUA, Décio.; RORATO, Geisa Zanini.; COLUZZO, Izabele (org.). **Quarta Colônia: construção do planejamento municipal e regional**. Santa Maria, RS: Ed. UFSM; Porto Alegre, RS: Livraria do Arquiteto, 2010 (23-34).

BOURDIEU, Pierre. **Efeitos de lugar**. In: AGUIAR, Neuma (org.). **A miséria do mundo**. 3ª edição. Petrópolis, 1998

BUCCI, Maria Paula Dallari. **As políticas públicas e o Direito Administrativo**. Revista Trimestral de Direito Público, m. 13, São Paulo: Malheiros, 1996.

_____. **Direito Administrativo e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

DAMIANI, A. L. **Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos**. In: GERAIGES, A. I. de L.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Clacso, 2006.

CAMAGNI, Roberto. **Economia urbana**. Principi e modelli teorici. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1992.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8ª edição. Editora: Contexto, São Paulo, 2005.

_____. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. **Espaço e indústria**. São Paulo: Editora Contexto/Edusp, 1ª edição, 1992.

CASASSOLA, Norma Bernardete. **1850 = Dona Francisca = 1900. Sua Terra/ Sua Gente**. Dona Francisca, 1983.

CIDADE, L. C. M.; MORAES, L. B. de. **Metropolização, Imagem Ambiental e identidade de cidade no Distrito Federal**. Geografia, Rio Claro, v. 20, n. 1, p. 21-37, jan./ abr. 2004.

COMPARATO, Fábio Konder. **Ensaio sobre o juízo de constitucionalidades de políticas públicas**. Revista dos Tribunais, ano 86, n. 737, março, São Paulo: 1997.

CONDRAF, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável**. Ministério do Desenvolvimento Agrário/ MDA – nº 3. Brasília, julho de 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2004. (Série Princípios).

DOMÈNECH, Rafael Boix. **Redes de Cidades y Extenalidades**. (Tese de Doutorado). Barcelona: Universitat Autònoma, 2003.

DIAS, Leila Christina. **Emergência e Organização**. In: CASTRO, Elias de; GOMES, Paulo César da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. Tese de Doutorado – Presidente Prudente: [s. n.], 2006.

_____. **Perspectivas sobre o urbano e o rural**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, WHITACKER, Arthur Magon (org.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. (p. 11-31).

FAISSOL, S. **A estrutura urbana brasileira: uma visão ampliada no contexto do processo brasileiro de desenvolvimento econômico**. Revista brasileira de geografia. Rio de Janeiro, n. 3, p. 19-123, jul./ set. 1972.

FEE – **Fundação de Economia e Estatística**. Resumo estatístico RS. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt>> acesso em 20 de Julho de 2010.

FIGUEIREDO, Vilma Dominga Monfardini. **Pequenos municípios e pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul: contrastes, perfil do desenvolvimento e de qualidade de vida, 1980-2000**. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas [s.n.], 2008 (Tese de Doutorado).

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Ática. 1995.

GUARESCHI, Comunello, Nardini & Hoenisch, 2004, pg. 180. Disponível em: www.cchla.ufrn.br/interlegere/inter-legere3/pdef/pesquisas3.pdf. Acesso em 20 de maio de 2010.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

_____. **Região, diversidade territorial e globalização.** *Geographia*: revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói, ano I, n. 1, p. 15-39, 1999.

HAGUETTE, T. M. F. Metodologias Qualitativas. In: **Metodologias Qualitativas em Sociologia.** Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

IANNI, Octavio. **O mundo agrário.** In: HAESBAERT, Rogério. **A era do globalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 37-57 .

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Brasília, 1937. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em de 19 maio de 2007.

ITAQUI, José (Org.). **Quarta Colônia: inventários técnicos/ fauna e flora.** Santa Maria: Condesus Quarta Colônia, 2002.

LANNES, José.; DA LUZ, Roberto. **Quarta Colônia: do Rural em crise ao desenvolvimento.** In: BEVILACQUA, Décio.; RORATO, Geisa Zanini.; COLUZZO, Izabele (org.). **Quarta Colônia: construção do planejamento municipal e regional.** Santa Maria, RS: Ed. UFSM; Porto Alegre, RS: Livraria do Arquiteto, 2010 (36-45).

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital.** Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **O direito à cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991.

LENCIONI, Sandra. **Produção no interior, gestão na capital.** Faesp Pesquisa (São Paulo), n. 61, 2001

MARQUES, Marta I. M. **O conceito de espaço rural em questão.** São Paulo: Terra Livre, n. 19, p. 95-112, 2002.

MELO, N. A. **Rede urbana e pequenas cidades: seus limites e possibilidades no sudeste goiano.** Projeto de Pesquisa, Uberlândia, 2005. Mineo.

MONBEIG, Pierre. **O estudo geográfico das cidades. Novos estudos de geografia humana brasileira.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957, p. 33-77.

MOURA, Rosa. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: Uma análise com foco em Curitiba.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências da Terra. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. (Tese de Doutorado).

OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses.** 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

PIRES, Maria Coeli Simões. **Concepção Financiamento e Execução de Políticas Públicas no Estado Democrático de Direito.** Tribunal de contas de Minas Gerais. Belo Horizonte, v. 39, n. 2, p. 141-192. abri. – jun. 2001.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Cidades ou Sociedades Sustentáveis?.** In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles (orgs.). **Urbanização e Mundialização: estudos sobre a Metrópole.** São Paulo: Contexto, 2005.

ROSA, Lucelina Rosseti; FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum.** In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, WHITACKER, Arthur Magon (org.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e o rural.** São Paulo: Expressão Popular, 2006. (p. 187-205).

RUA, João. **Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. Campo-Território.** Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em: < <http://www.campoterritorio.ig.ufu.br> >. Acesso em ago. 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **As cidades locais do Terceiro Mundo: o caso da América Latina: espaço e sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979.

_____.; SILVEIRA, M. L. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **Por uma Economia Política das Cidades**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Sociedade e Espaço: A formação social como teoria e como método**. In: Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 54, p. 81-99, jun. 1977.

SPOSITO, Maria Encarnacion Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 14ª Edição. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. & WHITACKER, Arthur Magon. (Orgs.). **Cidade e Campo: Relações e Contradições entre Urbano e Rural**. 1ª edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

SAQUET, M. A. **Os tempos e territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SILVA, William Ribeiro da. **Reflexões em torno do urbano no Brasil**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, WHITACKER, Arthur Magon (org.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. (p. 65-80).

BERNARDELLI, Maria Lúcia Falconi da Hora. **Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, WHITACKER, Arthur Magon (org.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. (p. 33-52).

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: Setor Público e Cenários Geográficos**. São Paulo: Aleph, 2000.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, São Paulo: Editora Autores Associados, 2002.

WERNER, P. V. Nascimento. **Condições espaciais e socioeconômicas da Vila Urlândia**. Santa Maria: PROBIC – UNIFRA, 2000.

WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade imaginária. Cidade concebida.** In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, WHITACKER, Arthur Magon (org.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e o rural.** São Paulo: Expressão Popular, 2006. (p. 65-80).

Apêndice A**Questionário Aplicado - (Origem: Estação Rodoviária de Dona Francisca)**

Data:// 2008. Dia/ Semana.....

Hora:

1. Idade:

2. Sexo: () Feminino () Masculino

3. Profissão:

4. Escolaridade:

5. Renda média:

() Até um salário mínimo

() Até dois salários mínimos

() Mais de dois salários mínimos

6. Endereço:

7. Local de destino da viagem:

8. Motivo da viagem:

9. Por quê:

.....

10. Retorno previsto para:

() Mesmo dia () Próximo dia () Além de dois dias

() Não possui previsão de retorno

11. Frequência com que você busca este bem ou serviço: (número de vezes); (em que dias).

12. Tipo de atividades ou serviços que você prioriza como mais relevantes e que a cidade não possui.....

Apêndice B

Questionários Aplicados na Estação Rodoviária de Dona Francisca entre os dias 27 de Julho de 2008 à 13 de Dezembro de 2008.

01.

QUESTIONÁRIO - (Origem: Estação Rodoviária de Dona Francisca).

Data: *27.07.2008* Dia/Semana: *Domingo*
 Hora: *08.50*
 1. Idade: *34 anos*
 2. Sexo: Feminino () Masculino
 3. Profissão: *Manicure - autônoma*
 4. Escolaridade: *E. ensino Médio Profissionalizante*
 5. Renda média:
 () Até um salário mínimo
 Até dois salários mínimos
 () Mais de dois salários mínimos
 6. Endereço: *Dona Francisca - cidade*
 7. Local de destino da viagem: *Santa Maria*
 8. Motivo da viagem: *visita a minha irmã*
 9. Por quê: *ela mora em Santa Maria*
 10. Retorno previsto para:
 () Mesmo dia () Próximo dia () Além de dois dias
 () Não possui previsão de retorno
 11. Frequência com que você busca este bem ou serviço: *2 x ao mês*
 (número de vezes): *até 10 dias* (em que dias).
 12. Tipo de atividades ou serviços que você prioriza como mais relevantes e que a cidade não possui: *lojas de comércio, roupas, calçados e supermercados, maior variedade.*

02.

QUESTIONÁRIO - (Origem: Estação Rodoviária de Dona Francisca).

Data: 28/07/2008. Dia/Semana: Segunda-feira
 Hora: 11:53

1. Idade: 64

2. Sexo: () Feminino (x) Masculino

3. Profissão: diarista

4. Escolaridade: 1º grau (média incompleta fundamental)

5. Renda média:
 () Até um salário mínimo
 (x) Até dois salários mínimos
 () Mais de dois salários mínimos

6. Endereço: E. Hab.

7. Local de destino da viagem: Faxinal do Soturno

8. Motivo da viagem: Negócios

9. Por quê:

10. Retorno previsto para:
 (x) Mesmo dia () Próximo dia () Além de dois dias
 () Não possui previsão de retorno

11. Frequência com que você busca este bem ou serviço: 01
 (número de vezes): 1x/mana (em que dias).

12. Tipo de atividades ou serviços que você prioriza como mais relevantes e que a cidade não possui: —

03.

QUESTIONÁRIO - (Origem: Estação Rodoviária de Dona Francisca).

Data: 23.10.2008. Dia/Semana: Segunda-feira
 Hora: 11:55

1. Idade: 39

2. Sexo: (x) Feminino () Masculino

3. Profissão: Doméstica

4. Escolaridade: 2º grau (médio completo)

5. Renda média:
 (x) Até um salário mínimo
 () Até dois salários mínimos
 () Mais de dois salários mínimos

6. Endereço: Sale Venito - São João do Polísine

7. Local de destino da viagem: Sale Venito

8. Motivo da viagem: Visita parentes - filha

9. Por quê:

10. Retorno previsto para:
 () Mesmo dia () Próximo dia (x) Além de dois dias
 () Não possui previsão de retorno

11. Frequência com que você busca este bem ou serviço: 2 x ao mês
 (número de vezes); (em que dias).

12. Tipo de atividades ou serviços que você prioriza como mais relevantes e que a cidade não possui: —
 2 x mês

04.

QUESTIONÁRIO - (Origem: Estação Rodoviária de Dona Francisca).

Data: *28.07.2008* Dia/Semana: *Segunda-feira*
 Hora: *12:18*
 1. Idade: *30*
 2. Sexo: () Feminino () Masculino
 3. Profissão: *agricultor*
 4. Escolaridade: ~~*8ª série*~~ *fundamental incompleta*
 5. Renda média:
 () Até um salário mínimo
 () Até dois salários mínimos
 () Mais de dois salários mínimos
 6. Endereço: *Paraíso do Sul - cidade*
 7. Local de destino da viagem: *Paraíso do Sul*
 8. Motivo da viagem: *retorno casa*
 9. Por quê: *visita de parentes*
 10. Retorno previsto para:
 () Mesmo dia () Próximo dia () Além de dois dias
 () Não possui previsão de retorno
 11. Frequência com que você busca este bem ou serviço: *01*
 (número de vezes); *1x* *semana* (em que dias).
 12. Tipo de atividades ou serviços que você prioriza como mais relevantes e que a cidade não possui: *emprego*

05.

QUESTIONÁRIO - (Origem: Estação Rodoviária de Dona Francisca).

Data: 28.10.7 / 2008. Dia/Semana: Segunda-feira
 Hora: 14.05

1. Idade: 23 anos

2. Sexo: Feminino () Masculino

3. Profissão: desempregada

4. Escolaridade: médio completo

5. Renda média:
 Até um salário mínimo
 Até dois salários mínimos - família
 Mais de dois salários mínimos

6. Endereço: Dona Francisca cidade

7. Local de destino da viagem: Agudo

8. Motivo da viagem: comércio

9. Por quê: pagamento de carnês
 (lojas de eletrodomésticos, móveis, ...)

10. Retorno previsto para:
 Mesmo dia () Próximo dia () Além de dois dias
 Não possui previsão de retorno

11. Frequência com que você busca este bem ou serviço:
 (número de vezes); 15 dias (em que dias).

12. Tipo de atividades ou serviços que você prioriza como mais relevantes e que a cidade não possui: serviços educacionais, emprego.

06.

QUESTIONÁRIO - (Origem: Estação Rodoviária de Dona Francisca).

- Data: *28.1.07* / 2008. Dia/ Semana: *Segunda-Feira*
 Hora: *14:15*
1. Idade: *31*
2. Sexo: Feminino () Masculino
3. Profissão: *do leão*
4. Escolaridade: *médio incompleto*
5. Renda média:
 Até um salário mínimo
 Até dois salários mínimos
 Mais de dois salários mínimos
6. Endereço: *cidade*
7. Local de destino da viagem: *Faxinal do Soturno*
8. Motivo da viagem: *Fauna*
9. Por quê: *a cidade não possui Dona Francisca pertence a comarca de Faxinal do Soturno*
10. Retorno previsto para:
 Mesmo dia () Próximo dia () Além de dois dias
 Não possui previsão de retorno
11. Frequência com que você busca este bem ou serviço: *01 vez semana*
 (número de vezes); *uma vez* (em que dias).
12. Tipo de atividades ou serviços que você prioriza como mais relevantes e que a cidade não possui: *serviços jurídicos, médicos e bancários-financeiros.*

07.

QUESTIONÁRIO - (Origem: Estação Rodoviária de Dona Francisca).

- Data: 29.07.2008 Dia/ Semana: terça - feira
 Hora: 14:10
1. Idade: 21 anos
 2. Sexo: Feminino () Masculino
 3. Profissão: desempregada
 4. Escolaridade: médio completo
 5. Renda média:
 - () Até um salário mínimo
 - Até dois salários mínimos - família
 - () Mais de dois salários mínimos
 6. Endereço: cidade - Dona Francisca
 7. Local de destino da viagem: Agudo
 8. Motivo da viagem: compras eletrodomésticos
 9. Por quê: tem mais variedades e melhores condições de pagamento
 10. Retorno previsto para:
 - Mesmo dia () Próximo dia () Além de dois dias
 - () Não possui previsão de retorno
 11. Frequência com que você busca este bem ou serviço: 2 x ao mês
(número de vezes); aleatórios (em que dias).
 12. Tipo de atividades ou serviços que você prioriza como mais relevantes e que a cidade não possui: lojas, emprego

08.

QUESTIONÁRIO - (Origem: Estação Rodoviária de Dona Francisca).

- Data: *08/09* / 2008. Dia/ Semana: *segunda-feira*
- Hora: *06:00*
1. Idade: *37 anos*
2. Sexo: Feminino () Masculino
3. Profissão: *faxineira - diarista*
4. Escolaridade: *médio completo*
5. Renda média:
- Até um salário mínimo
- Até dois salários mínimos
- Mais de dois salários mínimos
6. Endereço: *cidade - Dona Francisca*
7. Local de destino da viagem: *Camobi - Santa Maria*
8. Motivo da viagem: *trabalho*
9. Por quê: *já tenho meus lugares de trabalho certos*
10. Retorno previsto para:
- Mesmo dia () Próximo dia () Além de dois dias
- Não possui previsão de retorno
11. Frequência com que você busca este bem ou serviço: *segunda a sexta*
(número de vezes); (em que dias).
12. Tipo de atividades ou serviços que você prioriza como mais relevantes e que a cidade não possui: *emprego*

09.

QUESTIONÁRIO - (Origem: Estação Rodoviária de Dona Francisca).

Data: 08/09/2008. Dia/Semana: segunda-feira
 Hora: 12:00

1. Idade: 25 anos

2. Sexo: Feminino () Masculino

3. Profissão: do lar

4. Escolaridade: medio completo

5. Renda média:
 Até um salário mínimo
 Até dois salários mínimos
 Mais de dois salários mínimos

6. Endereço: cidade - Dona Francisca

7. Local de destino da viagem: Faxinal do Soturno

8. Motivo da viagem: instituição financeira CEF.

9. Por quê: fazendo financiamento da casa Própria

10. Retorno previsto para:
 Mesmo dia () Próximo dia () Além de dois dias
 Não possui previsão de retorno

11. Frequência com que você busca este bem ou serviço: 2 x ao mês
 (número de vezes); aleatório (em que dias).

12. Tipo de atividades ou serviços que você prioriza como mais relevantes e que a cidade não possui: instituições financeiras, emprego

10.

QUESTIONÁRIO - (Origem: Estação Rodoviária de Dona Francisca).

- Data: 12.1.09 / 2008. Dia/ Semana: sexta-feira
 Hora: 11:50
1. Idade: 54 anos
2. Sexo: () Feminino () Masculino
3. Profissão: agricultor
4. Escolaridade: fundamental completo
5. Renda média:
 Até um salário mínimo
 Até dois salários mínimos
 Mais de dois salários mínimos
6. Endereço: Trembudo - Dona Francisca
7. Local de destino da viagem: Faxinal do Soturno
8. Motivo da viagem: instituição financeira - 33 - financiamento agrícola
9. Por quê: não tem agências em Dona Francisca
10. Retorno previsto para:
 Mesmo dia () Próximo dia () Além de dois dias
 Não possui previsão de retorno
11. Frequência com que você busca este bem ou serviço: 2x ao mês
 (número de vezes): aleatório (em que dias):
12. Tipo de atividades ou serviços que você prioriza como mais relevantes e que a cidade não possui: agências bancárias, comércio

11.

QUESTIONÁRIO - (Origem: Estação Rodoviária de Dona Francisca).

- Data: *12/09* / 2008. Dia/ Semana: *sexta-feira*
- Hora: *12:00*
1. Idade: *15 anos*
2. Sexo: Feminino () Masculino
3. Profissão: *estudante*
4. Escolaridade: *médio incompleto*
5. Renda média:
- () Até um salário mínimo
- () Até dois salários mínimos
- Mais de dois salários mínimos - *família*
6. Endereço: *cidade - Dona Francisca*
7. Local de destino da viagem: *Faxinal do Soturno*
8. Motivo da viagem: *aulas de curso pré-vestibular*
9. Por quê: *por ser o local mais próximo que oferece*
10. Retorno previsto para:
- Mesmo dia () Próximo dia () Além de dois dias
- () Não possui previsão de retorno
11. Frequência com que você busca este bem ou serviço: *segunda à sexta*
(número de vezes); (em que dias).
12. Tipo de atividades ou serviços que você prioriza como mais relevantes e que a cidade não possui: *—*

12.

QUESTIONÁRIO - (Origem: Estação Rodoviária de Dona Francisca).

Data: 12 / 09 / 2008. Dia/ Semana: sexta-feira

Hora: 12:00

1. Idade: 48 anos

2. Sexo: () Feminino () Masculino

3. Profissão: autônomo - eletricista

4. Escolaridade: médio profissionalizante

5. Renda média:

() Até um salário mínimo

() Até dois salários mínimos

() Mais de dois salários mínimos

6. Endereço: cidade - Dona Francisca

7. Local de destino da viagem: Faxinal do Soturno

8. Motivo da viagem: trabalho

9. Por quê:

10. Retorno previsto para:

() Mesmo dia () Próximo dia () Além de dois dias

() Não possui previsão de retorno

11. Frequência com que você busca este bem ou serviço: 1 x por semana
(número de vezes); (em que dias).

12. Tipo de atividades ou serviços que você prioriza como mais relevantes e que a cidade não possui: empreendedorismo, mais pessoas precisam investir no município, valorizar os profissionais daqui.

13.

QUESTIONÁRIO - (Origem: Estação Rodoviária de Dona Francisca).

- Data: 12 / 09 / 2008. Dia/ Semana: sexta-feira
 Hora: 14:00 h
1. Idade: 19 anos
2. Sexo: Feminino () Masculino
3. Profissão: estudante
4. Escolaridade: superior incompleto - UNIFRA
5. Renda média:
 Até um salário mínimo
 Até dois salários mínimos
 Mais de dois salários mínimos - família
6. Endereço: cidade - Dona Francisca
7. Local de destino da viagem: Faxinal do Soturno
8. Motivo da viagem: assistência técnica - VIVO empresa
9. Por quê: em Dona Francisca não possui nem
 gerunda desta empresa
10. Retorno previsto para:
 Mesmo dia () Próximo dia () Além de dois dias
 Não possui previsão de retorno
11. Frequência com que você busca este bem ou serviço: 2x ao mês
 (número de vezes); (em que dias).
12. Tipo de atividades ou serviços que você prioriza como mais relevantes e
 que a cidade não possui: comércio, emprego

14.

QUESTIONÁRIO - (Origem: Estação Rodoviária de Dona Francisca).

Data: 13 / 09 / 2008. Dia/ Semana: sábado

Hora: 07:00

1. Idade: 50 anos

2. Sexo: () Feminino (x) Masculino

3. Profissão: funcionário público

4. Escolaridade: fundamental incompleto

5. Renda média:

() Até um salário mínimo

(x) Até dois salários mínimos

() Mais de dois salários mínimos

6. Endereço: COAAB - cidade Dona Francisca

7. Local de destino da viagem: Agudo

8. Motivo da viagem: compras - roupas e calçados

9. Por quê: menores preços e mais variedade

10. Retorno previsto para:

(x) Mesmo dia () Próximo dia () Além de dois dias

() Não possui previsão de retorno

11. Frequência com que você busca este bem ou serviço: 1x ao mês
(número de vezes); (em que dias).

12. Tipo de atividades ou serviços que você prioriza como mais relevantes e que a cidade não possui: comércio mais variado, emprego

15.

QUESTIONÁRIO - (Origem: Estação Rodoviária de Dona Francisca).

- Data: 26/10/2008. Dia/Semana: Domingo
- Hora: 17:55
1. Idade: 19 anos
2. Sexo: Feminino () Masculino
3. Profissão: estudante e monitora
4. Escolaridade: superior incompleto - UNIPRA
5. Renda média:
- Até um salário mínimo
- Até dois salários mínimos
- Mais de dois salários mínimos
6. Endereço: Linha Grande - Dona Francisca
7. Local de destino da viagem: Santa Maria
8. Motivo da viagem: retorno para casa
9. Por quê: mora, estuda e trabalha em Santa Maria durante a semana
10. Retorno previsto para:
- Mesmo dia () Próximo dia Além de dois dias
- Não possui previsão de retorno
11. Frequência com que você busca este bem ou serviço: 3 x ao mês
(número de vezes); geralmente domingos (em que dias).
12. Tipo de atividades ou serviços que você prioriza como mais relevantes e que a cidade não possui: comércio, emprego

16.

QUESTIONÁRIO - (Origem: Estação Rodoviária de Dona Francisca).

- Data: 27.10.2008. Dia/Semana: segunda-feira
 Hora: 12:00
1. Idade: 19 anos
2. Sexo: Feminino () Masculino
3. Profissão: estudante de graduação - UNIFRA
4. Escolaridade: superior incompleto
5. Renda média:
- () Até um salário mínimo
 () Até dois salários mínimos
 Mais de dois salários mínimos - família
6. Endereço: Linha Grande - Dona Francisca
7. Local de destino da viagem: Santa Maria
8. Motivo da viagem: retorno para estudar
9. Por quê: mora em Santa Maria durante a semana e volta para Dona Francisca nos finais de semana.
10. Retorno previsto para:
- () Mesmo dia () Próximo dia Além de dois dias
 () Não possui previsão de retorno
11. Frequência com que você busca este bem ou serviço: 3x ao mês
 (número de vezes); geralmente de segundas-feiras (em que dias)
12. Tipo de atividades ou serviços que você prioriza como mais relevantes e que a cidade não possui: comércio, tipos de lazer

17.

QUESTIONÁRIO - (Origem: Estação Rodoviária de Dona Francisca).

- Data: *27/10* 2008. Dia/Semana: *segunda-feira*
 Hora: *12:00*
1. Idade: *51 anos*
2. Sexo: Feminino () Masculino
3. Profissão: *agricultora*
4. Escolaridade: *médio completo*
5. Renda média:
- () Até um salário mínimo
- Até dois salários mínimos
- () Mais de dois salários mínimos
6. Endereço: *Linha Grande*
7. Local de destino da viagem: *Faxinal do Soturno*
8. Motivo da viagem: *Consulta Médica*
9. Por quê: *em Dona Francisca não tem ginecologista (promete no Posto de Saúde) - SUS*
10. Retorno previsto para:
- Mesmo dia () Próximo dia () Além de dois dias
- () Não possui previsão de retorno
11. Frequência com que você busca este bem ou serviço: *2x ao mês*
 (número de vezes); *alatórios*..... (em que dias).
12. Tipo de atividades ou serviços que você prioriza como mais relevantes e que a cidade não possui: *comércio mais variado, especialidades médicas*

18.

QUESTIONÁRIO - (Origem: Estação Rodoviária de Dona Francisca).

Data: 27/10 / 2008. Dia/ Semana: segunda-feira
 Hora: 14:05
 1. Idade: 34
 2. Sexo: () Feminino () Masculino
 3. Profissão: Agricultor
 4. Escolaridade: fundamental completo
 5. Renda média:
 () Até um salário mínimo
 () Até dois salários mínimos
 () Mais de dois salários mínimos
 6. Endereço: Farmosa - interior de Dona Francisca
 7. Local de destino da viagem: Faxinal do Soturno
 8. Motivo da viagem: instituição financeira - Banco do Brasil
 9. Por quê: a cidade não possui esse banco
 10. Retorno previsto para:
 () Mesmo dia () Próximo dia () Além de dois dias
 () Não possui previsão de retorno
 11. Frequência com que você busca este bem ou serviço: 2 x ao mês
 (número de vezes); aleatórios..... (em que dias).
 12. Tipo de atividades ou serviços que você prioriza como mais relevantes e
 que a cidade não possui: banco, especialidades médicas

19.

QUESTIONÁRIO - (Origem: Estação Rodoviária de Dona Francisca).

- Data: 05 / 11 / 2008. Dia/Semana: Quarta - feira
 Hora: 17:00h
1. Idade: 58 anos
2. Sexo: (x) Feminino () Masculino
3. Profissão: Aposentada
4. Escolaridade: 8ms. Fundamental Completo
5. Renda média:
 () Até um salário mínimo
 (x) Até dois salários mínimos
 () Mais de dois salários mínimos
6. Endereço: Trombudo - D.F.
7. Local de destino da viagem: Trombudo - Interior
8. Motivo da viagem: visitar filhas e comprar de supermercado
9. Por quê: elas moram na cidade
10. Retorno previsto para: 2 retorno
 (x) Mesmo dia () Próximo dia () Além de dois dias
 () Não possui previsão de retorno
11. Frequência com que você busca este bem ou serviço: 04x por semana
 (número de vezes); 4x por semana em que dias).
12. Tipo de atividades ou serviços que você prioriza como mais relevantes e que a cidade não possui: comerciais e médicos

20.

QUESTIONÁRIO - (Origem: Estação Rodoviária de Dona Francisca).

- Data: 13/12/2008. Dia/Semana: sábado
- Hora: 07:00
1. Idade: 20 anos
 2. Sexo: Feminino () Masculino
 3. Profissão: funcionária pública
 4. Escolaridade: médio completo
 5. Renda média:
 - Até um salário mínimo
 - Até dois salários mínimos
 - Mais de dois salários mínimos
 6. Endereço: COHAB - cidade de Dona Francisca
 7. Local de destino da viagem: Agudo
 8. Motivo da viagem: compra em lojas de móveis e eletrodomésticos
 9. Por quê: mais variedades e melhores condições de pagamento
 10. Retorno previsto para:
 - Mesmo dia () Próximo dia () Além de dois dias
 - Não possui previsão de retorno
 11. Frequência com que você busca este bem ou serviço: 1 X (número de vezes); geralmente sábados (em que dias).
 12. Tipo de atividades ou serviços que você prioriza como mais relevantes e que a cidade não possui: lojas, cursos profissionalizantes

Apêndice C

Relatório-síntese das propostas para diretrizes básicas para o desenvolvimento sustentável da Quarta Colônia

I – Patrimônio Natural e Desenvolvimento

1. Manejo de encostas e agrosilvicultura

a. Elaborar um programa de educação ambiental voltado para o esclarecimento da legislação específica e para a criação conjunta (técnicos e comunidades) de tecnologias de agrosilvicultura apropriadas ao local.

b. Criar uma associação ou consórcio formado pelas comunidades envolvidas no processo para a sistematização e gerenciamento do projeto integrado para o desenvolvimento regional.

c. Criar uma associação de reflorestadores (ARFON) para facilitar as relações entre o produtor rural e as instituições responsáveis pelas políticas ambientais, bem como auxiliar na elaboração de projetos de manejo sustentado.

d. Implantar propriedades experimentais demonstrativas nos diversos municípios com utilização das novas tecnologias agrosilviculturais, para servir como referência aos demais produtores.

e. Elaborar o mapeamento da região em escala compatível e adequada aos trabalhos do planejamento regional, local e a nível de estabelecimentos rurais.

f. Elaborar levantamento detalhado da estrutura da produção de sementes e mudas florestais existentes nos municípios integrantes do projeto de desenvolvimento da 4ª Colônia.

2. Flora e fauna silvestre

a. Estabelecer a delimitação dos espaços de preservação da fauna e da flora a partir de planejamento territorial.

b. Inventariar a fauna e a flora da região, possibilitando o conhecimento, a preservação e a comunicação dos valores naturais.

c. Incentivar a formação de grupos de estudos nas escolas para o estudo do meio ambiente e a formulação de estratégias para a manutenção e valorização.

d. Proporcionar a criação de cursos de atualização para professores sobre os estudos e conhecimentos da fauna, da flora e do meio ambiente da região.

e. Propor mecanismos de divulgação e promoção do meio ambiente junto aos meios de comunicação.

f. Criar mecanismos de controle e monitoração das ações e programas desenvolvidos por parte das comunidades e do poder público.

II – Patrimônio Cultural e Desenvolvimento

1. História Oral / Criação e Preservação de Lugares de Memória

a. Estimular a elaboração de uma política de preservação da memória da comunidade em cada município, a partir de estratégias e formas de atuação adequadas a cada contexto.

b. Criar uma associação cultural com representantes de todos os municípios da 4ª. Colônia, visando a criação e gestão de um centro regional de preservação da memória da 4ª. Colônia; o centro teria entre outras as seguintes atribuições:

- desenvolver trabalhos de pesquisa,
- formar biblioteca específica e de acervo audiovisual, sobre os temas da memória cultural,
- publicação de trabalhos resultantes da pesquisa e do Projeto Identidade,
- tomada de depoimentos e transcrição de fitas já gravadas dos moradores,

c. Dar continuidade ao Projeto Identidade, em desenvolvimento nas escolas municipais da 4ª. Colônia, estendendo-o para as escolas estaduais e todos os municípios.

d. Criar e preservar os lugares de memória da 4ª Colônia identificados e propostos pelos trabalhos anteriores, visando a divulgação e a valorização dos bens culturais das comunidades.

2. Preservação da arquitetura colonial

a. Desenvolver o planejamento urbano das sedes e distritos da 4ª. Colônia considerando as peculiaridades e calores locais, bem como as relações regionais, compatibilizando o patrimônio existente com o desenvolvimento local e regional.

b. Definir o perímetro urbano dos distritos, dotando-os de infra-estrutura básica, respeitando e valorizando as características dos núcleos rurais.

c. Promover o envolvimento da população no processo de planejamento e o comprometimento do poder público, executivo e legislativo no desenvolvimento dos trabalhos, com participação de técnicos vinculados à administração local.

d. Avaliar a possibilidade de participação da iniciativa privada na recuperação e valorização do patrimônio histórico e cultural.

III – Educação e Desenvolvimento

1. Formação docente

a. Definir no âmbito de cada município uma política de educação que considere o programa regional de desenvolvimento integrado da 4ª Colônia.

b. Na formação dos docentes, a política de educação abrangerá, entre outras, as seguintes linhas e ação:

- valorizar o docente, priorizando sua formação contínua, e promovendo sua participação crítica na definição de políticas e estratégias de trabalho,

- destinar recursos técnicos e financeiros para a produção de materiais pedagógicos relacionados ao Projeto Identidade,

- promover a reflexão sobre questões de conteúdos curriculares e metodologias do ensino de modo a propiciar a constante atualização dos docentes, com abordagens de temas, tais como: filosofia da sala de aula, identidade e cultura, saúde mental do professor e da família, informática na educação, etc.,

- promover o intercâmbio de experiências entre professores dos diversos municípios da 4ª Colônia, através de eventos científicos, culturais e viagens de estudo.

c. Valorizar o docente através de remuneração justa, compatível com a responsabilidade de suas funções, incentivando seu aperfeiçoamento contínuo.

d. Promover ações conjuntas, sistematizadas e contínuas da Secretaria de Educação com os demais órgãos públicos e entidades diversas (Secretarias da

Saúde, Agricultura, Cultura, Turismo e Desporto, EMATER, Universidades, Conselhos Tutelares, Igrejas, Associações comunitárias, Sindicatos, Clube de serviços, etc..).

e. Dotar as Secretarias de Educação de recursos humanos, técnicos e financeiros, necessários para o atendimento de suas atribuições específicas.

2. Cultura e Educação

a. Desenvolver no espaço educacional programas e ações que levem ao conhecimento e identificação dos traços característicos da cultura local, como base para o desenvolvimento da comunidade; nestas atividades, considerar a identificação dos conflitos em todas as instâncias da vida pessoal e social (trabalho, casa, escola), investigando suas origens e formas.

b. Estimular, através das autoridades municipais, a formação de grupos extra institucionais de estudo e discussão e ação sobre Educação Patrimonial, Cultura, Pesquisa Histórica, Arquitetura, jogos e formas históricas de lazer, estudo das formas de organização comunitária e outros que permitam a ampliação da visão de mundo dos municípios e uma revalorização de seu patrimônio cultural.

3. Relação Estado e Município

a. Desenvolver estratégias e mecanismos que promovam uma maior sintonia da educação municipal com a educação estadual (exemplo: conselhos escolares).

b. Encaminhar no Estado os projetos regionais e de interesse comunitário, buscando atender as aspirações de seus membros.

IV – Ação Comunitária e Desenvolvimento

Conselhos Municipais, Associativismo, Comunidades Eclesiais de base e Planejamento Participativo.

a. Organizar e integrar os conselhos comunitários não só ao nível local como regional, para criar formas regionais de desenvolvimento.

b. Incentivar a organização de base local e regional para a prática do planejamento participativo como instrumento de desenvolvimento social e econômico.

c. Criar um organismo técnico e político regional de desenvolvimento da área piloto da Reserva da Biosfera.

Projeto Regional de Educação Patrimonial: (Livro)

ITAQUI, José; VILLAGRÁN, Maria Angélica. **Educação Patrimonial: a experiência da Quarta Colônia**. Santa Maria: Pallotti, 1998.